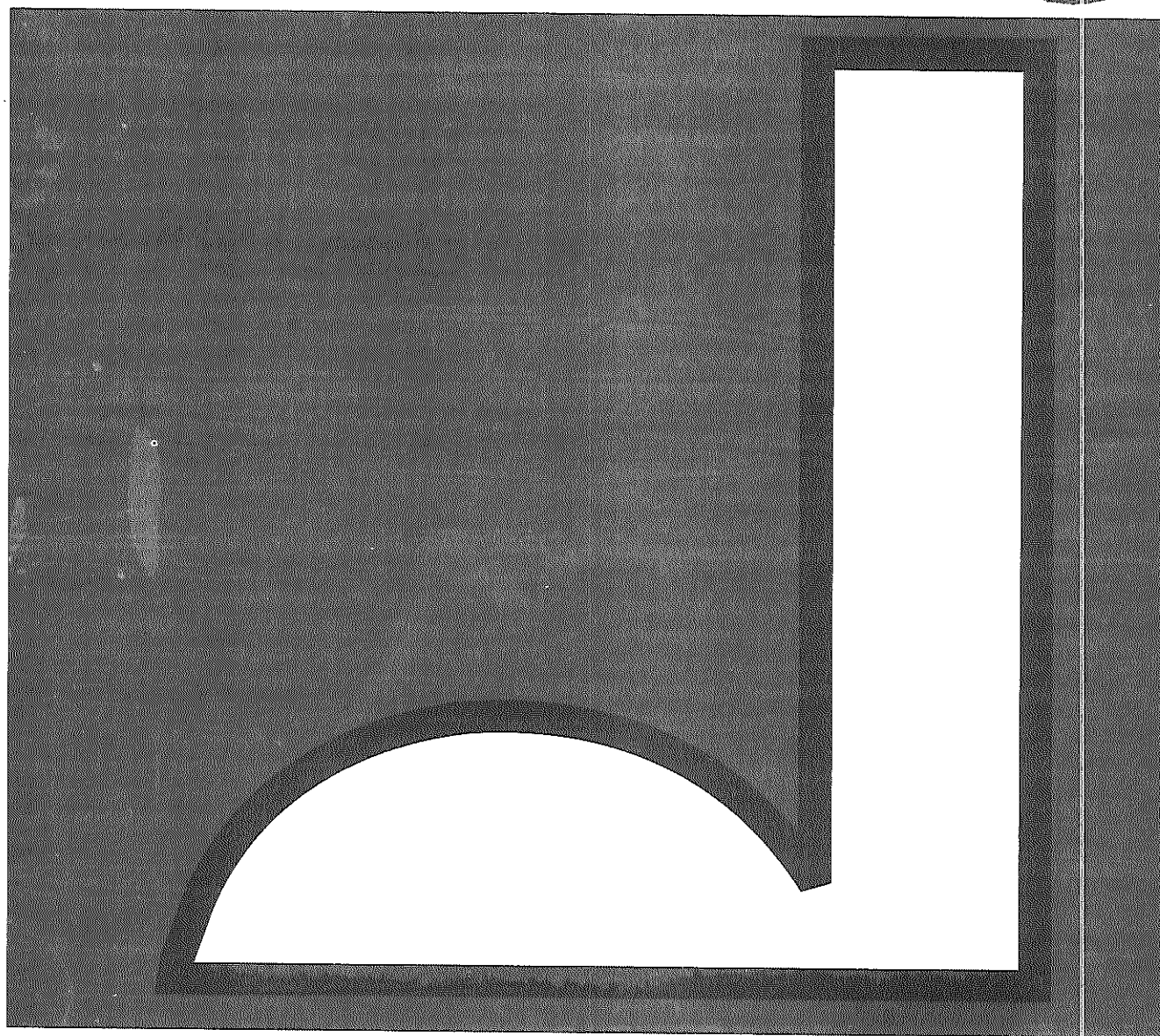
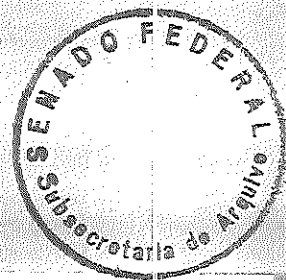




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 027 - QUARTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2001 - BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente <i>Jader Barbalho – PMDB – PA</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i>	3º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> 2º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i> 3º <i>Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> 4º <i>Nilo Teixeira Campos – PSDB – RJ</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes Vago <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> Vago Vago Vago	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> Vago Vago LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 13 Líder <i>José Eduardo Dutra</i> Vice-Líderes <i>Paulo Hartung</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Geraldo Cândido</i> <i>Tião Viana</i>	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> Vago LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Ademir Andrade</i> Vice-Líder <i>Saturnino Braga</i> LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 30/06/1999

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 17ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE MARÇO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE (*)

(*) – Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 1.3.2).

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR CARLOS WILSON – Apreensão, com o anúncio pelo Governo Federal, da extinção da Sudene. 3568

SENADOR BERNARDO CABRAL, como Líder – Transcurso, amanhã, do Dia Mundial da Água. Lançamento do Caderno Legislativo nº 5/2001, intitulado “Agência Nacional de Água”. 3573

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Registro do início da operação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, e da inauguração de ponte da Ferrovia Norte-Sul, sobre o rio Tocantins, bem como da Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães. 3575

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Solicitação de esclarecimentos à Mesa sobre requerimento de autoria de S. Exª de homenagem ao centenário do ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek. 3578

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Resposta às indagações do Senador Antonio Carlos Magalhães. 3578

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Satisfação com o Programa de Assistência à Saúde dos Servidores dos Ex-territórios, de iniciativa do Governo, que vai beneficiar cerca de 100 mil pessoas no Amapá, Acre, Rondônia e Roraima. 3579

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre nota do Ministro da Saúde, publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, responsabilizando prefeitos pelas ocorrências de dengue. 3581

SENADOR MOREIRA MENDES – Reconhecimentos ao Senador Sebastião Rocha pela conquista da assistência médica dos servidores

dos ex-territórios. Esclarecimentos sobre ofício encaminhado ao Ministério da Fazenda, solicitando isenção fiscal para os produtos de áudio e vídeo sem similar no mercado nacional. 3581

SENADOR ROBERTO FREIRE, como Líder – Comentários sobre o episódio ocorrido na Plataforma P-36 da Petrobrás na Bacia de Campos. 3582

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2001, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera os arts. 10, 13, 14, 16, 18 e 23 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 3583

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que obriga as instituições de ensino superior a prestar informações aos candidatos e a fixar quadro informativo, identificando os cursos reconhecidos e em processo de reconhecimento. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa. 3585

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que fixa a jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. 3587

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2001, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que altera a ordem dos incisos e acrescenta parágrafos e inciso ao art. 655 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 3587

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2001, de autoria do Senador Ricardo Santos, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 3589

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 103, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão.....

3591

1.2.4 – Offícios

Nº 34/2001, de 13 do corrente, da Liderança do Partido da Frente Liberal, de indicação de membros para compor a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações Não Governamentais – ONG's. Designação dos Srs. Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti e Bernardo Cabral, como titulares, e dos Srs. Moreira Mendes e Eduardo Siqueira Campos, como suplentes, para integrar a referida Comissão.....

3591

Nº 38/2001, de 20 do corrente, da Liderança do Partido da Frente Liberal, de indicação de membros para compor as Comissões Permanentes do Senado Federal.

3592

Nºs 22 a 24/2001, de 20 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para compor as Comissões de Fiscalização e Controle, Assuntos Econômicos e de Educação. Designação dos membros que irão compor as referidas comissões.

3593

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Designação dos Membros das Comissões Permanentes do Senado Federal, para a terceira e quarta Sessões Legislativas Ordinárias da 51ª Legislatura.

3594

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 104, de 2001, de autoria do Senador Bernardo Cabral, de homenagens de pesar pelo falecimento do Professor Werther Duque Estrada, ocorrido no último dia 16, na cidade do Rio de Janeiro. **Aprovado**, tendo usado da palavra o autor.....

3601

Nº 105, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2000, que dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos (declarações de nascimento após o prazo legal). Será votado após a Ordem do Dia.....

3601

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 21, às 19 horas, destinada a apreciação de medidas provisórias.

3602

1.2.8 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 165/2001, de 12 do corrente, informando as providências adotadas em resposta aos

Ofícios nºs 105-A, 106-A, 107-A, 109-A e 110-A, de 2001, do Senado Federal. Anexados aos Requerimento nºs 38, 40, 41, 42 e 43, de 2001. À Secretaria-Geral da Mesa, para aguardar o envio das solicitações requeridas àquele Tribunal.

3602

Nº 171/2001, de 15 do corrente, informando as providências adotadas em resposta ao Ofício nº 153, de 2001, do Senado Federal. Anexado ao Requerimento nº 39, de 2001. À Secretaria-Geral da Mesa, para aguardar o envio das solicitações requeridas àquele Tribunal.

3602

1.2.9 – Offícios

Nºs 753 e 754/2001, de 22 de fevereiro do corrente ano, da Juíza-Corregedora de Justiça do Estado de Minas Gerais, informando aposentadoria de Juizes citados em denúncias protocoladas perante a CPI do Judiciário. À publicação (anexado ao Requerimento nº 118, de 1999).....

3602

Nº 944/2001, de 23 de fevereiro do corrente ano, da Juíza-Corregedora de Justiça do Estado de Minas Gerais, enviando cópia de decisão exarada e parte de seu relatório, relativamente à denúncia protocolada sob o nº 014299-99, perante a CPI do Judiciário. À publicação (anexado ao Requerimento nº 118, de 1999).

3602

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal (financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste). **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em primeiro turno.

3603

Item 2

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências. **Aprovado com as Emendas nºs 1 a 5-Plen.** À Comissão Diretora para redação final.

3603

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1995 (nº 1.540/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica e dá outras providências. **Aprovado o Substitutivo** (Emenda nº 1-CAS), e matéria destacada (Requerimento nº 106/2001), após usar da palavra o Sr. José Eduardo Dutra, ficando prejudicado o projeto. À Comissão Diretora para redação do vencido, para o turno suplementar.

3605

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2000 (nº 88/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santa Luzia de Mossoró para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 3607

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2000 (Parecer nº 64, de 2001-CDIR). **Aprovada.** À promulgação. 3607

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2000 (nº 491/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 3608

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2000 (Parecer nº 65, de 2001-CDIR). **Aprovada.** À promulgação. 3608

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2000 (nº 460/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra, Estado da Bahia. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 3609

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2000 (Parecer nº 66, de 2001-CDIR). **Aprovada.** À promulgação. 3609

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177/91, na Casa de origem). (Parecer nº 67, de 2001-CDIR). **Aprovada,** nos termos do Requerimento nº 108, de 2001. À Câmara dos Deputados. 3609

Requerimento nº 105, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2000, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** O projeto figurará na Ordem do Dia da 2ª sessão deliberativa ordinária subsequente. 3611

1.3.2 – Leitura de parecer

Nº 68, de 2001, da Comissão Diretora, sobre o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1995 (nº 1.540/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos

registros administrativos que especifica e dá outras providências (Redação do vencido para o turno suplementar). À publicação. 3611

1.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, como Líder – Justificativas à convocação do Presidente da Petrobras para prestar esclarecimentos sobre o naufrágio da plataforma P-36 na Baía de Campos. 3612

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Comparecimento do Presidente da Petrobras, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Fiscalização e Controle, na próxima terça-feira, dia 27.03.2001, em reunião no plenário do Senado Federal. 3619

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Consternação de sua Exa. com o afundamento da Plataforma da Petrobras na Baía de Campos. Considerações sobre a crise argentina. 3619

SENADOR LAURO CAMPOS – Análise da crise do capitalismo mundial, enfocando a Argentina e a política econômica do governo brasileiro. 3625

SENADORA HELOÍSA HELENA – Preocupação de S. Exª com a possibilidade de extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e a necessidade de impor mecanismos de controle na liberação dos recursos. Negligência da direção da Petrobras pela falha na segurança, resultando em morte de operários e no naufrágio da plataforma P36. 3629

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Cobrança de uma política governamental efetiva de conservação e recuperação da malha rodoviária brasileira. 3631

SENADOR MAURO MIRANDA – Transcurso dos 70 anos de emancipação política do município de Inhumas, no Estado de Goiás. 3634

SENADOR ROMERO JUCÁ – Solicitação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no sentido de avaliar a possibilidade de instalação de uma Unidade Especial no Estado de Roraima. 3635

SENADOR TIÃO VIANA – Celebração, hoje, da primeira edição do Dia Mundial do Teatro para a Infância e a Juventude. 3637

1.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 3638

1.4 – Encerramento		Nº 432, de 2001, referente ao servidor Leo- virgildo de Barros Silva Filho.	3662
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRE- SIDENTE JADER BARBALHO, EM 20-3-2001		Nº 433, de 2001, referente à servidora Eli- ce Torres Batista.	3663
3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		Nº 434, de 2001, referente ao servidor Mar- co Aurelio Nascimento.	3664
Convocação da 2ª Reunião do Conselho, a re- alizar-se no dia 21 de março de 2001, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, para deliberar sobre realização de sessão secreta.	3640	8 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
4 – EMENDAS		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Nºs 4 a 8, de 2001, adicionadas à Medida Provisória nº 2.140-1.	3641	10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
5 – ATOS DO PRESIDENTE		11 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA	
Nº 106, de 2001.	3647	12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON- JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	
6 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO			
Nº 3, de 2001.	3648		
7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL			
Nº 419 a 430, de 2001.	3649		
Nºs 431, de 2001, referente ao servidor José Aparecido Marques Azevedo.	3661		

Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 20 de março de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Jader Barbalho, Edison Lobão
Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães –
Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello
Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos
Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner –
Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduar-
do Suplicy – Francelino Pereira – Freitas Neto – Ge-
raldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo –
Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Bor-
ges – Heloisa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezen-
de – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alber-
to Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen –
José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra –
José Fogaça – José Roberto Arruda – Juvêncio da
Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha –
Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz
Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves –
Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes –
Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassu-
na – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo
Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon –
Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos –
Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero
Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Se-
bastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado –
Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas –
Wellington Roberto

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos traba-
lhos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP.
Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que me
inscreva para uma comunicação inadiável no momen-
to oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – V. Exª será atendido, nos termos regimentais.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR.
Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, gos-
taria de solicitar a minha inscrição para uma comuni-
cação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr.
Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pela or-
dem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, em
terceiro lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr.
Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela or-
dem.) – Sr. Presidente, também requeiro a minha ins-
crição, caso algum dos inscritos desista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito,
Senador Carlos Wilson, por vinte minutos.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo da minha presença hoje, nesta tribuna, é manifestar a minha preocupação com os destinos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, ameaçada de extinção por força de uma medida provisória, segundo declarações do Ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra, veiculadas pela imprensa nos últimos dois anos.

O que me parece grave e inaceitável, para quem tem, como eu, responsabilidade política com o Nordeste, é a ligeireza quase indiferente dedicada ao assunto pelas autoridades federais e a reação tímida por parte dos atingidos pela medida. Ou seja, os nove Estados do Nordeste e Minas Gerais.

Dessa forma, decidi romper esse silêncio ensurdecido para compartilhar com toda a sociedade e, em particular, com minha gente do Nordeste o desconforto e a apreensão que experimento em face da morte de uma agência criada em 1959, como a vanguarda institucional de um projeto generoso de planejamento e desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

Como se sabe, o contexto da criação da Sudene, tendo como antecedente a criação da Chesf, ainda no segundo Governo do Presidente Getúlio Vargas e do Banco do Nordeste do Brasil, e do Banco do Nordeste do Brasil, era a politização, no melhor sentido, da questão da integração nordestina, vista como um assunto de dimensão nacional.

Desse modo, a Sudene obedeceu a uma concepção ampla e abrangente do problema do atraso da região e da necessidade de viabilizar investimentos em um projeto de industrialização gerador de renda e de empregos associado a uma mudança de estrutura agrária e à modernização agrícola.

Tudo isso tendo como sustentação financeira uma política de incentivos fiscais e investimentos federais, através do Finor. Um conselho deliberativo formado pelos Governadores do Nordeste, mais o Governador de Minas Gerais, tem a incumbência de aprovar a expansão de novos empreendimentos industriais.

E, apesar de todas as críticas de ineficiência e desvio de recursos, não se pode de maneira simplista concluir pela falência desse modelo. Mais grave ainda é tentar fazer crer que, como tudo no Nordeste, a Sudene também teria, nesses 40 anos, apenas alimentado as oligarquias regionais. Não é verdade, ou pelo menos é apenas uma meia verdade.

Com todos os problemas de gestão decorrentes, não da concepção original do órgão, mas do seu esvaziamento político e administrativo, orquestrado no regime militar e perpetuado até hoje, a Sudene pode contabilizar, a meu ver, uma série de resultados positivos.

No final dos anos 50, o Nordeste participava, Sr. Presidente, de apenas 13% da renda nacional e a sua renda *per capita* era de 43% da média do País.

Desde a criação da Sudene, a renda *per capita* do Nordeste cresceu a um ritmo superior à média nacional e a participação do Nordeste na renda do Brasil aumentou para 15,6%.

Ao lado disso, empresas do sul e sudeste do País têm migrado para o Nordeste, nos últimos anos, em movimento crescente, como, por exemplo, as unidades industriais da Vicunha, da Grandene e da Vulcabras, no Ceará, e da Ortopé, na Paraíba, reforçando, assim, a posição nordestina como o pólo exportador de calçados.

E mais: o perfil industrial do Nordeste foi modificado. Em 1960, 70% da indústria nordestina era de segmentos tradicionais (têxteis e alimentos), contra apenas 30% de setores mais avançados como química, petroquímica e metalurgia. Hoje, tais percentuais inverteram-se para 40 e 60%, respectivamente.

Além disso, com as indústrias surgidas na região, apoiados pela Sudene, foram criados quase cinco milhões de empregos, diretos e indiretos, e gerou-se um aumento na arrecadação de impostos industriais da ordem de mais de 200%.

Quanto ao propalado fracasso dos projetos para a região, os números desmentem essa falácia. Entre 1959 e 1992, foram aprovados 2.800 projetos, dos quais apenas 12% fracassaram.

Isso representa um número perfeitamente compatível com os índices nacionais em projetos de financiamentos semelhantes. Outro mito sobre a Sudene, talvez fosse melhor dizer meia verdade, diz respeito ao montante dos recursos nela alocados, sempre referidos como astronômicos.

A verdade é outra, Sr. Presidente. Até 1992, isto é, em 32 anos de operação da Sudene, consumiram-se exatos US\$8 bilhões, que, repartidos por dez Estados que formam o Conselho da Sudene, dão a cada um menos de US\$30 milhões por Estado e por ano. Ora, sabemos que apenas a Usiminas – e não temos nada contra a Usiminas –, em 4 anos consumiu US\$ 6 bilhões. Itaipu – e também não temos nada contra Itaipu –, em idêntico período de 4 anos, recebeu US\$18 bilhões, mais da metade do que a Sudene

recebeu em 32 anos de existência. Isso sem falar nas usinas nucleares que, embora ainda não tenham gerado um só quilowatt sequer, foram contemplados até hoje com US\$2 bilhões em período semelhante.

Não tenho notícia de nenhuma apuração sobre isso. Ninguém jamais se preocupou em apurar os responsáveis ou os beneficiários dos recursos que jorraram inutilmente para que o Brasil tivesse energia nuclear.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Exª me permite um breve aparte?

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Com o maior prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Quero apenas dizer a V. Exª que tenho preocupações semelhantes às de V. Exª. Não há dúvida de que há desvios, como desvios terão havido em quase tudo quanto se empreendeu de grande envergadura; ou, pelo menos, houve alguma obra malfeita, que poderia ter sido melhor acabada. Porém, o fato é que a Sudene tem prestado relevantes serviços ao Nordeste brasileiro. Isso é irrecusável, é irrefutável. O que seria do nosso Nordeste, hoje, se não tivesse havido, há muitos anos, a instalação da Sudene? Seguramente, estaríamos em uma situação muito pior do que a que estamos. Não tenho a menor dúvida quanto a isso. Aqui, vejo o Senador Bernardo Cabral e logo me vem aos olhos a Suframa; as suas origens, a sua gênese. A Suframa foi de grande importância para o crescimento da Amazônia, sobretudo de Manaus. Portanto, todas essas agências – vamos chamá-las assim –, atualmente, são e continuam sendo importantes. O que se precisa fazer é corrigir o que eventualmente pode estar errado, e não pura e simplesmente passar uma esponja por cima, detonar, colocar uma bomba, uma granada e liquidar com aquilo que, durante tantos anos, contribuiu para o soerguimento de uma região e, por consequência, do eu povo. Solidarizo-me com V. Exª pelas palavras que aqui pronuncia e pelas preocupações que tem, tanto quanto eu, em relação à extinção da Sudene.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Agradeço ao Senador Edison Lobão o aparte.

Lembro-me da participação de S. Exª, como Governador do Maranhão, no Conselho da Sudene. Na época em que o Senador Edison Lobão era Governador do Maranhão, S. Exª deve se lembrar que o Conselho da Sudene funcionava em toda a sua plenitude. A presença dos governadores era o ponto mais alto das reuniões da Sudene. Hoje, o que vejo hoje nesse quadro desolador que estamos enfrentando em rela-

ção à Sudene é uma participação tímida por parte dos governadores.

Os governadores que hoje têm assento no Conselho da Sudene terão também que assumir essa responsabilidade no caso de a Sudene ser extinta, porque, amanhã, eles serão responsabilizados por essa extinção. O Conselho da Sudene é o órgão mais forte da instituição.

Portanto, quando vejo um ex-governador que teve assento no Conselho da Sudene, como é o caso do Senador Edison Lobão, externando a sua preocupação com a extinção da Sudene, reafirmo tratar-se de demonstração inequívoca do que representa aquela instituição para os interesses da região.

O Senador Edison Lobão destacou aqui que muitos erros devem ter sido cometidos na Sudene, mas, com certeza, os acertos foram bem maiores.

No início do nosso discurso, eu disse que a Sudene, em 32 anos, conforme os dados de que dispomos, gerou quase cinco milhões de empregos. Só isso já justificaria a sua permanência.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Ouço V. Exª.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Carlos Wilson, aplaudo V. Exª pelo pronunciamento e me solidarizo com as suas idéias. Apenas acrescento um fato que tem me chamado a atenção nos últimos dias: quando se fala na extinção da Sudene, governadores, parlamentares, lideranças políticas de todos os partidos do Nordeste têm se mobilizado. Buscam juntar esforços para impedir essa extinção ou a transformação da Sudene em agência de desenvolvimento, o que não tem acontecido em relação à Sudam – aliás, já vitimada pelo Governo, está em fase de extinção, de transformação. Sudam e Sudene são irmãs gêmeas e, por isso, devem receber do Governo Federal a mesma atenção e o mesmo tratamento. Sou médico e vou fazer uma comparação bem fácil de se compreender: imaginem V. Exªs se um doente que sofre de um tumor grave precisasse ser morto para que se combatesse o tumor! Imaginem se a Medicina tratasse todos os pacientes desta forma, ou seja, em vez da cura da doença, a destruição de quem a tem. É o que está acontecendo com a Sudam. Se há corrupção na Sudam, o Governo deve investigar – e está fazendo isso – e punir os responsáveis, preservando a instituição. Nós, do Norte, vamos combater, sem dúvida alguma, com muita força e com muita determinação, qualquer discriminação com relação à Sudam e

à Sudene. O tratamento tem que ser igualitário. O Ministro Fernando Bezerra, que é do Nordeste, deve estar numa situação muito difícil em função de pertencer àquela região. Por isso, deve ter dificuldade de dar à Sudene o mesmo tratamento que está sendo dado à Sudam. Não defendo que se nivele por baixo; não defendo que a Sudene seja extinta só porque essa medida já está sendo adotada contra a Sudam. Inclusive, é preciso rever o caso da Sudam, porque essas instituições têm que ter os mesmos parâmetros, as mesmas bases, a mesma sistemática de funcionamento; e a corrupção tem que ser punida com rigor, mas sem levar a óbito o paciente, que, no caso, é a Sudam. Solidarizo-me com V. Ex^a, mas peço que a Bancada do Norte, que os Governadores do Norte atentem para o problema. Aliás, nenhum governador do Norte manifestou-se até agora a esse respeito, e estou vendo que os próprios aliados no Nordeste do Presidente Fernando Henrique Cardoso têm debatido e contestado, com muita ênfase, a extinção da Sudene. No caso da Sudam, estão todos aceitando a situação passivamente. Concorde em que a corrupção deve ser expurgada, mas não concordo que a Sudam receba um tratamento diferente. Obrigado pelo aparte. Minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – V. Ex^a tem razão. Temos que expurgar a corrupção, temos que combatê-la com todo o rigor. Mas não é possível que, para combater a corrupção, tenhamos que acabar com as instituições. Temos que punir os responsáveis pela corrupção na Sudam, na Sudene, na Suframa e em todos os outros órgãos. Na verdade, o que não podemos é beneficiar a corrupção, porque, no momento em que se extingue uma instituição como essas que citamos, estamos premiando aqueles que, na verdade, não mereceram receber os incentivos daquelas instituições.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Carlos Wilson, quero me somar a V. Ex^a nessa manifestação em favor da permanência e manutenção da Sudene. Efetivamente ela é uma instituição que prestou inestimáveis e relevantes serviços ao Nordeste do Brasil, quando Juscelino Kubitschek, dentro do espírito de visão de desenvolvimento que o caracterizava, criou essa agência. De lá para cá, ao

lado da Chesf e do Banco do Nordeste do Brasil, como também ao lado do próprio Banco do Brasil, a Sudene empreendeu investimentos em todas as áreas, principalmente na agropecuária, na indústria e, como eu disse, prestou relevantes serviços ao nosso País e à nossa região, que adquiriu índices de crescimento louváveis, citados por V. Ex^a no seu discurso. Isso mostra que o esvaziamento de que a Sudene foi vítima nesses últimos anos foi decorrente do desconhecimento das estruturas econômica e social do Nordeste, do desinteresse das autoridades constituídas. Tanto isso é verdade que, nesta semana, o Presidente da República, o Dr. Fernando Henrique Cardoso, ao se despedir do Governador de Sergipe, em Aracaju, disse: “Quero agradecer ao povo do Recife a manifestação que acabo de receber”. Ora, o desconhecimento é total! A partir do próprio Presidente da República, quantos Ministros da Fazenda já foram às reuniões da Sudene? Pouquíssimos – acredito que não sabem nem onde fica a Sudene. Portanto, Senador Carlos Wilson, acho que não se trata da sua extinção, como asseverou V. Ex^a. Trata-se, sim, de se reestruturar a Sudene, de fortalecer a instituição, dando-lhe condições para que venha a funcionar a contento. Se há corrupção, vamos combater o mal pela raiz, ou seja, punir os culpados, e não punir o órgão, fechando a instituição, como se ela fosse a culpada. Ora, a instituição só tem vida, só funciona com pessoas físicas, que vão tomar conta daquele órgão. Se as pessoas não estão trabalhando adequadamente, que as tirem, mas que permaneça o órgão com pessoas competentes, honestas e criteriosas. É isso o que está faltando em nosso País. Se formos adotar a regra de extinguir o órgão onde exista corrupção, vamos acabar com a República do Brasil, porque existe corrupção na República brasileira. Vamos acabar, então, com a República? Não, de maneira nenhuma. Vamos acabar, sim, com os atos de corrupção que estão envergonhando este País. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Ouge, com muito prazer, o Senador Geraldo Melo, ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Carlos Wilson, muito obrigado pela oportunidade que me dá. Quero, antecipadamente, pedir desculpas por contribuir para prolongar o excesso de tempo que V. Ex^a adquire – já nos adverte disso o Presidente Edison Lobão –, fazendo um apelo a S. Ex^a que me dê oportunidade de fazer esta intervenção. Em primeiro

lugar, parabeno o Senador Carlos Wilson pela iniciativa de provocar um debate em torno deste tema. Na verdade, o Senado tem andado tão envolvido com questões pequenas, e até certo ponto terrivelmente constrangedoras, que nos esquecemos, ou não temos tido a oportunidade, de tratar dos assuntos que justificam a nossa presença aqui. Senador Carlos Wilson, a questão envolve dois aspectos: fala-se da Sudene misturando-se a idéia da instituição com notícias que andam por aí a respeito de corrupção, que é o assunto da moda, mas é preciso reconhecer – V. Ex^a mesmo enunciou no início do seu discurso uma série de dados sobre as transformações ocorridas no Nordeste depois da sua criação – que a história da Sudene é uma história de êxito, de sucesso e não de fracasso. A Sudene foi instituída quando o Nordeste era a maior região do mundo ocidental com renda **per capita** inferior a US\$100. V. Ex^a acaba de nos mostrar de que tamanho foi a transformação que ocorreu naquela Região, tanto sob o ponto de vista do produto, quanto da renda individual dos nordestinos. Só se conseguiu isso porque a política seguida foi bem sucedida. A história da Sudene também não é de desperdício de recursos nacionais. Levantamentos citados por V. Ex^a, conduzidos pelo ex-Senador Beni Veras, hoje Vice-Governador do Ceará, demonstram que a Sudene, em trinta anos, recebeu de incentivos fiscais US\$11 bilhões apenas. Esses recursos financiaram, por exemplo, o Pólo Petroquímico de Camaçari, que, sozinho, vale mais do que os US\$11 bilhões que a Sudene recebeu em trinta anos; de maneira que todo o restante feito na Região já excede o sacrifício que o País fez para dotar a Sudene de recursos. A questão, agora, é que a concepção original da Sudene tem quarenta anos de idade, e é da própria natureza do planejamento a sua revisão. Quanto melhores forem os programas, maior será a sua capacidade de transformação da sociedade à qual se destinam. Essas transformações, por sua vez, realimentam a necessidade de revisão do próprio programa. Uma concepção que se fez há quarenta anos precisa ser atualizada. O que eu estranho é que, antes de definir a nova política a ser praticada no Nordeste, se decida que é preciso acabar com a Sudene e criar um outro órgão. O ideal é que se tivesse discutido a reformulação da política e a redefinição da ação do Estado brasileiro naquela Região. Uma vez feito isso, saberíamos se a instituição disponível é apropriada para executar o que é necessário, se deve ser reformulada, extinta, substituída por outra ou se não deve ser substituída por nada. Portanto, V. Ex^a abre um debate que

permite a discussão de aspectos como esses que estou me atrevendo a levantar, de certa maneira sentindo-me provocado pela competente intervenção e manifestação de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e agradecê-lo pela oportunidade que me deu.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Geraldo Melo. Quando lhe concedi o aparte, eu destacava a sua condição de ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte e também de um dos defensores da Sudene, mas, bem antes disso, V. Ex^a foi funcionário da empresa e talvez, mais do que ninguém nesta Casa, deva estar com o coração dolorido com as notícias, que todos os dias acompanhamos pelos jornais, de que querem jogar na Sudene responsabilidades que ela não tem.

A Sudene teve responsabilidade no desenvolvimento da Região, e hoje, quando se fala tanto na questão do desemprego, deve-se salientar que ela foi a maior geradora de emprego no Nordeste. Até 1992, quase cinco milhões de pessoas conseguiram acesso ao emprego e mais de duas mil e oitocentas indústrias foram instaladas no Nordeste graças ao apoio da Sudene. Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não dá para entender que, agora, de maneira tão abrupta e violenta, fale-se na sua extinção.

Tenho um profundo apreço pelo Ministro Fernando Bezerra, nosso colega nesta Casa, mas não posso admitir que não se discuta de uma forma mais ampla a questão; S. Ex^a sabe que o Senador Geraldo Melo é um estudioso dos assuntos pertinentes à Sudene e que outros Senadores gostariam de dar alguma contribuição nesse sentido.

Não dá para pensar que por meio de uma medida provisória se extinga a Sudene, porque ela também tem sido palco de muitas promessas em campanha eleitoral. Lembro-me bem, na campanha de 1994, do hoje Presidente Fernando Henrique chegando ao Conselho da Sudene e prometendo o seu fortalecimento, dizendo que a instituição era indispensável e fundamental para o Nordeste. Fernando Henrique se elegeu Presidente naquele ano e voltou, em 1998, como candidato à reeleição, dizendo que não havia conseguido fazer tudo o que gostaria de ter feito pela Sudene, que devia muito àquele órgão, que o Nordeste devia muito à sua atuação, mas que, no segundo mandato, com certeza poderia ter uma ação mais fortalecedora com relação àquele instituição. No entanto, vejo exatamente o contrário.

Fico imaginando a posição do Presidente Fernando Henrique: Sua Excelência, que tanto prometeu

o fortalecimento da Sudene, está lançando, hoje, um seminário de acompanhamento dos cem anos do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek e tenta se aproximar da sua imagem desenvolvimentista, pois foi o Presidente Juscelino quem criou a Sudene, juntamente com Celso Furtado, outro grande nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Carlos Wilson, perdoe-me por interrompê-lo. Reconheço a importância do tema em debate, mas a Presidência solicita a V. Exª que conclua o seu discurso, pois já ultrapassou alguns minutos de seu tempo.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Juscelino criou a Sudene, tendo ao seu lado Celso Furtado, Rômulo Almeida e outros tantos nordestinos importantes. Será que o Presidente Fernando Henrique vai querer passar para a História como o coveiro do Nordeste, aquele que enterrou a Sudene? Espero que não, Sr. Presidente, porque esse órgão é da maior importância para a nossa Região. Espero, também, que o Presidente da República se preocupe em preservar pelo menos um pouco da sua biografia!

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Antes de concluir, Sr. Presidente, solicito a tolerância de V. Exª para ouvir o rápido aparte do Líder do Bloco, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Carlos Wilson. Eu até acredito na necessidade de se fazer uma reestruturação na Sudene, pois o modelo no qual ela foi gestada, há algumas décadas, necessitaria de modificações. Na verdade, o que está por trás dessa tentativa é a velha lógica liberal de achar que a simples mão invisível do mercado vai resolver os problemas das desigualdades regionais no nosso País. Não seria necessário nem Sudene, nem renúncia fiscal, se houvesse uma política de desenvolvimento regional estabelecida no próprio Orçamento que contribuísse para a eliminação dessas desigualdades. Como ela não existe, são necessários outros instrumentos. O que eu lamento é que todas as vezes que se levanta a discussão sobre a Sudene ou sobre a Sudam alguns setores sempre estabelecem a sua análise com uma profunda carga de preconceito, culpando o pessoal do Nordeste, que é um saco sem fundo de dinheiro, renúncia fiscal, quando dados mostram que a grande renúncia fiscal, no Brasil, não está no Nordeste nem no Norte, e sim na Região Sudeste; inclusive V. Exª fez referência a isso em pronunciamento anterior. Portanto, o que se

está discutindo, e que tem que ficar claro, particularmente para os Senadores das Regiões Norte e Nordeste, é que a continuidade desse modelo de desenvolvimento acirra essas desigualdades. Portanto, além de termos esse modelo que acirra as desigualdades, ainda querem extinguir os instrumentos que, pelo menos, serviam para amainar esse problema. Creio que a matéria merece todo o repúdio daqueles que querem um Brasil desenvolvido e sem tantas desigualdades regionais e sociais. Por isso, solidarizo-me com o discurso de V. Exª.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Muito obrigado, Senador José Eduardo Dutra. O aparte de V. Exª enriquece o nosso pronunciamento.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço, mais uma vez, a tolerância de V. Exª para ouvirmos o aparte do Senador José Alencar, tendo em vista ser S. Exª profundo conhecedor das atividades e da importância da Sudene para Minas Gerais, notadamente para a região do norte mineiro, a mais pobre do Estado.

Ouçó, com muita honra, o aparte do Senador José Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não tenho dúvida de que o Senador José Alencar tem muito a contribuir com esse debate, mas peço a S. Exª que seja breve.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Nobre Senador Carlos Wilson, tanto V. Exª como o nosso Presidente foram Governadores de Estados inseridos na área da Sudene, portanto, conhecem bem a instituição. Hoje, em Brasília, houve uma manifestação dando início às comemorações do centenário de um grande brasileiro, o Presidente Juscelino Kubitschek. Juscelino, que conhecia muito bem o Brasil, resolveu dar um tratamento diferenciado de incentivo – não de subsídio –, de estímulo para o desenvolvimento de uma área desfavorecida, o Nordeste, criando a Sudene. Para isso, ele foi buscar a contribuição de um outro grande brasileiro. Refiro-me ao economista, de renome mundial, Dr. Celso Furtado. A Sudene foi muito bem concebida e destinava recursos de incentivos fiscais à opção da pessoa jurídica que iria recolhê-los. E, parcela desses recursos recolhidos do Imposto de Renda era destinada à Sudene. Esses recursos eram depositados no Banco do Nordeste e ficavam à ordem da Sudene. Porém, aquela empresa, aquela pessoa jurídica que havia optado em favor de um determinado projeto o fazia numa compra direta de ações

daquela companhia. Depois veio o instituto do Finor, causando algumas modificações e, hoje, outras modificações também já ocorreram. Então, a Sudene vem sofrendo algumas alterações durante a sua história. Há determinados momentos em que, no Brasil, coisas que são feitas tendo em vista estudos acurados e por gente responsável vão sendo mutiladas. O mesmo aconteceu com o Sistema Tributário brasileiro. Houve uma reforma tributária muito bem concebida, à qual acabou com os impostos em cascata e resolveu o problema – Emenda Constitucional nº 18/65, se não me engano. Pois bem, o sistema foi sendo mutilado e acabou se transformando num verdadeiro cipoal burocrático. Assim aconteceu com a Sudene. O Nordeste não pode, de forma alguma, se esquecer de que há uma configuração de antes e depois da Sudene. Quem conheceu bem o Nordeste antes da Sudene sabe que havia um êxodo absolutamente impossível de ser contido, de pessoas que demandavam, naquele tempo, o Sudeste em busca de uma oportunidade de trabalho. A Sudene ofereceu essa oportunidade em todo o Nordeste, inclusive em uma área de 140 mil quilômetros quadrados no norte de Minas, o meu Estado. Essa área, hoje, foi estendida ao Vale do Jequitinhonha por um projeto de minha antecessora, representante de Minas, a eminente Senadora Júnia Marise. Nós, em Minas, sabemos o que foi a Sudene. Hoje, reconhecemos que os recursos da Sudene, provavelmente deveriam ser direcionados para obras sociais e também de infra-estrutura, como, por exemplo: saneamento, eletrificação, irrigação, esta tão necessária à região. Parabéns pelo lúcido pronunciamento de V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – (Fazendo soar a campainha.)

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Então, há muito o que fazer com esses recursos em uma região que precisa de um tratamento diferenciado. A estrutura da Sudene pode, realmente – como falou muito bem V. Exª e o ilustre Senador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo –, estar a pedir novas mudanças, reestruturação, mas não a sua extinção. Sou admirador do Senador Fernando Bezerra e o respeito muito por ser S. Exª também um homem da área, e creio que S. Exª irá compreender-me. Se me permite V. Exª – não assisti ao início do discurso de V. Exª –, farei uma sugestão – provavelmente ela até já tenha sido feita – para que nós possamos convidá-lo para trocarmos idéias, para debatermos o assunto, e para que S. Exª nos dissesse quais os objetivos, inclu-

sive para que possamos conhecê-los. Sr. Presidente, todos nós precisamos conhecer pormenorizadamente o que se deseja fazer com a Sudene que tantos benefícios tem levado a todo o Nordeste brasileiro.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, fiz questão de receber o aparte do Senador José Alencar, porque S. Exª demonstra profundo conhecimento em relação à Sudene. Além de ser um dos empresários mais importantes do País, S. Exª sabe da importância daquela instituição para a Região Nordeste e para o norte do Estado de Minas Gerais, e hoje estendendo-se para o Vale do Jequitinhonha.

Nobre Senador José Alencar, no início do meu discurso, eu ressaltava a minha estranheza em relação a notícias a respeito da extinção da Sudene veiculadas na imprensa, cuja autoria era sempre atribuída ao Senador Fernando Bezerra.

Sr. Presidente, ao encerrar o meu pronunciamento, faço um apelo ao Senador Fernando Bezerra – que é um democrata, um homem sensível, um homem extremamente talentoso e que conhece bem a nossa região – para que, antes de pensar em extinguir a Sudene, S. Exª venha a esta Casa conversar conosco.

Hoje, em Recife, reuniram-se todos os Governadores do Nordeste. Não sei o resultado dessa reunião. Mas espero que S. Exª tenham tomado a iniciativa de demover o Senador Fernando Bezerra de ser o autor da medida provisória que visa extinguir a Sudene.

Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço a tolerância de V. Exª.

Durante o discurso do Sr. Carlos Wilson, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, na forma do art. 14 do Regimento Interno, ao Senador Bernardo Cabral, na condição de Líder do PFL. S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a comunicação que tenho a fazer é breve, a fim de que eu possa ouvir o eminente Vice-Líder, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Sr. Presidente, por se tratar de um assunto inadiável, queria que meus colegas Senadores fizessem um pouco de reflexão sobre o dia de depois de amanhã, em que se comemora o Dia Mundial da Água. Conforme tenho feito desde o início do meu mandato, ocupo esta tri-

buna para tecer algumas considerações em comemoração a esta data, que transcorre dia 22 de março.

Sr. Presidente, como amanhã haverá eleição dos membros das Comissões, queria deixar já registrado esse fato. Acredito que o Brasil este ano tem o que mostrar à comunidade internacional: uma nova mentalidade e organização legal, institucional e financeira no campo da gestão de recursos hídricos.

Primeiro, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esta legislação – que recebeu um apoio fantástico deste Senado – completa, com princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos, estrutura institucional e mecanismos financeiros, e que permite a participação e colaboração do Governo, iniciativa privada e usuários, tudo visando à preservação e melhor uso dos nossos recursos hídricos.

Segundo, foi sancionada a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas, ANA, dentro de uma postura administrativa profissionalizada, em condições de reunir os melhores técnicos da área de recursos hídricos. A ANA vai capitanear a implementação e consolidação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dando efetivo apoio para que a gestão fique cada vez mais descentralizada.

Fosso, com alegria, comunicar ao Plenário da Casa que o meu Estado do Amazonas – e aquela região detém quase um quinto da água doce do mundo – já começa a sentir os benefícios da criação da Agência Nacional de Águas. Realizou-se, semana passada, em Manaus, sob os auspícios da ANA, Anel, Ipaam, que é o Órgão Estadual de Meio Ambiente, e do Centro de Ciências do Meio Ambiente da Universidade do Amazonas, o Curso de Gestão de Recursos Hídricos da Amazônia Ocidental, no qual tive a oportunidade de proferir uma palestra e ver os melhores nomes da área de recursos hídricos, dando sequência a esse curso.

Como resultado desse evento, ficou decidida a assinatura de um Convênio de Cooperação Técnica e Científica entre a Agência Nacional de Águas e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, Ipaam, visando à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e à estruturação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com seus respectivos programas, para um horizonte inicial de dois anos.

Assisti também, com alegria, a aproximação da Agência Nacional de Águas com o Centro de Ciências do Ambiente da Universidade do Amazonas. Esta

aproximação viabiliza o Curso Internacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos para a Bacia Amazônica, com a participação de excelência do Instituto Internacional de Infra-estrutura, Hidráulica e Meio Ambiente de DELFT, organismo sediado na Holanda, dentro do Tratado de Cooperação Amazônica, como preconizo em um extenso artigo ora em publicação pelo Senado Federal. Gostaria de ressaltar que, para esses entendimentos, recebi, no fim do ano passado, juntamente com o Governador Amazonino Mendes, o Vice-Governador Samuel Hanan e o Senador Gilberto Mestrinho, a visita, em Brasília, do Professor Bela Petry, Catedrático de Hidráulica do IHE/DELFT e Coordenador de Cursos Externos daquela instituição para tratar do assunto. Destaquei também minha Assessoria Técnica para reunir-se com os Diretores da Netherlands Water Partnership, em Porto Alegre, por ocasião da realização do Congresso da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, em dezembro de 2000, quando foi apresentado um leque de opções de cooperação – que quero ressaltar –, o qual foi levado ao Príncipe William de Orange, figura maior dessa entidade.

Ao concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer da minha contribuição em homenagem ao Dia Mundial da Água. Como tenho feito desde 1995, apresento ao Senado Federal e à comunidade do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos uma publicação de relevância. Decidi que a riqueza dos debates e das proposições da formulação da Agência Nacional de Águas, realizadas no Parlamento, são a grande contribuição inicial de nossa instituição ao processo de administração de águas. E isso não se poderia perder.

Essas são as razões pela minha satisfação em apresentar ao Plenário o Caderno Legislativo nº 005/2001, intitulado **A Agência Nacional de Águas**, em dois volumes, num total de 1.400 páginas, contendo todo o Processo Legislativo de aprovação da Lei nº 9.984, de 2000, em cinco mil exemplares, que serão distribuídos aos eminentes Senadores, às universidades, aos acadêmicos e a todas as instituições.

Atendendo ao apelo da campanha, que me informa que o meu tempo já se esgotou, concluo, dizendo, Sr. Presidente, que não poderia deixar de agradecer o apoio da Mesa Diretora passada, especialmente aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima, esperando também contar com o apoio da atual Mesa Diretora, da qual V. Ex^a, Senador Edison Lobão, é o Vice-Presidente, para que se possa continuar esta jornada de publicar o que é importante para a sociedade brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito importante que eu possa suceder o eminente Senador Bernardo Cabral, que, oportunamente, trouxe como tema o Dia Mundial da Água, que se comemora amanhã.

Sr. Presidente, o assunto que trago à tribuna não difere muito. Trata, na mesma esteira, dessa importante questão de integração, utilização e uso múltiplo das águas.

Assim sendo, Sr. Presidente, quero registrar, desta tribuna, que, ainda neste ano, será inaugurada a ponte da Ferrovia Norte-Sul, sobre o rio Tocantins, ligando o Estado do Maranhão – Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente – e o nosso querido Tocantins, trazendo os trilhos dessa ferrovia – a Ferrovia da Integração Nacional – para o nosso Estado.

No mês de fevereiro próximo passado, partiram de Barra do Garça, no Estado de Mato Grosso, com destino a Couto Magalhães, no nosso Tocantins, um comboio de quatro balsas, carregadas com 2.400 toneladas de milho, o que pode ser traduzido como o marco inicial das operações da hidrovía Araguaia-Tocantins.

Destaco, Sr. Presidente, que estes dois acontecimentos – a construção da ponte da Ferrovia Norte-Sul sobre o rio Tocantins e o início das operações da hidrovía Araguaia-Tocantins – juntam-se a um outro evento da maior importância a acontecer ainda este ano no nosso Estado: a inauguração da usina Luís Eduardo Magalhães, cujas obras de construção já se encontram em seus últimos estágios. Tudo isso se configura na verdadeira transformação que está trazendo à tona este novo Brasil que começa a surgir a partir da nossa região, antes tão isolada.

Quero assinalar esses fatos, Sr. Presidente, para registrar que o Brasil começa a tomar conta de si mesmo e a criar esse novo Brasil. É a rota da integração nacional, eliminando um dos graves itens do chamado custo Brasil, representado pelo turismo do transporte de cargas, que traz o produto para o centro-sul do País e seus portos já abarrotados, para em seguida levá-lo aos grandes mercados do norte, os grandes mercados externos de consumo. Estudos realizados por várias empresas são unânimes ao dizer que esse passeio imposto por uma equivocada matriz

de transporte encarece nossas exportações em algo entre US\$30 e US\$40 a tonelada transportada.

A imprensa tem divulgado também os problemas de ordem ambiental, que podem advir da integração do rio Araguaia no sistema de transportes integrados Araguaia-Tocantins.

Devo dizer, Sr. Presidente, que a navegação que ora se inicia no rio Araguaia, em grande escala, não depende nem dependeu de nenhuma transformação, de nenhuma obra de dragagem em qualquer ponto do rio, objeto de embargo por várias organizações não-governamentais em diversas instâncias judiciais. Essas entidades procuram obstaculizar, embargar a navegação do rio Araguaia, tendo em vista aspectos ambientais.

As barcas deixaram a cidade de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, e chegarão, no mês de março, à cidade de Couto Magalhães, no Estado do Tocantins. Será feito, então, o transporte das cargas até o terminal mais próximo da ferrovia Norte-Sul e, de lá, para o porto de Itaquí, no Maranhão. O ganho é extraordinário! Passaremos a depender menos das estradas brasileiras, cujo estado prefiro não comentar neste pronunciamento. O assunto tem merecido, nesta Casa, importantes pronunciamentos de diversos Parlamentares, como o que ainda ontem realizou o ex-Presidente desta Casa, o sempre presente Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa alternativa é extraordinária, porque contamos com um Estado cuja localização reputamos estratégica, pois vai fazer a articulação com o grande mercado do Nordeste e com o grande portal de entrada da nossa Amazônia. O Tocantins apresenta a hidrovía Araguaia-Tocantins e, ainda, a ferrovia Norte-Sul como alternativas que vão derubar, definitivamente, o custo Brasil.

Trouxe, hoje, para esta tribuna, uma comparação que me chama a atenção há bastante tempo e que venho fazendo entre o Estado do Tocantins e o Estado do Tennessee, nos Estados Unidos.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Antes de entrar nessa comparação, nessa análise que faço da situação privilegiada do Estado do Tocantins, dessa articulação entre o Maranhão e o Tocantins que a ferrovia Norte-Sul possibilita, trazendo desenvolvimento para o País, ouço V. Ex^a, com muita alegria, Senador Carlos Bezerra.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Nobre Senador Siqueira Campos, V. Ex^a enfoca um tema que é

de alto interesse nacional. Pude ver pela televisão que, na cidade de Barra do Garças, em Mato Grosso, a população toda – juventude, estudantes, produtores rurais, empresários, trabalhadores – se revoltou contra a decisão da Justiça de suspender o trânsito das barcas pelo rio Araguaia. Realmente, o Brasil é um dos poucos países do mundo que não usa a hidrovia. A mentalidade rodoviária foi implantada na década de 50. Depois de Getúlio Vargas, no governo de Juscelino Kubitschek, principalmente, entramos na era do transporte rodoviário, que é o que predomina neste País, embora seja o mais caro. O Brasil não conseguiu implantar, ainda, o transporte intermodal. Hoje, por incrível que pareça, tem dificuldades enormes de fazê-lo, porque essas entidades procuram tumultuar o processo de todo modo e encontram respaldo, infelizmente. Os países da Europa usam seus rios para transportar mercadorias; os Estados Unidos têm uma rede hidroviária muito usada, eficiente e bem manejada. Nós, no entanto, não conseguimos implantar este projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins, a principal hidrovia da América Latina e do País, que servirá o Estado de V. Ex^a, o meu Estado, Tocantins, e os Estados de Goiás, Maranhão, Pará e Mato Grosso do Sul. Todos eles serão beneficiários dessa grande hidrovia, que vai, como disse V. Ex^a, derrubar o custo Brasil. O que o Brasil precisa? O Brasil não despertou para isto: pode ter o monopólio dos alimentos no mundo. Hoje, o petróleo é o produto mais estratégico, mas, brevemente, o alimento será mais importante que ele. O Brasil tem condições excepcionais que nenhum outro país possui, não apresenta concorrente na questão da alimentação; basta que acabe com o custo Brasil, derrube o atraso, invista na biotecnologia, na ciência, faça avanços, como os demais países têm feito. Estamos mais atrasados do que a Argentina e o Chile nessas questões. O Brasil precisa usar as hidrovias. Felizmente, parece-me que a ferrovia já chegou a Mato Grosso; chegará à minha cidade, Rondonópolis, dentro de dois anos. Quer dizer, a ferrovia começa a ser uma realidade e mudará a nossa matriz de transporte. Por duas vezes, vimos o País quase paralisado por uma greve de caminhoneiros. Paralisa-se, realmente, o País, porque não há alternativas. Param os caminhoneiros, pára o trânsito nas rodovias, e não há como fazer chegar o produto ao seu destino. Portanto, é um absurdo o que acontece com a hidrovia Araguaia-Tocantins, que não sai do lugar pelos percalços e dificuldades apresentados por aqueles que são impatrióticos, já que a questão ambiental está sendo vista com responsabilidade. Acredito que não haja nenhum dano ao meio ambiente, no entanto, na

semana passada, o embarque foi cerceado pela Justiça. Parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento, feito com muita competência e inteligência. Estou totalmente solidário a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Agradeço a experiente participação, que incorporo ao meu pronunciamento, do ex-Governador e Senador Carlos Bezerra, que conhece a fundo o problema, sabe da importância da hidrovia Araguaia-Tocantins, sabe que essas organizações não-governamentais estão mesmo merecendo a CPI proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Os prejuízos são imensos. Mas, nesse ponto, o que é importante destacar é que nenhuma dragagem foi realizada no rio Tocantins para permitir a partida dessas barcas. Essa causa será vitoriosa.

A comparação que eu fazia, Senador Carlos Bezerra, do meu Tocantins querido ao Estado do Tennessee leva-nos a uma situação curiosa. Denominamos o Tocantins o Estado da livre iniciativa e da justiça social; o Estado do Tennessee é conhecido como o estado voluntário nos Estados Unidos. O Tocantins é o Estado brasileiro com o maior número de divisas, ou seja, o que tem maior contato geográfico com os demais Estados. Fazemos divisas com Goiás, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Piauí e o Pará. Apenas em um ponto, chamado Pedra da Baliza, há o encontro de quatro Estados: Tocantins, Piauí, Bahia e Maranhão. Pedra da Baliza: um ponto onde quatro Estados encontram-se. E ele exerce esse papel de articulador entre a Amazônia e o Nordeste, grandes mercados consumidores, a serem descobertos e explorados.

Mais do que isso, a localização do Tocantins assemelha-se em muito à região do rio Mississipi. Temos ali uma grande ferrovia ao lado do rio, o que desmonta aquela tese de alguns de que temos de dar preferência à hidrovia em detrimento da ferrovia. Não, as duas coisas devem caminhar, como tem caminhado, paralelamente, pois são duas alternativas extraordinariamente mais baratas, que derrubam o custo Brasil. Mas segue o Estado do Tocantins com os seus 278 mil quilômetros quadrados, e o Tennessee com cerca de 67, quase 70 mil quilômetros quadrados, e vejo que os dois estados têm alguma semelhança na distribuição da sua população.

O Tennessee tem também uma agência de desenvolvimento, a **Tennessee Valley Authority**, que cuida de todos os aspectos inerentes aos programas de fomento e de desenvolvimento, à questão da navegabilidade, da preservação do Mississipi. E temos a nossa agência de desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Estamos buscando desenvolver o nosso Estado de forma harmoniosa. Não fazemos uma hidrelétrica pensando apenas na questão energética, estamos pensando também na navegação no rio Tocantins, daí o estudo das eclusas. Estamos pensando no uso múltiplo das águas, no turismo, na piscicultura, e, principalmente, na irrigação. Porque, disse bem V. Ex^a, nós tivemos, no século passado, guerras que predominantemente aconteceram em função do petróleo, da função estratégica de alguns países, como o Kuwait. E, Senador Carlos Bezerra, Senador Bernardo Cabral, há previsões, há estudos, feitos pela Organização das Nações Unidas, que alertam que poderemos ter, em meados deste século, uma guerra em consequência exclusivamente da questão da água.

É por isso que, apesar de comemorar a criação da Agência Nacional de Águas, e de amanhã termos essa data tão bem lembrada por V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, acho que entramos, talvez, um pouco tardiamente na preocupação com algo tão relevante como é a questão da água.

E o Tocantins tem, sim, um papel de fundamental importância nisso, já que estão, neste ano, autorizadas a ir a leilão, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, mais quatro usinas hidrelétricas, todas situadas no leito do rio Tocantins, em território tocantinense, sendo que uma delas, para honra do nosso povo e também do povo maranhense, uma usina hidrelétrica que será construída na divisa dos dois Estados.

Na semana passada esta Casa discutiu – e foi um debate interessante – a redivisão territorial. Alguns preferiram se ater à questão maior. A própria disposição do mapa dos Estados Unidos nos indica que essa será a solução para uma ocupação mais racional do nosso território.

Há aquele sentimento, Senador Bernardo Cabral, que sei que tem V. Ex^a, de preservação do Estado do Amazonas. Mas, ainda superior a essa, a preocupação de uma ocupação racional, que leve em consideração o desenvolvimento sustentado, uma ocupação que tenha como visão prioritária a questão do homem, a questão da sobrevivência, que virá sempre acompanhada das grandes questões ambientais.

Este é o novo debate, este é o novo contexto. Por isso entendo que a redivisão territorial passa a ser também uma discussão importante dentro desse processo – eu não acredito que haja outro tema ou questões secundárias conjunturais, circunstâncias que venham a predominar no debate nesta Casa.

Foi por isso que, quando da discussão da criação do Estado do Araguaia, fiquei feliz ao ver, por

exemplo, a participação do Senador Roberto Freire, que trouxe à tribuna uma visão maior, uma preocupação maior com o seu país, desprendendo-se de qualquer outro conceito partidário ou de ser nordestino, representante de um importante e politizado Estado deste Brasil, que é Pernambuco. Ele deixou aqui a sua contribuição. E acho que esses debates são a essência, a razão da existência desta Casa, que representa a Federação, os Estados brasileiros.

O que procuro trazer nesta tarde para a tribuna, Sr. Presidente, é esta contribuição, esta análise, esta comparação que fiz do Estado do Tennessee – são muitas as coincidências, são inúmeras as coincidências – com o Estado do Tocantins. Grande parte desse material recebi de uma comitiva de norte-americanos que, conhecendo o Estado do Tocantins, a nossa bacia hidrográfica, e as suas condições e potenciais, traçaram esse paralelo entre o Estado do Tennessee e o rio Mississipi e o Estado do Tocantins os rios Tocantins e Araguaia.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Portanto, Sr. Presidente, sabendo que estou chegando ao final do meu pronunciamento já com o meu tempo esgotado e sentindo-me na obrigação de contribuir com a Mesa e com os trabalhos desta Casa, deixo aqui um pequeno espaço para poder abrigar em meu pronunciamento a participação do meu companheiro de representação, Senador Leomar Quintanilha, não sem antes dizer que a inauguração da ponte sobre o rio Tocantins, da Ferrovia Norte-Sul, e a inauguração, este ano, da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, vencidas todas as questões ambientais e os embargos circunstanciais de interesses escusos, que pretendem inviabilizar a navegação do rio Araguaia-Tocantins, são marcos de um novo momento brasileiro em cujo contexto o Tocantins aparece com destaque.

Por favor, Senador Leomar Quintanilha, ouço V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a aborda, em seus comentários nesta Casa, alguns aspectos muito interessantes da vida brasileira. Primeiro, a discussão, que se reacende, sobre a redivisão territorial do País e com a qual eu concordo. V. Ex^a fala também sobre a importância da localização geográfica do Tocantins, no momento em que se presta à articulação de diversas regiões importantes do País. Mas gostaria de ater-me à primeira parte do seu pronunciamento, quando V. Ex^a comemora a retomada das ativida-

des de navegação no rio Araguaia, de fundamental importância para a economia dos Estados interiores do Brasil. Se o Tocantins tem algo a comemorar no que diz respeito à generosidade da sua natureza, seguramente isso é a sua bacia hidrográfica, a riqueza dos seus recursos hídricos. A natureza foi extremamente dadivosa com o Tocantins, oferecendo-lhe duas das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras: a do Araguaia e a do Tocantins. É impossível que o Tocantins, ficando como parte penalizada nas relações entre os Estados desenvolvidos, não possa otimizar o múltiplo uso desses extraordinários recursos hídricos, inclusive com a navegação, que vai permitir a mudança da matriz e da logística de transporte em nosso País. Portanto, V. Ex^a comemora muito bem, e associo-me a V. Ex^a na comemoração, que não deve se restringir apenas a nós, representantes do Tocantins, mas se estender a todos os representantes do interior brasileiro. O Mato Grosso, principalmente, se regozija com essa decisão, pois dali fluirá, via Araguaia, muito do potencial da sua riqueza, com baixo custo, demandando os portos que assegurarão preço competitivo aos produtos dos brasileiros que acreditam e mourejam naquela região. Comemoro, portanto, com V. Ex^a a retomada das atividades de navegação do rio Araguaia.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Concluindo, Sr. Presidente, tenho a fé e a convicção de que, construídas as outras hidrelétricas do rio Tocantins, daremos mais uma grande contribuição para este País, especialmente para os nordestinos, que será a perenização do rio São Francisco, com o desvio das águas do rio Tocantins. Algo possível, já estudado e que tem sido comentado nesta Casa inclusive pelo Senador Antonio Carlos Valadares, interessado, como todos os nordestinos, na transposição das águas do rio Tocantins para o rio São Francisco. O Tocantins dará ainda ao País essa grande contribuição e fará com que os irmãos nordestinos também possam experimentar desse grande braço forte que tem o nosso Estado nos seus rios Araguaia e Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a impressão de que quando exercia a Presidência desta Casa, numa sessão em homena-

gem ao Presidente Kubitschek, falamos em ter uma comissão do Senado para homenageá-lo. Talvez o quase Senador Carreiro possa nos dizer o que aconteceu. Recordo-me bem que tive logo o apoio do Senador Carlos Patrocínio, e realmente devemos a esse que foi o grande Presidente da República dos últimos anos, e de quem tive a honra de ser amigo pessoal, uma homenagem muito grande no seu centenário. E eu já naquela oportunidade, em 12 de setembro do ano passado, pedia que isso ocorresse.

Falo isso porque hoje tive conhecimento de que Sua Excelência o Senhor Presidente da República designou uma comissão para cuidar desse centenário e de que houve uma solenidade muito boa, à altura da memória do Presidente Kubitschek, mas da qual alguns dos seus amigos diletos, por falta de comunicação, estiveram ausentes.

Então, não só justifico a minha ausência, como quero saber que comissão o Senado designará para organizar as comemorações desse centenário.

Não quero competição com o Executivo, mas, tendo ele sido Senador e o grande Presidente da República dos últimos 50 anos, pelo menos, o Senado Federal não pode ausentar-se das comemorações.

Teremos de realizar sessões aqui em homenagem a Juscelino Kubitschek e também outras homenagens, fora daqui, patrocinadas pelo Senado Federal, em honra desse grande homem público.

Faço este apelo a V. Ex^a porque, se me não enganaram, esse assunto foi deliberado por esta Casa. Se não teve continuidade, que a Mesa, que V. Ex^a hoje, com muita honra para mim, preside, adote as providências indispensáveis para que isso ocorra.

Agradeço a V. Ex^a e, ao mesmo tempo, felicito o Brasil por homenagear, também hoje, a figura do Presidente Juscelino Kubitschek.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Respondendo a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, a Presidência confirma que, de fato, houve um requerimento de autoria de V. Ex^a, seu primeiro subscritor, numa sessão não do Senado Federal, mas do Congresso Nacional – mais elevada ainda –, e que foi aprovado.

Posteriormente, o Presidente desta Casa, Senador Jader Barbalho, na tentativa, provavelmente, de dar maior dimensão às homenagens, propôs a criação de uma comissão tripartite e oficiou ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Presidente da República sugerindo essa solução.

Aguarda a Mesa a resposta dos dois Presidentes. Enquanto isso, a Mesa já pediu aos Srs. Líderes que indiquem membros para essa comissão, que

aguarda, por conseguinte, apenas as manifestações do Presidente da República e do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

De qualquer sorte, a iniciativa foi de V. Ex^a, e V. Ex^a será atendido na justa homenagem que se pretende realizar em memória de um dos maiores estadistas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência, de ofício, prorroga a sessão por quinze minutos, a fim de que os Srs. Senadores possam fazer uso da palavra para as suas comunicações inadiáveis, pelo prazo de cinco minutos cada um, de acordo com o art. 158 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que anuncio que o **Diário Oficial** de ontem, dia 19 de março, traz a publicação da Portaria nº 56, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que institui o Programa de Assistência à Saúde dos servidores civis dos ex-Territórios Federais, incluindo Amapá, Acre, Roraima e Rondônia, cuja modalidade é a de auxílio, mediante ressarcimento parcial do plano de saúde adquirido diretamente pelo servidor, ou seja, por livre escolha.

Menciono a minha satisfação, Sr. Presidente, porque esse é o resultado de uma luta de vários anos, haja vista que os servidores federais dos ex-Territórios eram os únicos que não estavam usufruindo desse benefício, que consiste no auxílio correspondente à assistência à saúde, pago pelo Governo Federal, equivalente a R\$24 *per capita*.

Têm direito a esse benefício os servidores civis ativos e inativos. Lamentavelmente, os servidores militares com vínculo federal não estão ainda cobertos por esse programa, em função de não estarem incluídos no Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos –, mas estamos lutando, também, em outra frente, para que os servidores militares federais possam obter o mesmo tratamento dos civis, visto que têm o mesmo padrão, ou seja, a União.

O direito a esse benefício passa a existir a partir da data da publicação dessa portaria. Os servidores devem procurar as áreas de recursos humanos das Damf, nos quatro ex-Territórios e, a partir da comprovação da adesão a qualquer plano de saúde, fazer jus ao benefício, que é da ordem de R\$24 *per capita*, incluindo o servidor e seus dependentes. Como eu disse, a escolha do plano de saúde fica a critério do ser-

vidor; os que já têm plano de saúde podem permanecer com ele, e os que ainda não o tem devem fazer o seu contrato com um de sua livre escolha.

Trata-se de um ressarcimento parcial, definido pela portaria, haja vista que o plano de saúde tem custo superior a R\$24, valor estabelecido uniformemente por todos os ministérios para os seus servidores federais.

O servidor, portanto, deve apresentar, na área de recursos humanos da Damf, a documentação necessária para comprovar que já fez a adesão a um plano de saúde e, também, a documentação que comprova quem são os seus dependentes. A portaria estabelece ainda os critérios que serão utilizados para a caracterizar os dependentes, inclusive a declaração de Imposto de Renda.

O modelo apresentado pelo Ministério do Planejamento, por meio da portaria, utiliza um sistema de crédito em que o valor é depositado mensalmente na conta do servidor, incluído na folha de pagamento do servidor, sendo isento de qualquer desconto. Esse valor é devido a partir do mês de inclusão na área de recursos humanos.

Esclareço que, como a portaria foi publicada no dia de ontem, encontrando-se a folha de pagamento praticamente encerrada para o mês de março, os servidores só vão poder usufruir desse benefício a partir do mês de abril.

Gostaria de pedir aos Senadores dos ex-Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, principalmente, que levem essa boa notícia aos servidores. A portaria está publicada no **Diário Oficial** da União de ontem sob o nº 56, com data de 16 de março de 2001.

Por último, Sr. Presidente, informo ainda que cada servidor deve comprovar mensalmente a quitação de seu plano de saúde, para que possa receber, na sua conta corrente, o valor correspondente.

Essa, sem dúvida, é uma grande notícia para os servidores dos ex-Territórios. Os ex-Territórios – exceto o Acre, que se transformou em Estado há mais tempo, tendo, por isso, um número menor de servidores federais – vão receber, em média, R\$10 milhões. Serão, no total, mais de 100 mil pessoas beneficiadas, incluindo os servidores e seus dependentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

Seção 1

Diário Oficial

nº 54-E, segunda-feira, 19 de março de 20

ISSN 1415-1537

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

GABINETE DO-MINISTRO

PORTARIA Nº 56, DE 16 DE MARÇO DE 2001

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 184, inciso III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos Decretos nºs 99.709, de 21 de novembro de 1990 e 2.383, de 12 de novembro de 1997, e nos Convênios nºs 001, 002, 003, de 4 de fevereiro de 2000, e 004, de 4 de março de 2000, celebrados entre a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os Estados de Roraima, Rondônia, Acre e Amapá, respectivamente, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Assistência à Saúde dos servidores civis dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, que será executado na modalidade de auxílio, mediante ressarcimento parcial do Plano de Saúde, adquirido diretamente pelo servidor.

Art. 2º O valor a ser despendido com o ressarcimento será estabelecido, anualmente, de acordo com a dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Sobre o ressarcimento creditado aos servidores não deverá incidir qualquer desconto.

§ 2º Caberá ao Ministério da Fazenda a fixação e divulgação dos valores por cada membro familiar cadastrado.

Art. 3º O servidor terá liberdade de escolher qualquer Plano de Saúde existente no mercado que melhor se ajuste às suas necessidades e de seus dependentes.

Art. 4º O servidor só terá direito ao ressarcimento das despesas com seus dependentes quando for comprovada a sua inclusão no Plano de Saúde escolhido.

Art. 5º São considerados beneficiários da modalidade de auxílio no Plano de Saúde os servidores civis, ativos ou inativos, dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, bem como seus dependentes legalmente cadastrados na área de Recursos Humanos, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - cônjuge ou companheiro(a) com rendimento igual ou inferior a um salário mínimo - certidão de casamento, declaração de união estável ou certidão de nascimento da filha em comum;

II - filhos:

a) menores de 21 anos - certidão de nascimento;

b) estudantes universitários até 24 anos - declaração da dependência econômica e da Instituição de Ensino, onde estiver matriculado e, se for o caso, certidão de nascimento;

c) filhos inválidos - declaração de invalidez;

d) adotivos - certidão de nascimento, escritura pública de adoção devidamente averbada no registro civil, certidão de nascimento com averbação do título de adoção ou, ainda, o termo de guarda judicial que antecede o processo de adoção, quando ocorrer o trânsito legal; e

e) tutelados - termo de tutela;

III - pai, biológico ou adotivo, inválido ou maior de 70 anos, com rendimento igual ou inferior a um salário mínimo, que não possua bens e que viva às expensas do servidor;

IV - mãe, biológica ou adotiva, inválida, viúva, solteira ou separada, com rendimento igual ou inferior a um salário mínimo, que não possua bens ou ainda quando o marido já for dependente do servidor para fins de ressarcimento.

§ 1º Não poderão ser beneficiários, simultaneamente, o cônjuge e o(a) companheiro(a), bem como os pais biológicos e os pais adotivos.

§ 2º Caso algum dependente não esteja em situação funcional do servidor, este deverá regularizar a situação de dependência junto à área de Recursos Humanos, por meio de termo de dependência econômica que ficará arquivado em sua pasta funcional.

§ 3º Tanto no caso de cônjuge, de companheiro(a), e caso de pai e mãe, ainda que adotantes, será necessária a apresentação de cópia da Declaração de Imposto de Renda.

§ 4º O servidor que estiver isento da Declaração do Imposto de Renda poderá apresentar documento assinado por pessoas idôneas, atestando a dependência.

§ 5º Os dependentes devem morar sob o mesmo teto titular do Plano, e em caso de residências distintas, o servidor comprovar que o imóvel é de sua propriedade ou que é o responsável pelo aluguel.

Art. 6º Sendo o servidor e cônjuge servidores públicos, caso os dependentes vinculados àquele que os declara para Imposto de Renda.

Parágrafo único. Nenhum beneficiário poderá, em qualquer hipótese, usufruir de mais de um Plano de Assistência à Saúde, mesmo que parcialmente, com recursos oriundos dos Estados Fiscal e da Seguridade Social da União.

Art. 7º Os servidores cedidos com ônus deverão, por escrito, a opção pela percepção do benefício pelos ex-Teritórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia ou Roraima.

Art. 8º Para fazer jus ao ressarcimento de suas despesas o servidor deverá, obrigatoriamente, apresentar comprovante oriundo do Plano de Saúde junto à área de Recursos Humanos, bem como a cópia dos elementos exigidos para a sua qualificação.

Parágrafo único. Caberá à área de Recursos Humanos, de comprovante de adesão, verificar a veracidade das informações e os dependentes constantes do Plano e, em seguida, cadastrá-los nos assentamentos funcionais do servidor.

Art. 9º A área de Recursos Humanos, após conferência da dependência, providenciará o crédito correspondente ao ressarcimento do auxílio do Plano de Saúde na folha de pagamento do servidor.

Parágrafo único. O ressarcimento será devido a partir da inclusão do beneficiário junto à área de Recursos Humanos.

Art. 10. O valor referente ao auxílio deverá ser lançado no contracheque do servidor como rendimento não tributável para Imposto de Renda retido na fonte, conforme Ato Declaratório COST/RRRF nº 35, de 17 de novembro de 1993.

Art. 11. Perderão a condição de beneficiário:

I - o servidor quando:

- a) exonerado;
- b) afastado em qualquer licença sem vencimentos;
- c) redistribuído;
- d) cedido sem ônus;
- e) aproveitado em outro órgão; e
- f) ocorrido seu falecimento;

II - o cônjuge e o(a) companheiro(a) quando:

a) da anulação do casamento, do divórcio ou da separação por decisão judicial em contrário; e

b) seu rendimento for superior ao de um salário mínimo;

III - os filhos e a eles equiparados:

a) pela maioridade;

b) se estudantes universitários, ao completarem 24 anos;

c) pela cessação de tutela; e

d) pela emancipação.

Parágrafo único. Todas as dependentes perderão, nesta condição, por quaisquer das situações descritas no inciso anterior.

Art. 12. O auxílio ficará limitado ao valor estipulado nesta Portaria, independente do custo do Plano de Saúde do servidor.

Art. 13. São de exclusiva responsabilidade do servidor:

a) o pagamento das mensalidades à Entidade mantenedora do Plano;

b) a comprovação mensal deste pagamento perante a Recursos Humanos;

c) a comunicação à área de Recursos Humanos de qualquer alteração que afete os valores devidos do auxílio; e

d) as consequências quanto à rescisão do contrato.

Parágrafo único. Constatado, a qualquer tempo, pagamento indevido a título de auxílio, o servidor deverá devolver os valores recebidos, conforme dispõe o § 3º, do art. 46, da Lei nº 8.112, de dezembro de 1990.

Art. 14. Para fins de acompanhamento, as Representações Delegadas de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima deverão informar, mensalmente, o valor do dispêndio com o auxílio de Assistência à Saúde, ordenação-Gestão de Orçamento e Finanças, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério da Fazenda.

Art. 15. A modalidade de auxílio, quando remessa parcial ao Plano de Saúde, poderá ser interrompida a qualquer critério da administração ou por decisão superior.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE-

Selastion Roraima

GILHERME GOMES DIAS

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, o **Correio Braziliense** de hoje publica uma nota do seguinte teor:

José Serra Critica Prefeitos

O Ministro da Saúde, José Serra, explicou ontem em São Paulo que o elevado número de casos de dengue registrados esse ano deve-se à "frouxidão" dos prefeitos. "O que houve (em relação à dengue) foi moleza, frouxidão de alguns prefeitos que, por causa da campanha eleitoral, largaram o trabalho preventivo", disse Serra, ressaltando que não se referia a todos os prefeitos das cidades onde a doença foi identificada. Ele afirmou que a dengue tem de ser combatida com eficácia no inverno. "Muitas prefeituras largaram o corpo. E o preço é a dengue atrapalhando a vida e a saúde das pessoas". Questionado se a suposta "frouxidão" seria dos prefeitos de todas as cidades onde a doença surgiu, Serra disse que "em princípio, sim", mas apontou exceções. Segundo ele, em algumas cidades do Acre a contaminação da população ocorreu por causa de cidades infectadas na Bolívia. "Há cidades (na Bolívia) em que 80% da população tem dengue. Nessas condições, não é possível evitar a contaminação". (Agência Folha)

Vê-se, portanto, que o único Estado mencionado como exceção pelo Ministro é o Estado do Acre, do Senador Tião Viana. Os prefeitos dos demais Estados são diretamente acusados pelo Ministro de serem responsáveis pela epidemia de dengue que se alastra pelo País afora, nos grandes centros inclusive – aliás, só por isso essa doença está sendo notada e discutida, mas na Amazônia, há muito tempo, ela vem crescendo assustadoramente. No entanto, o Ministro, campeão no uso de redes de televisão e de rádio, não tem feito uma campanha adequada para combater esse mal e muito menos tem aparelhado adequadamente as prefeituras para combatê-lo – posso falar pelas prefeituras do meu Estado, que têm recebido uma quantia irrisória para combater essa doença.

Portanto, quero, mesmo sem ter procuração dos prefeitos brasileiros, dizer ao Ministro que não é dessa forma que S. Ex^a pode dar uma explicação à opinião pública em face do aumento assustador da dengue em todos os Estados brasileiros. E não é só a dengue, Sr. Presidente; são dignas de menção também a malária, a tuberculose, a hanseníase e muitas

outras moléstias que podem ser evitadas por meio de vacinas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, por cinco minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, quero aproveitar esta oportunidade para, inicialmente, reconhecer o trabalho do Senador Sebastião Rocha na luta que encetou relativamente ao programa de assistência à saúde aos servidores dos ex-territórios federais de Acre, Rondônia, Amapá e Roraima. Tendo acompanhado a luta desse Senador, é com satisfação que hoje vemos ser coroado de êxito o seu trabalho, que contou também com a ajuda de toda a bancada da Região Norte, indiscutivelmente. Vale, portanto, lembrar a Portaria nº 56 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no dia de ontem, à qual o eminente Senador se referiu no início no seu pronunciamento.

Mas o principal motivo de minha presença aqui hoje, Sr. Presidente, é o desejo de dizer que recentemente encaminhei um ofício ao Ministério da Fazenda, mais especificamente à Secretaria da Receita Federal, a pedido da Associação Amazonense de Emissoras de Rádio e Televisão – pedido esse que veio referendado também pela Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão –, no sentido de solicitar daquela autoridade uma alteração da Portaria Interministerial nº 300/96, de forma a permitir que a importação e as isenções fiscais dos equipamentos de áudio, vídeo, transmissão e produção para radiodifusão sejam estendidas para os Estados do Acre, de Rondônia, do Amapá e de Roraima.

Em resposta ao ofício, fui informado por aquela autoridade que não poderia ser atendido o meu pedido, tendo em vista que a inclusão daqueles itens não estava prevista no que dispunha o Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, razão pela qual, para poder fazer justiça aos pedidos, apresentei projeto de lei no dia 5 de março do corrente ano, aqui nesta Casa, propondo a inclusão de um inciso no decreto lei citado, o de nº 356.

A proposição constante do meu projeto tem como objetivo, como já disse, alterar o art. 2º do decreto-lei citado, para lhe acrescentar um oitavo item, incluindo entre os bens de produção beneficiados pelas supramencionadas isenções fiscais os equipamentos de áudio, vídeo, transmissão e produção para radiodifusão, sem similar nacional, importados por entidades concessionárias, permissionárias ou autorizadas a explorar ou executar serviço de radiodifusão.

A modificação proposta vem sendo defendida em âmbito nacional pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e, em âmbito regional, pela Associação Amazonense de Emissoras de Rádio e Televisão (Amert), que representa os interesses dos seus associados na Amazônia Ocidental.

Ela tem por fim, Sr. Presidente, viabilizar a aquisição de equipamentos considerados primordiais à manutenção e à modernização dos parques tecnológicos das emissoras locais de radiodifusão, as quais contribuem diretamente para o desenvolvimento da região, por meio de investimentos, geração de empregos, integração cultural e difusão de informações, buscando assim reduzir os problemas sociais relacionados aos elevados níveis de pobreza e às distâncias dos grandes centros urbanos.

Vale salientar como são bastante acentuadas as carências da Amazônia, particularmente no setor de radiodifusão, a tal ponto que a Radiobrás não conseguiu manter em operação suas emissoras na região, em face dos elevados custos e complexidade de sustentação, embora ali o Governo tenha instalado suas emissoras para contrabalançar ou anular os sinais de estações estrangeiras que invadiam o território amazônico, pregando credos, idéias e regimes antagônicos aos adotados e praticados em nosso País.

A radiodifusão é, portanto, meio essencial de comunicação para a população local, dependendo, porém, de constante atualização tecnológica para o desempenho de suas atividades.

Atualmente, por exemplo, as emissoras estão em processo de substituição dos equipamentos analógicos por digitais, demandando elevados investimentos por parte dos empresários locais, tendo ainda a responsabilidade de levar aos mais longínquos pontos da Amazônia a mesma qualidade de TV do centro-sul do País.

A inclusão de equipamentos de áudio, vídeo, transmissão e produção para radiodifusão na lista de produtos incentivados na Amazônia Ocidental se justifica plenamente no contexto de uma política de superação dos desequilíbrios regionais.

Há que se considerar ainda que Manaus – capital e pólo mais desenvolvido da Amazônia Ocidental –, assim como as áreas de livre comércio de Guajará-Mirim e Tabatinga, já goza da isenção pretendida, que é inerente ao regime fiscal da Zona Franca, cuja existência está assegurada até 1º de janeiro de 2014, de acordo com o que dispõe o art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou certo de que vou merecer dos meus Pares o devido e decisivo apoio à aprovação do presente projeto de lei de minha autoria, pela importância de que se reveste para a integração da população de toda a Amazônia Ocidental.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire, na condição de Líder, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sociedade brasileira vem acompanhando todo o desenrolar de um dramático acontecimento que hoje culmina com o desaparecimento da Plataforma P-36, da Petrobras, na bacia de Campos. Além dos prejuízos econômicos e materiais e das tragédias humanas, ele faz emergir indícios de graves desencontros e até descaminhos, desde algum tempo, no comando da maior empresa estatal brasileira, que desempenha papel de fundamental importância para a economia nacional.

Preocupa-nos muito a sequência de acidentes que vem atingindo a atividade da estatal, seja ceifando preciosas vidas humanas, seja produzindo irreversíveis danos ao meio ambiente. Sendo uma companhia de grande porte e atuando com tecnologia de ponta, a questão da segurança no trabalho deve-se transformar em norma absoluta, não permitindo qualquer tipo de improvisação, descuido ou omissão.

Consideramos que as constantes denúncias dos petroleiros e das entidades que os representam devem ser analisadas e debatidas com critério e rigor, ao contrário do descaso como têm sido encaradas pela atual e, talvez, até pela anterior Direção da empresa. Afinal – é bom que se saiba –, vidas humanas não são bens descartáveis.

Aproveitamos para lembrar que o nobre Senador Paulo Hartung, Líder do nosso Partido aqui no Senado, foi autor do requerimento aprovado que convo-

ca o Presidente da Petrobras para prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional.

Recentemente, em Portugal, a tragédia na queda de uma ponte levou o Ministro de Obras Públicas daquela República à renúncia. Não imagino a ocorrência de tal posicionamento no Brasil. Aqui, infelizmente, tergiversa-se. Entretanto, pela gravidade do acidente, a sociedade brasileira reclama e exige rigorosa apuração das responsabilidades.

Aos funcionários da Petrobras e, em particular, aos familiares daqueles que tiveram vítimas nesse dramático acidente, a solidariedade do PPS.

Essa é uma nota que eu gostaria que constasse nos Anais da Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 27, DE 2001**

**Altera os arts. 10, 13, 14, 16, 18 e 23
do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro
de 1941, Código de Processo Penal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 10, 13, 14, 16, 18 e 23, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10

§ 1º A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao Ministério Público. (NR)

.....
§ 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade policial poderá requerer ao Ministério Público a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado. (NR)

.....
“Art. 13.

I – fornecer às autoridades judiciárias e ao Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos. (NR)

.....
“Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência,

que será realizada, ou não, a juízo da autoridade ou a pedido do Ministério Público. (NR)”

“Art. 16. O Ministério Público só devolverá o inquérito à autoridade policial, se forem necessárias novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia. (NR)”

“Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas e diligências, e o Ministério Público requerê-las, se de novas provas tiverem notícia. (NR)”

“Art. 23. Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, o Ministério Público oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido distribuídos e os dados relativos à infração penal e à pessoa do denunciado. (NR)”

Justificação

A Constituição Federal de 1988 estabelece, entre as funções institucionais do Ministério Público, o seguinte:

“Art. 129. São funções-institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei (Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que “Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências” e as leis complementares que definem as atribuições do Ministério Público);

.....
VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da Lei complementar mencionada no artigo anterior (Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União e as Leis complementares dos entes federados que fazem o mesmo em relação aos seus Ministérios Públicos);

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

.....” (observações e grifos nossos)

No entanto, os artigos do Código de Processo Penal, acima, para os quais propomos alteração, por serem de redação anterior ao texto constitucional vigente, contêm disposições que contrariam esse ordenamento constitucional.

Essas divergências textuais têm causado desnecessários atrasos e falhas processuais, além de conflitos de competência entre o Ministério Público e a autoridade policial, que são, em muito, responsáveis pela frustração da persecução criminal. Esta proposição pretende corrigir essas incongruências jurídicas e, dessa forma, concorrer para o aprimoramento da Lei Penal.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. – Senador **Jefferson Péres**, PDT – AM.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

ÍNDICE SISTEMÁTICO
DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
(DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3-10-1941)

LIVRO I
Do Processo em Geral

TÍTULO II
Do Inquérito Policial

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

• O prazo estabelecido neste artigo aplica-se à Justiça Comum.

• V. arts. 311, 312, 647, 648, II, e 798, § 1º, CPP.

• V. art. 66, Lei nº 5.010/66 (Organiza a Justiça Federal de 1º instância).

• V. Lei nº 7.960/89 (Prisão temporária).

• V. art. 2º, § 3º, Lei nº 8.072/90 (Crimes hediondos).

• V. Lei nº 9.289/96 (Custas na Justiça Federal).

§ 1º A autoridade fará minuciosos relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao juiz competente.

• V. art. 23, CPP.

• V. art. 37, Lei nº 6.368/76 (Entorpecentes).

§ 2º No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

§ 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

* V. art. 16, CPP.

Art. 13. Incumbirá ainda à autoridade policial:

• V. art. 322, CPP

I – fornecer as autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos;

II – realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público,

• V. art. 129, VIII, CF.

• V. arts. 297 a 300, CPP.

III – cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;

• V. Mis. 282 a 300 e 378, II, CPP;

• IV – representar acerca da prisão preventiva.

• V. art. 311 e 312, CPP.

• V. arts. 1º e 2º, Lei 7.960/89 (Prisão temporária).

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

• V. arts. 176 e 184, CPP.

Art. 16. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

• V. art. 129, VIII, CF.

• V. art. 46 e 47, CPP.

Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder as novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

• V. arts. 67, I, e 409, parágrafo único, CPP.

• V. art. 7º, Lei nº 1.521/51 (Crimes contra a economia popular).

• V. Súmula 524, STF.

Art. 23. Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juízo competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido atribuídos, e os dados relativos à infração e à pessoa do indiciado.

• V. arts. 747 e 809, CPP.

E V. Dec-lei nº 3.992/41 (Execução das estatísticas criminais).

• V. arts. 40 e 41, Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa).

• V. art. 202, Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2001

Obriga as instituições de ensino superior a prestar informações aos candidatos e a fixar quadro informativo, identificando os cursos reconhecidos e em processo de reconhecimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino deverão informar aos estudantes ou a qualquer pessoa interessada em participar de seu processo seletivo, antes da inscrição, quais cursos são reconhecidos e quais estão em processo de reconhecimento, pelo Ministério da Educação e Desporto, dentre os oferecidos.

Parágrafo único. A informação aludida neste artigo pode ser dada verbalmente, é obrigatória e independe do recolhimento de qualquer taxa, contribuição ou emolumento aos cofres da instituição pelos estudantes ou requerentes.

Art. 2º As instituições informarão, por meio de placa, quadro ou tabuleta, a relação completa dos cursos de graduação oferecidos, identificando-os como "reconhecidos" ou "em processo de reconhecimento", pelo Ministério da Educação e do Desporto.

§ 1º Na placa, no quadro ou na tabuleta constarão, também, ao lado do curso respectivo, a identificação da norma autorizativa ou de reconhecimento, com a data de sua publicação na Imprensa Oficial.

§ 2º A placa, quadro ou tabuleta deverão ser fixados, obrigatoriamente, em local visível e de livre acesso ao público.

Art. 3º A não fixação da placa, quadro ou tabuleta, referidos no art. 2º, pela instituição de ensino, acarretará inquérito administrativo pelo Poder Público.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A imprensa tem dado destaque ao drama de centenas de estudantes de nível superior, que vem sendo surpreendidos com a notícia de que terão dificuldades em obter o tão sonhado diploma de graduação ao final do curso.

Essa dificuldade é relacionada ao fato de que determinados cursos superiores funcionam com chancela de mera autorização e, ao final do processo avaliatório empreendido pelo Ministério da Educação e do Desporto, não são reconhecidos. Com efeito, os diplomas expedidos por essas instituições não poderão ser registrados, porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) somente confere validade àqueles expedidos por cursos superiores reconhecidos (art. 48, da Lei nº 9.394, de 1996).

Com o claro objetivo de impedir que novos estudantes se vejam na injustificável situação de não terem acesso ao diploma, no encerramento do respectivo curso, apresento o presente projeto de lei, que obriga as instituições de ensino a informar, antes mesmo da formalização do ato inscrição no processo seletivo, se determinado curso é ou não reconhecido pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Vale ressaltar, ainda, que a proposição obriga as instituições a fixarem, em local visível, placa, quadro ou tabuleta com a relação de cursos. A determinação, disposta no art. 2º, visa a dar maior segurança aos estudantes, que, em caso de dúvida, poderão se dirigir aos órgãos públicos competentes, para confirmar se a informação prestada pela faculdade é ou não verdadeira.

Na elaboração deste projeto de lei, verificou-se que as instituições de ensino superior, por força do disposto no art. 18, § letra c, do Decreto nº 2.306, de 1997, já são obrigadas a tomar público o elenco dos cursos reconhecidos e em processo de reconheci-

mento, bem como os resultados das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Por oportuno, é preciso destacar que o citado Decreto nº 2.306, de 1997, não disciplina como dar-se-á a referida publicidade aos atos. Pode-se inferir que a publicidade, exigida pelo Decreto, é concretizada por meio do **Diário Oficial**. Essa espécie de publicidade, no entanto, reduz o comando normativo à mera ficção legal, pois é certo que a grande maioria dos estudantes não lê, nem tem acesso às informações publicadas no **Diário Oficial**.

Nesse passo, com o fim de dotar a norma legal de eficácia e efetividade, julgo relevante que os estudantes sejam informados sobre o **status** jurídico do curso pretendido, na própria instituição de ensino, antes de efetivarem a inscrição no processo seletivo. De posse dessa preciosa informação, os estudantes estarão, então, aptos a decidir se desejam ou não frequentar um curso que ainda não se acha reconhecido pelo Poder Público.

Convém registrar que o Ministério da Educação vem disponibilizando, em sua página oficial na internet a relação dos cursos autorizados e reconhecidos, no ano de 2000. A iniciativa ministerial é bem-vinda. Todavia, é preciso destacar que ela não toma desnecessária esta proposição. Para isso, basta lembrar que o acesso à internet, a despeito de seu crescimento, ainda é bastante limitado em nosso País, se considerada a grande massa de pessoas que sequer possuem computador.

Em face de todo o exposto e dos inegáveis fins sociais a que se destina, peço o apoio dos ilustres Senadores para o presente Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. — Senador **Geraldo Cândido**, PT — RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DA ATA**

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

DECRETO Nº 2.306 DE 19 DE AGOSTO DE 1997

Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição:

Decreta:

Art. 18. Anualmente, antes de cada período letivo, as instituições de ensino superior tornarão públicos seus critérios de seleção de alunos nos termos do art. 44, inciso II, da Lei nº 9.394, de 1996, e de acordo com orientações do Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Na ocasião do anúncio previsto no **caput** deste artigo, as instituições de ensino superior também tornarão públicos:

c) o elenco dos cursos reconhecidos e dos cursos em processo de reconhecimento, assim como dos resultados das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto;

(*As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2001
(Do Senador Geraldo Cândido – PT/RJ)

Fixa a jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei fixa a duração máxima da jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos, municipais e intermunicipais.

Art. 2º A duração máxima da jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos, municipais e intermunicipais, não excederá de 6 (seis) horas diárias, nem poderá somar mais de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º A duração da jornada diária poderá ser reduzida mediante convenção, acordo coletivo ou contrato coletivo de trabalho.

Parágrafo único. Para produzirem efeitos jurídicos, os contratos coletivos de trabalho tendentes a reduzir a jornada diária de trabalho deverão, obrigatoriamente, ser homologados pelo sindicato representante dos empregados.

Art. 4º Ocorrendo necessidade imperiosa, a duração da jornada de trabalho dos motoristas poderá, excepcionalmente, exceder o limite legal em até 2 (duas) horas, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviço inadiável e cuja execução possa acarretar prejuízo manifesto, quando a necessidade destes serviços ocorrer por motivos imprevisíveis.

§ 1º O excesso poderá ser exigido independente de convenção, acordo ou contrato coletivo, e deverá ser comunicado e justificado, por escrito, à autoridade competente em matéria de trabalho e ao sindicato representante dos trabalhadores, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de multa de 500 (quinhentas) UFIR por dia de atraso.

§ 2º A justificação pelo excesso poderá ser feita antes do prazo de 10 (dez) dias, no momento da fiscalização, sem prejuízo da comunicação ao sindicato.

§ 3º A remuneração pela hora trabalhada além da duração máxima da jornada de trabalho fixada no art. 1º será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal, desde que não seja ajustado limite superior em convenção, acordo ou contrato coletivo.

Art. 5º O Poder Executivo regulará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Nas grandes cidades, o ato de dirigir está a exigir cada vez mais dos condutores perícia e grande dose de paciência. A lentidão do tráfego, resultado de quilométricas filas de carros, ônibus, táxis e caminhões, é fator que estimula a agressividade e incrementa o stress dos motoristas.

Se os motoristas em geral são afetados pelas condições do trânsito, o que não dizer então daqueles que, por força de seu ofício, são obrigados a operar um veículo de grande porte, de 8 (oito) a 10 (dez) horas por dia. Esse, precisamente, é o caso dos motoristas de ônibus.

O caos do trânsito e as longas jornadas de trabalho, aliados a falta de segurança e de conforto são alguns dos motivos que tornam difícil e penosa a atividade desses profissionais.

Não constitui novidade em nosso ordenamento jurídico a existência de leis que regulam certas profissões, atribuindo-lhes jornada reduzida de trabalho, em virtude de alguma especificidade. No caso dos motoristas de ônibus, a penosidade é motivo mais que suficiente para justificar a redução na jornada de trabalho.

É preciso destacar, ainda, que o excesso de horas ao volante é fator que contribui, significativamente, para o aumento do número de acidentes tanto nas vias urbanas quanto nas estradas. Sob esse prisma, a redução da jornada de trabalho dos motoristas de transportes coletivos urbanos se justifica, por ser medida de segurança.

Em face de todo o exposto e ante à relevância social da matéria tratada, solicito o apoio de meus Pares neste Senado Federal, para o fim de aprovar o presente projeto de lei do Senado.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. – Senador **Geraldo Cândido** PT/RJ

(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2001

Altera a ordem dos incisos e acrescenta parágrafos e inciso ao art. 65 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 655 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 655

I – dinheiro;

II – títulos da dívida pública da União ou dos Estados e Distrito Federal;

III – títulos de crédito que tenham cotação em bolsa de valores;

IV – direitos e ações;

V – navios e aeronaves;

VI – imóveis;

VII – móveis;

VIII – veículos;

IX – pedras e metais preciosos;

X – semoventes.

§ 1º.

VI – quanto a pedras e metais preciosos, depositá-los em banco oficial, com registro do seu valor de resgate.

§ 3º Nas ações promovidas pela Fazenda Pública, a aceitação dos bens correspondentes aos itens III a X depende de avaliação de perito designado pelo juiz da causa.

§ 4º Só será admitida a nomeação se, observada a ordem do *caput*, o valor dos bens antecedentes for insuficiente para a garantia total da dívida.

Justificação

A garantia de dívidas não tem sido observada nos estritos moldes indicados pelo Código de Processo Civil e uma das razões disso é a imprópria nomeação de bens, assim entendida a prática de sua indicação pelo devedor que sabe ser impossível chegar-se a penhora eficaz. Em outras palavras, tem havido fraude até mesmo no ato simples de nomear bens à penhora.

Ilustram essa situação as fraudes perpetradas contra o Poder Público por profissionais do direito, mancomunados com agentes da administração e associados a peritos privados. Em todas as hipóteses de ilícito na nomeação, esses profissionais e agentes, que têm o dever de zelar pela coisa pública, enveredam pela senda do crime e passam a lesar os cofres públicos das mais ardilosas maneiras.

A Revista *Época*, de 12 de novembro de 1999, estampou notícia de que o Ministério Público Federal tem acompanhado questões de natureza fraudulenta

na nomeação da garantia, em penhora de pedras preciosas, em especial esmeraldas, superavaliadas por peritos privados, e já se encontra em curso o oferecimento de denúncia contra esses peritos particulares, advogados e servidores públicos.

No caso apontado pela Revista *Época*, o banditismo desenvolveu a prática de nomear pedras preciosas que, consoante o laudo pericial, em quantidade e valor, bastam à garantia da dívida. Ocorre que tais pedras não têm valor e, por isso, a execução resta inócua, além de desobrigado o devedor. A operação marginal atingiu o Poder Público pela via do Departamento Nacional da Produção Mineral e a matéria publicada na Revista *Época* faz referência a prejuízo ao erário da ordem de 100 milhões de reais. Esse valor é somado aos encargos atribuídos aos brasileiros honestos.

É imperiosa a revisão do texto do art. 655 para que seja examinada a ordem de nomeação de bens, dando-se preferência àqueles que ofereçam maior e mais efetiva liquidez, associada à garantia do Juiz pelo devedor. Para que não se alijem as pedras preciosas do rol de bens oferecidos em caução, altera-se igualmente o § 1º, inciso VI, com exigência de que essas pedras, quando nomeadas como bens garantidores da dívida, tenham a prévia chancela bancária oficial.

Quando a oferta de pedras preciosas, em garantia de dívida, constar de processo promovido pela Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, será necessária a manifestação do perito oficial, indicado pelo Juízo. Esse fator tanto eliminará os peritos eventuais e os aventureiros *ad hoc*, quanto os distanciará dos autos, a que terão acesso apenas os *experts* cadastrados no cartório do próprio Juízo. Assim se facultará aos magistrados optar por qualquer deles e eliminar a vinculação estreita entre perito e partes, geradora das fraudes apontadas.

Por fim, a alteração trazida com o § 4º tem por escopo estabelecer prioridade na oferta da garantia processual, não se aceitando bens menos valiosos, ou de difícil liquidez, se o devedor dispõe de outros, mais valiosos, de maior liquidação e em quantidade suficiente.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001 – Senador Carlos Patrocínio PFL-TO.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Art. 655. Incumbe ao devedor, ao fazer a nomeação de bens, observar a seguinte ordem:

- I – dinheiro;
- II – pedras e metais preciosos;
- III – títulos da dívida pública da União ou dos Estados;
- IV – títulos de crédito, que tenham cotação em bolsa;
- V – móveis;
- VI – veículos;
- VII – semoventes;
- VIII – imóveis;
- IX – navios e aeronaves;
- X – direitos e ações.

§ 1º – Incumbe também ao devedor:

I – quanto aos bens imóveis, indicar-lhes as transcrições aquisitivas, situá-los e mencionar as divisas e confrontações;

II – quanto aos móveis, particularizar-lhes o estado e o lugar em que se encontram;

III – quanto aos semoventes, especificá-los, indicando o número de cabeças e o imóvel em que se acham;

IV – quanto aos créditos, identificar o devedor e qualificá-lo, descrevendo a origem da dívida, o título que a representa e a data do vencimento;

V – atribuir valor aos bens nomeados à penhora.

§ 2º – Na execução de crédito ignoratício, anticrético ou hipotecário, a penhora, independentemente de nomeação, recairá sobre a coisa dada em garantia.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2001

Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excetuadas das restrições de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dedicam às seguintes atividades: hospitais, casas de sa-

úde e unidades de serviços especializados de diagnóstico.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O regime tributário instituído através da Lei nº 9.317, conhecida como a Lei do SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – significou um enorme avanço na relação fisco-contribuinte em nosso País. Representou, inclusive, um instrumento valioso de aumento da arrecadação federal e estadual, uma vez que contribuiu para a ampliação do universo dos negócios conduzidos formalmente e em observância à Lei.

A legislação, entretanto, vedou a opção pelo Simples (art. 9º, inciso XIII) sem nenhuma razão mais fundamentada, às pessoas jurídicas prestadoras de serviços cujas atividades incluem-se nas áreas de saúde, serviços sociais, educação, entretenimento, publicidade e várias outras.

Esse projeto de lei pretende estender o regime simplificado de tributação às microempresas e empresas de pequeno porte do setor de saúde no Brasil, corrigindo uma discriminação que julgamos inaceitável, tendo em vista a necessidade de privilegiarmos as atividades de prevenção e de atenção básica que o setor de saúde requer. Adicionalmente, a proposta em tela permitirá a expansão de novos empreendimentos na área da saúde, beneficiando aquelas unidades localizadas em bairros periféricos das grandes cidades ou mesmo em cidades de médio e pequeno porte do interior do País.

Registre-se o fato de proposta semelhante a esta que apresentamos, relativa à extensão dos benefícios do Simples para creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, ter sido recentemente aprovada nas Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos desta Casa.

Por fim, vale ressaltar que a proposta em tela não estende o regime de tributação simplificado às empresas de grande porte, dado que a Lei apenas ampara micro e pequenas empresas com faturamento anual inferior a R\$1,2 milhões anuais.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. – Senador **Ricardo Santos**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA
LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO V
Das Vedações à Opção

Art. 9º Não poderá optar pelo Simples, a pessoa jurídica:

I – na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II – na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III – constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV – cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V – que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI – que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII – constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX – cujo titular ou sócio, participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º

X – de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI – cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII – que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) locação ou administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros; d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;

e) factoring;

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra.

XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV – que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV – que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI – cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII – que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta lei;

XVIII – cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira

bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

1º) Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$10.000,00 (dez mil reais) e R\$60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

2º) O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

3º) O disposto no inciso XI e na alínea a do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os projetos de lei do Senado, lidos anteriormente, serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2001

Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. José Jorge Vasconcelos Lima, sobre os contratos firmados pela Petrobrás com a Empresa Marítima.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor José Jorge Vasconcelos Lima, pedido de informações sobre os contratos firmados pela Petrobrás com a Empresa Marítima Engenharia.

De acordo o jornal eletrônico **Folha On Line**, de 15 de março de 2001, o Presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul contestou as denúncias da AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) de que a plataforma P-36 já estaria apresentando indícios de falhas estruturais e vazamento de gás. Reichstul disse não acreditar que falhas de fabricação causaram as explosões. Afirmou, ainda, que peritos da Petrobrás acompanharam a fabricação e instalação da plataforma, que foi aprovada por certificadores internacionais de qualidade.

Diante dessa notícia, solicito seja encaminhado pedido de informações ao atual Ministro de Minas e Energia requisitando cópias de todos os contratos relativos ao fornecimento das plataformas marítimas, em especial o contrato da P-36.

Brasília/DF, 20 de março de 2001. – Senador
Geraldo Cândido – Heloísa Helena – Pulo Hartung.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF.Nº 34/01 -GLPFL

Brasília, 13 de março de 2001

Senhor Presidente,

Em resposta ao OF SF/110/2001, dessa Presidência, indico, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONG”, os seguintes Senhores Senadores:

Titulares

Moreira Mendes
Mozarildo Cavaleanti
Bernardo Cabral

Suplentes

Jonas Pinheiro
Eduardo Siqueira Campos

Atenciosamente, – Senador **Hugo Napoleão**,
Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência designa os Senadores mencionados no expediente lido para compor a CPI das ONGs.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 038/01-GLPFL

Brasília, 20 de março de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico para comporem as Comissões Permanentes do Senado Federal os seguintes Senhores Senadores:

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**Titulares**

Francelino Pereira
José Agripino
Jonas Pinheiro
Freitas Neto
Paulo Souto
Waldeck Ornelas
Bello Parga

Suplentes

Jorge Bornhausen
Hugo Napoleão
Moreira Mendes
Bernardo Cabral
Eduardo Siqueira Campos
Geraldo Althoff
José Coelho

Comissão de Assuntos Sociais - CAS**Titulares**

Romeu Tuma
Jonas Pinheiro
Waldeck Ornelas
Geraldo Althoff
Moreira Mendes
Maria do Carmo Alves
Eduardo Siqueira Campos

Suplentes

Bernardo Cabral
Paulo Souto
José Agripino
Carlos Patrocínio
Antonio Carlos Magalhães
José Coelho

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ**Titulares**

Bernardo Cabral
Antonio Carlos Magalhães
Francelino Pereira
Bello Parga
Maria do Carmo Alves
Hugo Napoleão

Suplentes

Jorge Bornhausen
Moreira Mendes
Waldeck Ornelas
Romeu Tuma
José Agripino
Carlos Patrocínio

Comissão de Educação - CE**Titulares**

Hugo Napoleão
Moreira Mendes
Waldeck Ornelas
Eduardo Siqueira Campos
José Coelho
Carlos Patrocínio
Arlindo Porto (por cessação)

Suplentes

Freitas Neto
Geraldo Althoff
Francelino Pereira
Jonas Pinheiro
Romeu Tuma
Maria do Carmo Alves
Antonio Carlos Magalhães

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**Titulares**

Hugo Napoleão
Bernardo Cabral
Romeu Tuma
José Agripino
José Coelho

Suplentes

Jorge Bornhausen
Bello Parga
Waldeck Ornelas
Geraldo Althoff
Paulo Souto

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - CI**Titulares**

José Agripino
Paulo Souto
Carlos Patrocínio
Bello Parga

Suplentes

Jonas Pinheiro
Hugo Napoleão
Maria do Carmo Alves
Eduardo Siqueira Campos
Freitas Neto

Comissão de Fiscalização e Controle - CFC**Titulares**

Antonio Carlos Magalhães
Geraldo Althoff
Moreira Mendes
Freitas Neto

Suplentes

Bello Parga
Francelino Pereira

Atenciosamente,



Senador HUGO NAPOLEÃO
Líder do Partido da Frente Liberal-PFL

Ofício nº 022/01-GLPSDB

Brasília, 20 de março de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e de acordo com a nova proporcionalidade partidária, encaminhar-lhe, em anexo, o quadro com os representantes do BLOCO PSDB/PPB que comporão a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

Titulares

Geraldo Melo
Ricardo Santos
Romero Jucá

Suplentes

Sergio Machado
Fernando Matuzalém

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Machado**,
Líder do PSDB.

Ofício nº 023/01 -GLPSDB

Brasília, 20 de março de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e de acordo com a nova proporcionalidade partidária, encaminhar-lhe, em anexo, o quadro com os representantes do BLOCO PSDB/PPB que comporão a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Titulares

Geraldo Melo
Lúcio Alcântara
Lúdio Coelho
Pedro Piva
Romero Jucá

Suplentes

Sergio Machado
José Roberto
Osmar Dias
Luiz Pontes
Fernando Matuzalém

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Machado**,
Líder do PSDB.

Ofício nº 024/01-GLPSDB

Brasília, 20 de março de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e de acordo com a nova proporcionalidade partidária, encaminhar-lhe, em anexo, o quadro com os representantes do BLOCO PSDB/PPB que comporão a Comissão de Educação desta Casa.

Titulares

Álvaro Dias
Nilo Teixeira Campos
Ricardo Santos
Teotônio Vilela
Fernando Matuzalém

Suplentes

Osmar Dias
Lúdio Coelho
Luiz Pontes
Pedro Piva
Lúcio Alcântara

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Machado**,
Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) –

SF - 20.03.2001

— A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças Partidárias, designa os membros das Comissões Permanentes do Senado Federal para a terceira e a quarta Sessões Legislativas Ordinárias da 51ª Legislatura.

Ficam assim constituídas as Comissões:

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - 27

PMDB		
Amir Lando		1 - Pedro Simon
Carlos Bezerra		2 - Iris Rezende
Casildo Maldaner		3 - Ramez Tebet
Gilberto Mestrinho		4 - Tasso Rosado
João Alberto Souza		5 - Renan Calheiros
José Alencar		6 - Gerson Camata
Gilvam Borges		7 - Roberto Requião
Ney Suassuna		8 - José Fogaça
Wellington Roberto		9 - Marluce Pinto
PPR		
Francelino Pereira		1 - Jorge Bornhausen
José Agripino		2 - Hugo Napoleão
Jonas Pinheiro		3 - Moreira Mendes
Freitas Neto		4 - Bernardo Cabral
Paulo Souto		5 - Eduardo Siqueira Campos
Waldeck Ornelas		6 - Geraldo Althoff
Bello Parga		7 - José Coelho
BLOCO PSDB/PPB		
Geraldo Melo		1 - Sérgio Machado
Lúcio Alcântara		2 - José Roberto Arruda
Lúdio Coelho		3 - Osmar Dias
Pedro Piva		4 - Luiz Pontes
Romero Jucá		5 - Fernando Matuzalém
Bloco de Oposição (PT/PDT/PPS)		
Eduardo Suplicy		1 - José Eduardo Dutra
Heloísa Helena		2 - Marina Silva
Lauro Campos		3 - Roberto Freire

Paulo Hartung		4 = Sebastião Rocha
Roberto Saturnino		1 = Ademir Andrade
Arlindo Porto		1 = (vago)

BLOCO PDS		
José Alencar		1 = Casildo Maldaner
Maguito Vilela		2 = Gilvam Borges
Marluce Pinto		3 = Valmir Amaral
Mauro Miranda		4 = João Alberto Souza
Pedro Simon		5 = Amir Lando
(vago)		6 = Carlos Bezerra
(vago)		7 = Alberto Silva
(vago)		8 = (vago)
(vago)		9 = (vago)
BLOCO PFL		
Romeu Tuma		1 = Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro		2 = Paulo Souto
Waldeck Ornelas		3 = José Agripino
Geraldo Althoff		4 = Carlos Patrocínio
Moreira Mendes		5 = Antonio Carlos Magalhães
Maria do Carmo Alves		6 = José Coelho
Eduardo Siqueira Campos		7 = (vago)
(vago)		8 = (vago)
BLOCO PPS/PP		
		1 =
		2 =
		3 =
		4 =
		5 =
		6 =
Bloco de Oposição (PT/PM/PB/PSB)		
Emília Fernandes		1 = Geraldo Cândido
Lauro Campos		2 = Heloísa Helena
Marina Silva		3 = Jefferson Peres
Sebastião Rocha		4 = José Eduardo Dutra
Tião Viana		5 = Roberto Freire
PSB		
Ademir Andrade		1 = (vago)

BLOCO GOVERNISTA		
Gerson Camata		1 = Marluce Pinto
Maguito Vilela		2 = Casildo Maldaner
Iris Rezende		3 = Wellington Roberto
José Fogaça		4 = João Alberto Souza
Pedro Simon		5 = Carlos Bezerra
Ramez Tebet		6 = Amir Lando
Roberto Requião		7 = José Alencar
BLOCO PSDB/PPS		
Bernardo Cabral		1 = Jorge Bornhausen
Antonio Carlos Magalhães		2 = Moreira Mendes
Francelino Pereira		3 = Waldeck Ornelas
Bello Parga		4 = Romeu Tuma
Maria do Carmo Alves		5 = José Agripino
Hugo Napoleão		6 = Carlos Patrocínio
BLOCO PSDB/PPS		
		1 =
		2 =
		3 =
		4 =
		5 =
Bloco de Oposição (PT/PP/PR/PS)		
Jefferson Peres		1 = Eduardo Suplicy
José Eduardo Dutra		2 = Heloísa Helena
Roberto Freire		3 = Marina Silva
Sebastião Rocha		4 = Paulo Hartung
PSB		
Ademir Andrade		1 = (vago)

Amir Lando		1 = Mauro Miranda
Casildo Maldaner		2 = Pedro Simon
Gerson Camata		3 = Ney Suassuna
Gilvam Borges		4 = José Fogaça
Marluce Pinto		5 = Alberto Silva
Nabor Júnior		6 = Maguito Vilela
Ramez Tebet		7 = (vago)
Valmir Amaral		8 = (vago)
(vago)		9 = (vago)
Hugo Napoleão		1 = Freitas Neto
Moreira Mendes		2 = Geraldo Althoff
Waldeck Omelas		3 = Francelino Pereira
Eduardo Siqueira Campos		4 = Jonas Pinheiro
José Coelho		5 = Romeu Tuma
Carlos Patrocínio		6 = Maria do Carmo Alves
(vaga cedida ao PTB)		7 = Antonio Carlos Magalhães
BLOCO PTB/PSB		
Alvaro Dias		1 = Osmar Dias
Nilo Teixeira Campos		2 = Lúdio Coelho
Ricardo Santos		3 = Luiz Pontes
Teotônio Vilela Filho		4 = Pedro Piva
Fernando Matuzalém		5 = Lúcio Alcântara
(vago)		6 = (vago)
BLOCO de Oposição (PT/PP/PS)		
Eduardo Suplicy		1 = Lauro Campos
Emília Fernandes		2 = Geraldo Cândido
Marina Silva		3 = Sebastião Rocha
Roberto Freire		4 = Tião Viana
PSB		
(vago)		1 = Roberto Saturnino
PTB		
Arlindo Porto (por cessão do PFL)		1 = (vago)

PMDB		
Alberto Silva		1 - Gilberto Mestrinho
Ney Suassuna		2 - (vago)
Fleinan, Calheiros		3 - (vago)
Tasso Rosado		---
Valmir Amaral		---
Wellington Roberto		---
PTB		
Antonio Carlos Magalhães		1 - Bello Parga
Geraldo Althoff		2 - Francelino Pereira
Moreira Mendes		---
Freitas Neto		---
BLOCO PSDB/PPB		
Geraldo Melo		1 - Sérgio Machado
Ricardo Santos		2 - Fernando Matuzalém
Romero Jucá		---
Bloco de Oposição (P/PT/PS)		
Eduardo Suplicy		1 - José Eduardo Dutra
Heloísa Helena		---
Jefferson Peres		---
PSB		
(vago)		1 - (vaga compartilhada com PTB)

Alberto Silva		1 - Valmir Amaral
Carlos Bezerra		2 - Irls Rezende
José Fogaça		3 - Gerson Camata
Mauro Miranda		4 - Ramez Tebet
Nabor Júnior		5 - Gilberto Mestrinho
Roberto Requião		6 - Wellington Roberto
Tasso Rosado		7 - Maguito Vilela
José Agripino		1 - Jónas Pinheiro
Paulo Souto		2 - Hugo Napoleão
Carlos Patrocínio		3 - Maria do Carmo Alves
Bello Parga		4 - Eduardo Siqueira Campos
(vago)		5 - Freitas Neto
(vago)		6 - (vago)
BLOCO PTB/PPB		
		1 -
		2 -
		3 -
		4 -
		5 -
BLOCO de Oposição (PT/PDT/PPS)		
Geraldo Cândido		1 - Emília Fernandes
Heloísa Helena		2 - Jefferson Peres
José Eduardo Dutra		3 - Lauro Campos
Paulo Hartung		4 - Tião Viana
PSB		
(vago)		1 - Roberto Saturnino
PTB		
Arindo Porto (por cessão do PFL)		1 - (vago)

Gilberto Mestrinho		1 - Mauro Miranda
Iris Rezende		2 - José Alencar
João Alberto Souza		3 - Pedro Simon
José Sarney		4 - Roberto Requião
Renan Calheiros		5 - Tasso Rosado
(vago)		6 - Nabor Júnior
Hugo Napoleão		1 - Jorge Bornhausen
Bernardo Cabral		2 - Bello Parga
Romeu Tuma		3 - Waldeck Ornelas
José Agripino		4 - Geraldo Althoff
José Coelho		5 - Paulo Souto
BLOCO PTB/PB		
		1 -
		2 -
		3 -
		4 -
BLOCO de Oposição (PT/PB/PPS)		
Geraldo Cândido		1 - Eduardo Suplicy
Jefferson Peres		2 - Emília Fernandes
Tião Viana		3 - Paulo Hartung
Roberto Saturnino		1 - Ademir Andrade

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2001

Senhor Presidente,

Faleceu no último dia 16 de março, aos 88 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro, o Professor Werther Duque Estrada, que era catedrático de duas Universidades: a Estadual e a Federal do Rio de Janeiro, onde ocupava a Cadeira de Oftalmologia.

Em face do infausto acontecimento, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com a tradição da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Professor Werther Duque Estrada:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família, às Universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro e à Academia Nacional de Medicina.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. – Senador **Bernardo Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento lido depende de votação.

Em votação o requerimento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste instante, eu preferiria não ocupar a tribuna do Senado para prestar esta homenagem, o que a mim é muito difícil.

Conheci o Professor Werther Duque Estrada nos idos de 1964, e já naquela altura ele era professor catedrático da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, para, logo a seguir, também vir a se tornar professor catedrático da Universidade Federal do Rio de Janeiro – fato não muito comum ser titular de duas cadeiras de Oftalmologia.

Infelizmente, ontem, recebi a triste notícia da morte do Professor Werther Duque Estrada, mundialmente famoso, conhecido no País, juntamente com o seu colega de Minas, que também deixou nome na Oftalmologia, o Professor Hilton Rocha. Os dois, enquanto vivos, tinham as duas maiores clínicas: uma no Rio de Janeiro, a outra em Minas Gerais.

O Professor Duque Estrada, sem dúvida alguma, deixa um vazio, uma saudade no coração de todos os seus alunos médicos. E posso dizer isso, Sr. Presidente, porque fui advogado dele durante muitos anos. Tendo assistido algumas manifestações suas na Academia Nacional de Medicina, do qual era um dos titulares, pude observar o respeito que gozava entre todos os seus colegas, não só professores catedráticos, mas, sobretudo, no serviço de Oftalmologia no Hospital Pedro Ernesto, onde todos eram atendidos sem distinção de cor, raça ou status social, o que acontecia também na Santa Casa de Misericórdia.

Casado em segundas núpcias com D. Meli Duque Estrada, o Professor Werther deixa duas filhas do primeiro matrimônio, Maria Ester e Maria Inês, com quem também convivi, e um filho do segundo matrimônio, o mestre em Administração nos Estados Unidos, o Professor Sérgio Werther.

Aos três filhos e à viúva, Sr. Presidente, peço a V. Exª, na forma regimental, que faça chegar ao conhecimento dos familiares esta minha manifestação com um profundo sentimento de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o Requerimento n.º 104, de 2001.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 105, DE 2001

Nos termos do inciso II, do art. 336 do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2000, que dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos (declarações de nascimento após o prazo legal).

Sala das Sessões, em 20 março de 2001

Sala das Sessões, em 20 março de 2001

Amadeu
Sergio Werther
Hilton Rocha
R. Cabral

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 21 do corrente, quarta-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de medidas provisórias.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

Aviso nº 165-GP/TCU

Brasília, 12 de março de 2001

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento dos Ofícios de 1º-2-2001, dessa procedência, e informo a Vossa Excelência que os mencionados documentos, Ofícios nºs 105-A e 106-A foram encaminhados ao Senhor Ministro-Relator José Antonio Barreto de Macedo, o Ofício nº 107-A foi encaminhado ao Senhor Ministro-Relator Adylson Motta e os Ofícios nºs 109-A e 110-A foram encaminhados ao Senhor Ministro Relator Valmir Campelo, para as providências cabíveis.

Atenciosamente, – **Humberto Guimarães Souto**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O aviso lido será anexado ao processado dos Requerimentos n.ºs 38, 40, 41, 42 e 43, de 2001, e vai à Secretaria-Geral da Mesa para aguardar o envio das solicitações requeridas àquele Tribunal.

O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

Aviso nº 171-GP/TCU

Brasília, 15 de março de 2001

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Ofício nº 153, de 9-3-2001, dessa procedência, e informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente foi encaminhado ao Gabinete do Senhor Ministro Adylson Motta, Relator da matéria.

Atenciosamente, – **Humberto Guimarães Souto**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O aviso lido será anexado ao processado do Requerimento

n.º 39, de 2001, e vai à Secretaria-Geral da Mesa para aguardar o envio das solicitações requeridas àquele Tribunal.

O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 753/2000

Feitos Diversos nº 1892

DIREDI

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 280-26/2000-PRES, datado de 3-10-2000, de ordem do Exmº Desembargador Corregedor-Geral de Justiça, informo a V.Exª que o ex-Juiz de Direito da comarca de Poços de Caldas, Dr. Ronaldo Tovani foi aposentado em 12-11-98.

Ao ensejo, renovo a V.Exª protestos de elevada estima e cordial apreço.

Evangelina Castilho Duarte, Juiza-Corregedora.

Ofício nº 754/2000

Feitos Diversos nº 1894

DIREDI

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 280-26/2000-PRES, datado de 3-10-2000, de ordem do Exmº Desembargador Corregedor-Geral de Justiça, informo a V.Exª que o ex-Juiz de Direito da comarca de Elói Mondes, Dr. Afrânio Braga de Carvalho, foi aposentado em 9-11-00.

Ao ensejo, renovo a V.Exª protestos de elevada estima e cordial apreço.

Evangelina Castilho Duarte, Juiza-Corregedora.

Ofício nº 944/2000

Feitos Diversos nº 1917

DIREDI

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 280-26/2000-PRES, datado de 3-10-2000, com referência ao documento

014299-99, de ordem do Exmº Desembargador Corregedor-Geral de Justiça, remeto-lhe cópia da decisão por mim exarada e da parte final do relatório nela mencionada.

Ao ensejo, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e cordial apreço.

Evangelina Castilho Duarte, Juíza-Corregedora.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os expedientes lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento n.º 118, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999**, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que altera a redação da alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal (financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), tendo

Parecer sob nº 519, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em face de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, hoje, a primeira sessão de discussão.

Em discussão, em conjunto, a proposta e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 2:**

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 47, DE 1994

Votação, em turno suplementar, do **Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994** (nº 1.177/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 481, de 1997, e 26, de 1999, das Comissões:

– Diretora, Relator: Senador Lucídio Portella, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador José Alves, favorável às Emendas nºs 1 a 5-Plen.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 27 de novembro de 1997.

Passa-se à votação do substitutivo, em turno suplementar, sem prejuízo das emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 5, de plenário, com parecer favorável.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 1994 (Nº 1.177, de 1991, na Casa de Origem)

Dispõe sobre a criação da profissão de Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a profissão de Técnico em Segurança Patrimonial, em todo o território brasileiro.

Art. 2º São atribuições do Técnico de Segurança Patrimonial:

I _ planejamento, organização, supervisão e operacionalização dos serviços de segurança patrimonial nas organizações privadas;

II _ assessoramento à empresa nos problemas relativos à defesa e conservação do patrimônio, à segurança física das instalações e das vidas humanas ali existentes;

III _ organização, controle e fiscalização dos serviços de vigilância privada, próprios da empresa ou prestados por terceiros;

IV _ estabelecimento de normas regulamentos e instruções operacionais de segurança a serem implantadas pela empresa;

V _ organização e planejamento das atividades de segurança patrimonial e de instalações, no tocante à integração com as atividades de segurança pública e defesa Civil;

VI – inspeção das instalações da empresa com vistas à proteção de vidas humanas e do patrimônio contra riscos de ações criminosas, internas ou externas que possam comprometer a continuidade da produção;

VII – estabelecer programas de treinamento, formação e reciclagem de pessoal na sua área de competência.

Art. 3º São qualificados como Técnicos de Segurança Patrimonial:

I – os portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º Grau, habilitação de “Técnico de Segurança Patrimonial”, com currículo a ser aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto, e realizado em escolas técnicas reconhecidas no País;

II – os portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º Grau, com “Curso de Formação de Técnicas de Segurança Patrimonial”, com carga horária mínima de quatrocentos e oitenta horas/aula, realizado por instituição especializada, reconhecida e autorizada pelo Ministério da Justiça;

III – os portadores de certificado de curso de especialização realizado no exterior e reconhecido no Brasil.

Parágrafo único. Poderão qualificar-se como técnico de Segurança Patrimonial, aqueles que, no prazo máximo de noventa dias, a contar da publicação desta Lei, comprovem estar exercendo a chefia, gerência ou direção de atividades de segurança patrimonial por período não inferior a três anos, mediante documentação trabalhista ou previdenciária.

Art. 4º É o Ministério da Educação e do Desporto autorizado a fixar o currículo mínimo para o “Curso de Formação em Técnicas de Segurança Patrimonial”, com carga horária mínima equivalente aos demais cursos técnicos.

Art. 5º É o Ministério do Trabalho autorizado a efetivar a criação da categoria diferenciada de “Técnico de Segurança Patrimonial” e a proceder à inclusão da categoria na “Classificação Brasileira de Ocupações-CBO”.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1 - PLEN

Dê-se ao inciso VI do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao PLC nº 47, de 1994, a seguinte redação:

Art. 2º

VI – propor e detalhar normas, regulamentos e instruções operacionais de segurança a serem implantados pela empresa.

EMENDA Nº 2 - PLEN

Dê-se ao inciso VII do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao PLC nº 47, de 1994, a seguinte redação:

Art. 2º

VII – assessoramento à empresa em programas de treinamento, formação e reciclagem de pessoal na sua área de competência.

EMENDA Nº 3 - PLEN

Dê-se ao inciso I do art. 3º do Substitutivo do Senado Federal ao PLC nº 47, de 1994, a seguinte redação:

Art. 3º

I – os portadores de certificado de conclusão de ensino de segundo grau, habilitação de “Técnico de Segurança Patrimonial”, com currículo mínimo e realizado em escolas técnicas reconhecidas no país, nos termos de regulamento a ser estabelecido pelos órgãos federais competentes.

EMENDA Nº 4 - PLEN

Dê-se ao inciso II do art. 3º do Substitutivo do Senado Federal ao PLC nº 47, de 1994, a seguinte redação:

Art. 3º

II – os portadores de certificado de conclusão de ensino de segundo grau, com curso de formação de técnicas de segurança patrimonial, realizado por instituições reconhecidas e autorizadas, nos termos de Regulamento a ser estabelecido pelos órgãos federais competentes.

EMENDA Nº 5 - PLEN

Dê-se ao inciso III do art. 3º do Substitutivo do Senado Federal ao PLC 47, de 1994, a seguinte redação:

Art. 3º

III – os portadores de certificado de curso de especialização realizado no exterior reconhecido no Brasil, nos termos de regulamento a ser estabelecido pelos órgãos federais competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 3:
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 1995

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1995** (nº 1.540/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 717, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador José Alves, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra,

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto de lei da Câmara dos Deputados, apresentado em 1991 pelo Deputado Rubens Bueno, vai ao encontro do nosso objetivo de garantir às entidades sindicais o acesso a informações que as possibilitem exercer melhor suas funções de defensoras dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto basicamente estabelece o direito das entidades sindicais de terem acesso às informações primárias e estatísticas geradas de alguns registros administrativos, a saber: a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; cadastro geral de empregados e desempregados; comunicação de dispensa e requerimento do seguro desemprego; relação de empregados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; relação de salários de contribuição; documentos a serem implantados no âmbito do Cadastro Nacional do Trabalhador e demais documentos preenchidos e encaminhados pelos empregadores em função de dispositivo legal.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou uma emenda substitutiva do Relator, Senador José Alves, que prejudica a eficácia do projeto, porque retirou os §§ 1º e 2º, que estabeleciam as sanções caso a lei não viesse a ser cumprida.

O § 1º do art. 2º estabelece:

O atraso injustificado pelo servidor responsável na entrega das informações solicitadas pela entidade sindical importa na aplicação das penalidades previstas no art. 127, incisos I ou II, da Lei nº 8.122.

E o § 2º do mesmo artigo diz:

A recusa comprovada e injustificada em fornecer as informações de que trata o artigo anterior constitui ato de insubordinação grave em serviço, punível na forma do art. 127, incisos III, IV e VI, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções legais e cabíveis.

Ora, se aprovarmos uma lei que não estabelece sanções caso não seja cumprida, estaremos aprovando mais uma lei que não vai pegar, porque ninguém vai se dispor a cumpri-la. Por isso, apresentei um requerimento de destaque para que sejam incluídos na emenda substitutiva os §§ 1º e 2º do art. 2º do projeto original. Entendemos que, assim, estaremos mantendo a obrigatoriedade de cumprimento das informações solicitadas e, ao mesmo tempo, restabelecendo as sanções, caso a lei não seja cumprida.

Fazemos um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que votem favoravelmente a esse requerimento de destaque, a fim de que os §§ 1º e 2º do art. 2º sejam incluídos na lei, pois são fundamentais para sua eficácia. Se isso não for feito, estaremos seguindo o exemplo de uma lei que muitas vezes é cantada em prosa e verso, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Após ter sido aprovada, foi necessária a publicação de outra lei estabelecendo as sanções para o seu não-cumprimento. Neste caso, estamos restabelecendo o artigo com as sanções na própria lei.

Portanto, Sr. Presidente, votamos favoravelmente ao substitutivo, mas solicitamos o destaque dos §§ 1º e 2º do art. 2º do projeto original.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 106, DE 2001**Destaque de disposição para votação em separado.**

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento interno, requeiro destaque, para votação em separado, dos §§ 1º e 2º do art. 2º do PLC/27/95, afim de que sejam incluídos no texto da Emenda Substitutiva da CAS.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. – **José Eduardo Dutra.**

REQUERIMENTO Nº 107, DE 2001**Destaque de disposição para votação em separado.**

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 5º do Substitutivo (cláusula revogatória genérica), para adequação ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. – **José Eduardo Dutra.**

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o Requerimento nº 106, de 2001, de destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 107, de 2001, de destaque, de adequação à lei complementar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os dispositivos destacados serão apreciados oportunamente.

Votação da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, Substitutivo, ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1995, que tem preferência regimental, ressalvados os dispositivos que foram destacados.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Emenda nº 1, (Substitutivo).

Em votação a matéria destacada, referente aos §§1º e 2º do art. 2º do projeto, a fim de que conste no texto do Substitutivo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo dispositivo destacado é o art. 5º do substitutivo, para adequação ao disposto na Lei Complementar nº 95.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

Fica prejudicado o projeto.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1995**

Dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As entidades sindicais, na qualidade de defensores dos direitos e interesses coletivos ou individuais das categorias que representam, bem como no desempenho das funções previstas no art. 10, da Constituição Federal, terão acesso livre e gratuito às informações primárias e às estatísticas geradas a partir dos seguintes registros administrativos:

I – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;

II – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965);

III – Comunicação de Dispensa e Requerimento do Seguro-Desemprego;

IV – Relação de Empregados – RE, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

V – Relação de Salários de Contribuição, Documento de Arrecadação de Receitas Previdenciárias – DARP, Comunicação de Acidentes de Trabalho – CAT e outros registros administrativos da Previdência Social;

VI – Documentos a serem implantados no âmbito do Cadastro Nacional do Trabalhador – CNT, de que tratam os Decretos nº 97.936, de 10 de julho de 1989, e nº 99.378, de 11 de julho de 1990;

VII – Demais documentos preenchidos e encaminhados pelos empregadores, em função de dispositivo legal, a órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, pertinentes a vínculo empregatício e a relações dele decorrentes.

Parágrafo único. As entidades sindicais solicitantes deverão preservar o sigilo das informações primárias que permitam a identificação do estabelecimento informante, ficando os infratores sujeitos às sanções penais.

Art. 2º O Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência e Assistência Social e demais órgãos e entidades da administração federal direta ou indireta deverão fornecer as informações solicitadas:

I – no prazo de cento e vinte dias contados a partir do primeiro dia subsequente ao último mês de referência da informação solicitada, ou quinze dias a partir da data de solicitação, prevalecendo o maior prazo para os documentos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior;

II – a partir do mês de dezembro do ano subsequente ao ano-base, no caso da Relação Anual das Informações Sociais – RAIS.

Art. 3º O Poder Executivo baixará instruções para o fiel cumprimento desta lei, no prazo de noventa dias contados de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

É a seguinte a matéria destacada aprovada:

Art. 2º

§ 1º O atraso injustificado, pelo servidor responsável, na entrega das informações solicitadas pela entidade sindical importa na aplicação das penalidades previstas no art. 127, incisos I ou II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º A recusa comprovada e injustificada em fornecer as informações de que trata o artigo anterior constitui ato de insubordinação grave em serviço, punível na forma do art. 127, incisos III, V e VI, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

É a seguinte a matéria destacada rejeitada.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 4:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 2000

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2000** (nº 88/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santa Luzia de Mossoró para ex-

plorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 729, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Agnelo Alves, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 64, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2000 (nº 88, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2000 (nº 88, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santa Luzia de Mossoró para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de março de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Antonio Carlos Valaderes** – **Casildo Maldaner** – **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 64, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão de “Fundação Santa Luzia de Mossoró” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Fundação Santa Luzia de Mossoró" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 5:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2000**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2000** (nº 491/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.249, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 65, DE 2001
(Da Comissão Diretora)**

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 229, de 2000 (nº 491, de
2000, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2000 (nº 491, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de março de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão** – **Antonio Carlos Valadares** – **Casildo Maldaner** – **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 65, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que autoriza a "Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo" a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 106, de 30 de julho de 1999, que autoriza a "Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 6:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 234, DE 2000**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2000** (nº 460/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.250, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Djalma Bessa.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 66, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2000 (nº 460, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2000 (nº 460, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra, Estado da Bahia.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de março de 2001. – **Jáder Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão** – **Antonio Carlos Valadares** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 66, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a “Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Barra” a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Barra, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 2 de setembro de 1999, que autoriza a “Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Barra” a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Barra, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho.) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 67, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177, de 1991, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177, de 1991, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências, consolidando as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de março de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Casildo Maldaner** – **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 67, DE 2001**Dispõe sobre a criação da profissão de Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a profissão de Técnico de Segurança Patrimonial, em todo o território brasileiro.

Art. 2º São atribuições do Técnico de Segurança Patrimonial:

I _ planejamento, organização, supervisão e operacionalização dos serviços de segurança patrimonial nas organizações privadas;

II _ assessoramento á empresa nos problemas relativos à defesa e conservação do patrimônio, à segurança física das instalações e das vidas humanas ali existentes;

III _ organização, controle e fiscalização dos serviços de vigilância privada, próprios da empresa ou prestados por terceiros;

IV _ estabelecimento de normas, regulamentos e instruções operacionais de segurança a serem implantados pela empresa;

V _ organização e planejamento das atividades de segurança patrimonial e de instalações, no tocante à integração com as atividades de segurança pública e defesa civil;

VI _ propor e detalhar normas, regulamentos e instruções operacionais de segurança a serem implantados pela empresa;

VII _ assessoramento à empresa em programas de treinamento, formação e reciclagem de pessoal na sua área de competência.

Art. 3º São qualificados como Técnicos de Segurança Patrimonial:

I _ os portadores de certificado de conclusão de ensino médio, habilitação de "Técnico de Segurança Patrimonial", com currículo mínimo e realizado em escolas técnicas reconhecidas no País, nos termos de regulamento a ser estabelecido pelos órgãos federais competentes;

II _ os portadores de certificado de conclusão de ensino médio, com "Curso de Formação de Técnicas de Segurança Patrimonial", realizado por instituições reconhecidas e autorizadas, nos termos de regulamento a ser estabelecido pelos órgãos federais competentes;

III _ os portadores de certificado de curso de especialização realizado no exterior reconhecido no

Brasil, nos termos de regulamento a ser estabelecido pelos órgãos federais competentes.

Parágrafo único. Poderão qualificar-se como "Técnico de Segurança Patrimonial", aqueles que, no prazo máximo de noventa dias, a contar da publicação desta lei, comprovem estar exercendo a chefia, gerência ou direção de atividades de segurança patrimonial por período não inferior a três anos, mediante documentação trabalhista ou previdenciária.

Art. 4º É o Ministério da Educação autorizado a fixar o currículo mínimo para o "Curso de Formação em Técnicas de Segurança Patrimonial", com carga horária mínima equivalente aos demais cursos técnicos.

Art. 5º É o Ministério do Trabalho e Emprego autorizado a efetivar a criação da categoria diferenciada de "Técnico de Segurança Patrimonial" e a proceder à inclusão da categoria na "Classificação Brasileira de Ocupações _ CBO".

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 108, DE 2001**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001. – **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento n.º 105, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 85, de 2000.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno, com o parecer da comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1995, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 68, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1995 (n.º 1.540, de 1991, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1995 (n.º 1.540, de 1991, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica, e dá outras providências, consolidando os §§ 1º e 2º do art. 2º do Projeto e excluindo a cláusula revogatória, dispositivos destacados em Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de março de 2001. _ **Jader Barbalho**, Presidente _ **Antero Paes de Barros**, Relator _ **Eduardo Siqueira Campos** _ **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 68, DE 2001.

Dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As entidades sindicais, na qualidade de defensores dos direitos e interesses coletivos ou individuais das categorias que representam, bem como no desempenho das funções previstas no art. 10 da Constituição Federal, terão acesso livre e gratuito às informações primárias e às estatísticas geradas a partir dos seguintes registros administrativos:

I – relação anual de Informações Sociais - RAIS;

II – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei n.º 4.923, de 23 de dezembro de 1965);

III – comunicação de dispensa e requerimento do seguro-desemprego;

IV – Relação de Empregados - RE, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

V – Relação de Salários de Contribuição, Documento de Arrecadação de Receitas Previdenciárias - DARP, Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT e outros registros administrativos da Previdência Social;

V – documentos a serem implantados no âmbito do Cadastro Nacional do Trabalhador - CNT, de que tratam os Decretos n.ºs 97.936, de 10 de julho de 1989, e 99.378, de 10 de julho de 1990;

VII – demais documentos preenchidos e encaminhados pelos empregadores, em função de dispositivo legal, a órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, pertinentes a vínculo empregatício e as relações dele decorrentes.

Parágrafo único. As entidades sindicais solicitantes deverão preservar o sigilo das informações primárias que permitam a identificação do estabelecimento informante, ficando os infratores sujeitos às sanções penais.

Art. 2º O Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Previdência e Assistência Social e demais órgãos e entidades da administração federal direta ou indireta deverão fornecer as informações solicitadas:

I – no prazo de cento e vinte dias contado a partir do primeiro dia subsequente ao último mês de referência da informação solicitada, ou quinze dias a partir da data de solicitação, prevalecendo o maior prazo para os documentos mencionados nos incisos II a VII do art. 1º;

II – a partir do mês de dezembro do ano subsequente ao ano-base, no caso da Relação Anual de Informações Sociais — RAIS.

§ 1º O atraso injustificado, pelo servidor responsável, na entrega das informações solicitadas pela entidade sindical importa na aplicação das penalida-

des previstas no art. 127, incisos I ou II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º A recusa comprovada e injustificada em fornecer as informações de que trata o art. 1º constitui ato de insubordinação grave em serviço, punível na forma do art. 127, incisos III, V e VI, da Lei nº 8.112, de 1990, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Art. 3º O Poder Executivo baixará instruções para o fiel cumprimento desta lei, no prazo de noventa dias contado de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concede a palavra ao Senador José Roberto Arruda, na condição de Líder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF). Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para tratar de alguns temas que, colocados na pauta das preocupações nacionais nesses últimos dias, merecem, a meu ver e no entendimento do Governo que represento nesta Casa, a reflexão de todos nós.

Começo, Sr. Presidente, pelo lamentável evento que culminou, hoje, pela manhã, com o fim das esperanças de aproveitamento da plataforma da Petrobras na bacia de Campos. Hoje, a Comissão de Infra-Estrutura, unanimemente, decidiu convocar o Presidente da Petrobras, além de outras autoridades do setor, a comparecer a esta Casa para uma discussão sobre as razões que levaram ao acidente.

Pela relevância do tema e por considerar que o assunto interessa à Comissão de Infra-Estrutura, mas interessa também a outras comissões, como a de Assuntos Econômicos, julgo do meu dever, Sr. Presidente, trazer a V. Ex^a a sugestão de que o Presidente da Petrobras possa, sem contrariar o Regimento da Casa, por meio de um acordo de lideranças, ter a oportunidade de se dirigir ao Plenário desta Casa, se não formalmente, numa sessão do Senado Federal, pelo menos numa reunião conjunta das comissões interessadas. Essa visita, pela relevância do tema, deve ser realizada talvez ainda nesta semana e no plenário do Senado. Muitos Líderes trouxeram-me essa sugestão – PFL, PSDB e PMDB.

Sr. Presidente, se estivermos de acordo, poderíamos marcar desde logo esse encontro, num entendimento da Presidência desta Casa com o Presidente da Petrobras, e analisar com o equilíbrio e a profundidade necessários esse evento que infelizmente entristece a todos nós brasileiros.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço o aparte do Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Arruda, como V. Ex^a está propondo um acordo, informo a V. Ex^a que o Bloco de Oposição não concorda com esse encaminhamento. Foi aprovado na Comissão de Infra-Estrutura, por unanimidade, o convite ao Presidente da Petrobras e aos representantes da Aepet e da FUP, o que é muito mais produtivo. A história tem mostrado que, quando se estabelecem visões diferenciadas ao mesmo tempo, a reunião é muito mais produtiva. Portanto, não tem sentido que as Lideranças ignorem um acordo firmado no âmbito de uma Comissão, que, por unanimidade, decidiu ouvir, numa mesma reunião, o Presidente da Petrobras e os representantes da Aepet e da FUP. Tenho certeza de que essa reunião será encaminhada com todas as preocupações a que V. Ex^a se refere no seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito bem, Sr. Presidente. Apenas para completar a sugestão do Senador José Eduardo Dutra e dela fazer melhor juízo, essa apresentação do Presidente da Petrobras, seguida obviamente de um debate com todos os Senadores, pode dar-se sem prejuízo daquela reunião já agendada na Comissão de Infra-Estrutura. Parece-me que se trata de questões distintas.

Concordo também que a reunião da Comissão de Infra-Estrutura irá ouvir diferentes visões, discutí-las e até confrontá-las, sob a ótica do interesse público.

Sr. Presidente, pela relevância do tema e pelo impacto que traz à economia brasileira e à opinião pública, é meu dever não tentar afastá-lo, mas trazê-lo à Casa, sugerindo que, de forma clara, aberta e transparente, o Presidente da Petrobras traga à mais alta Casa Legislativa e, por intermédio dela, ao País, todas as causas e consequências do incidente.

Sr. Presidente, essa sugestão não tem o intuito de impedir ou de postergar a reunião já acordada pela Comissão de Infra-Estrutura. Na minha opinião, as duas poderiam ocorrer sem prejuízo.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) –
Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Ouço o aparte do Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) –
Senador José Roberto Arruda, não estou entendendo a divergência. Se todos consideramos que o assunto é urgente e importante, vamos solicitar a presença do Presidente da Petrobras e dos representantes da Aepet e da FUP, de todos aqueles que foram objeto de requerimento na Comissão, amanhã ou na quinta-feira. Assim, apenas estaremos antecipando o que já havia sido estabelecido na Comissão. Mas é importante que estejam todos os convocados presentes na mesma sessão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Senador José Eduardo Dutra, o único problema, embora contornável, refere-se a uma questão regimental. Parece-me que não é permitido haver uma sessão plenária do Senado nesse sentido.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) –
Podemos fazer, então, uma reunião conjunta das comissões.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Claro.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) –
Defendemos que estejam presentes, ao mesmo tempo, todas as pessoas que foram objeto do requerimento da Comissão, não importando se isso acontecerá em reunião conjunta ou em sessão plenária. Assim, estaremos contornando o problema do Regimento Interno.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) –
Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Ouço o aparte do Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) –
Eminente Líder José Roberto Arruda, lembro a esta Casa o episódio da mudança do nome da Petrobras, com muita propriedade abordado pela Oposição, pela Senadora Heloísa Helena. Na época, houve um posicionamento firme nas ruas, e o assunto foi tratado nesta Casa por diversos Partidos. Mas a mudança e a alteração foram efetivamente promovidas quando V. Ex^a, neste mesmo plenário, em contato com o Presidente da República, anunciou aos microfones da Casa que o processo estava totalmente paralisado a partir daquele instante. Na verdade, tratava-se de um absurdo com o qual a Nação não concordava, e os

Partidos apenas refletiram sobre essa posição. V. Ex^a hoje repete esse mesmo comportamento, pois, afinal de contas, não há brasileiro que não esteja neste momento preocupado com a perda das vidas, com o prejuízo material e com o anúncio vindo a público hoje sobre o afundamento da plataforma. Entendo a posição do Senador José Eduardo Dutra e da Esquerda. Inclusive, assinei hoje, na Comissão de Infra-Estrutura, juntamente com o Líder do PPB, Senador Leomar Quintanilha, o referido requerimento proposto pelo Senador Paulo Hartung e assinado por outros Líderes. No final, todos fomos signatários e aprovamos por unanimidade o requerimento. Com a vênua dos demais Líderes, poderemos encontrar um caminho comum para que a sessão ocorra neste plenário, não contrariando o Regimento, mas, sim, harmonizando com as demais comissões, para que possamos ouvir todos os convocados. Isso traria satisfação a todas as Lideranças, e poderíamos prover a decisão por meio de entendimento. Portanto, parabeno V. Ex^a mais uma vez por ser sensível e por trazer este assunto, como fez em outra oportunidade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Muito obrigado. Não tenho, neste episódio, nenhuma razão para polemizar. Se quiserem deixar que a audiência ocorra na Comissão de Infra-Estrutura, estaremos de acordo. Mas, pela relevância do tema na opinião pública e na economia, deveríamos ampliá-lo. Deveríamos trazer todos os convocados. Não há limitações. O Presidente do Senado poderá encontrar a fórmula adequada de fazê-lo. Estou apenas adiantando-me. A Liderança do Governo apóia a urgência da matéria, a ampliação dos convites e o cenário mais amplo para a discussão do tema.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Ouço o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está abordando a questão de uma maneira muito competente e responsável. Não há dúvida de que ser ouvido pelo Plenário do Senado é muito mais importante que ser ouvido por uma Comissão. Sabemos que o Regimento Interno do Senado faz com que as reuniões no plenário se transformem em enfadonhas e improdutivas. Chegou o momento de tentarmos discutir uma fórmula de alterar isso. O Ministro fala, o Senador tem uma resposta, o Ministro volta a falar, e está terminado o assunto. Por isso, temos preferido as reuniões nas comissões, por ser mais informal, e estamos querendo buscar uma fórmula de esclarecimento. Por ou-

tro lado, a proposta foi feita e me parece correta, no sentido de que venham ambas as partes, para que ninguém fale isoladamente. A questão é tão grave e a nossa preocupação é tão intensa que duvido que nessa reunião haja alguém defendendo alguma pessoa. Senador José Roberto Arruda, V. Ex.^a poderá unir as propostas para que se reúnam a Comissão de Infra-estrutura e outras comissões interessadas. Também não vejo problema algum de a reunião ser feita no plenário, desde que prevaleça o Regimento da Comissão. Será uma reunião informal, aqui no plenário, para que todos participem do debate. Não vejo nenhuma dificuldade, se quisermos fazer dessa maneira.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Agradeço a contribuição de V. Ex.^a, Senador Pedro Simon. Creio que V. Ex.^a traduziu de forma prática o que venho aqui sugerir.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Ouço o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Caro Senador José Roberto Arruda, presidi a reunião de hoje da Comissão de Infra-Estrutura, substituindo a titular, Senadora Emilia Fernandes, que está no Rio Grande do Sul, com familiar doente, e a decisão unânime da Comissão foi elaborar um ofício convidando essas autoridades para uma reunião na Comissão, com data a ser marcada, naturalmente, pela própria direção da Petrobras, porque sabemos das dificuldades hoje enfrentadas pela empresa, diante do acidente que está consternando o Brasil. Pelo que vejo e pela posição que V. Ex.^a acaba de adotar, prática e objetiva, transformando isso numa discussão mais ampla, acabo de me entender com o Presidente do Senado, Senador Jader Barbalho, que me autoriza, como Presidente da Comissão, na reunião de hoje, dirigir o ofício ao Presidente do Senado, para que S. Ex.^a, juntamente, com V. Ex.^a, como Líder do Governo, promovam a reunião informal no plenário, mas das Comissões -- a Comissão de Infra-Estrutura e as outras. É o aparte que eu desejava fazer, cumprimentando V. Ex.^a pela objetividade da proposta.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Agradeço, Senador Alberto Silva, a compreensão de V. Ex.^a, o que considero o de acordo dos Líderes. Também agradeço ao Senador Paulo Hartung, o primeiro autor da iniciativa. Com ela, ganha o Senado Federal, porque cumpre o seu papel de discutir o problema; o Governo, porque não busca esconder nada

e tem uma postura transparente e clara sobre um evento negativo; e principalmente o Brasil, porque é nesse clima de entendimento, clareza e transparência que vamos enfrentar os nossos problemas.

Gostaria, Sr. Presidente, de merecer a compreensão de V. Ex.^a para, no mesmo espírito que me trouxe a esta tribuna sobre o evento da Petrobras, falar também sobre um cenário internacional adverso, hoje merecedor das manchetes de todos os jornais brasileiros. E não podemos fazer de conta que isso não representa uma ameaça à economia brasileira, porque representa.

A grave crise que atravessa a Argentina, Sr. Presidente, pode ser analisada de várias formas. Contudo, o que me parece fundamental é que, enquanto nós, brasileiros, tivemos a coragem de buscar reformas constitucionais, ajustes fiscais, renegociações de dívidas de Estados e Municípios, de assumir uma postura no traço das finanças públicas; enquanto nós, brasileiros, nesses últimos seis anos, tivemos, assim como o Governo, a possibilidade de aprovar as reformas constitucionais que trouxeram investimentos vultosos e crescentes para a economia produtiva, diminuímos a nossa fragilidade em relação ao cenário econômico internacional.

Sr. Presidente, a Argentina enfrenta uma gravíssima crise econômica: corta o salário dos aposentados, aumenta a recessão, via fiscal, as primeiras peças de política monetária sinalizadas pelo novo Ministro Domingo Cavallo alertam claramente para o aprofundamento dessa recessão. É preciso deixar claro que se não há, a curto prazo, amanhã ou depois, sintomas recorrentes na economia brasileira, é preciso saber que, vinculados por um comércio internacional importante, vinculados pelo Mercosul e vinculados em termos de imagem internacional, é absolutamente claro que esse evento é negativo; ninguém, nem Governo nem oposição, desejava que ele tivesse acontecido, e temos que nos preparar para ele.

Devo lembrar, Sr. Presidente, que em janeiro de 1999, quando tivemos a crise da Ásia e, depois, a da Rússia, quando o cenário econômico era, então, ainda mais adverso que o do momento presente e, mais grave ainda, as fragilidades da nossa economia naquele instante eram mais dramáticas, foi a convergência política, foi a nossa capacidade de pensar o Brasil acima das nossas divergências que salvou este País.

Recordo-me, Sr. Presidente, que o Governo Federal enviou para esta Casa 52 medidas. Se essas medidas foram aprovadas com urgência é porque todos nós, os que concordavam e os que tinham discor-

dância, todos nós, discutíamos abertamente, olhando sobretudo o interesse público.

As medidas foram aprovadas. Naquele instante, o então Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, teve uma atuação fundamental, que de público reconheço, para ajudar o Brasil. Fui testemunha daqueles momentos difíceis. As Lideranças dos Partidos da base do Governo imediatamente trocaram idéias, discutiram medida por medida e, rapidamente, numa prova de consistência política e de afirmação, aprovamos as medidas.

E os pessimistas, que diziam que o Brasil ia quebrar até dezembro de 1999, que o Plano Real ia acabar, que a inflação voltaria, que o desemprego se aprofundaria, mais uma vez, Sr. Presidente, erraram. O Brasil foi maior. Ultrapassamos a crise da Ásia e da Rússia, vencemos as dificuldades econômicas e já rompemos o ano 2000 com um cenário extremamente mais favorável no contexto internacional.

Passados dois anos e alguns meses desse episódio, Sr. Presidente, vale a pena lembrá-lo para extrair dele lições políticas para todos – a V. Ex^a, como Presidente do Senado; ao Senador Antonio Carlos Magalhães, como homem que exerceu a Presidência por quatro anos e que conhece, portanto, os problemas do Estado brasileiro –, a todos nós e não apenas aos Líderes dos Partidos – e me faço uma exceção para exemplificar mais à vontade –, porque cada um dos Srs. Senadores é uma Liderança política respeitada no seu Estado, a maioria dos Senadores é respeitada no plano nacional. São quase 30 ex-Governadores, muitos ex-Ministros de Estado, homens que viveram, no exercício da administração pública, o aprendizado do exercício da responsabilidade sob a ótica do interesse público.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, trazer um apelo na linha da convergência, um apelo na linha da harmonia. E alguém poderia me perguntar: mas as divergências não existem mais? Claro que sim, cada um com as suas convicções, cada um com as suas certezas, cada um buscando a prevalência das suas idéias políticas. Mas o que trago aqui, Sr. Presidente, com humildade, em função do grave momento da economia internacional, principalmente no Cone Sul, é o apelo para que todos nós tenhamos a sabedoria de nos unir em torno das nossas convergências, sobretudo em torno do Brasil. É hora de pensar o Brasil, é hora de pensar o interesse público.

Claro, Sr. Presidente, que questões que devam ser discutidas nos fóruns adequados que o sejam.

O Sr. Roberto Saturnino (PSDB – RJ) – Permitte V. Ex^a. um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Com o maior prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSDB – RJ) – Aqui, portanto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Claro, o Senador Roberto Saturnino completa o raciocínio. E recebo o aparte com muito prazer.

Sr. Presidente, trago aqui o apelo para que todos nós, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, na retomada das votações já agendadas, não apenas das medidas provisórias mas dos projetos de lei que serão a sinalização importante para o mundo econômico, saibamos colocar o interesse maior do Brasil.

Quando vejo a crise da Argentina, nascida em grande medida de uma crise política mal resolvida, fico pensando nos aposentados que não receberão os seus salários, nas pessoas que estarão desempregadas a partir de hoje e no agravamento da crise econômica que aponta como vítima justamente os mais pobres.

Com esse espírito, com o coração aberto e com a visão que todos devemos ter do interesse público e do amor ao Brasil, faço este apelo no sentido de que nos unamos em torno das questões objetivas que devem merecer a discussão e o voto no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para que o Brasil prossiga o seu rumo de mudanças e continue sinalizando para uma democracia firme que não desconhece as divergências, mas é capaz de ultrapassá-las, reunindo-se em torno do interesse maior do Brasil.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Nobre Senador José Roberto Arruda, o discurso de V. Ex^a é grave, e há razões para essa gravidade que entendemos muito bem. V. Ex^a está aqui quase propondo uma união nacional em torno de políticas de reformulação da nossa diretriz econômica. É o que o Presidente Fernando de la Rúa está tentando e, a meu juízo, não vai conseguir. Falta a ele a condição moral. Essa figura, esse Sr. Cavallo, que foi chamado agora a enfrentar a crise, é o mesmo que a provocou. A Nação argentina toda sabe disso. Se houvesse lá uma possibilidade de unidade política nacional, tinha que começar com a prisão dessa figura e não com a sua chamada para a Casa Rosada. É ele que vai governar o

país. O Presidente de la Rúa infelizmente não manda mais, essa é a verdade. Aquele cidadão recuperou o poder para tentar tirar o país da crise, o que V. Ex.^a, com o seu discurso, já prenuncia que não vai ser conseguido. Sabemos disso e temos que nos preparar, nós, brasileiros, para enfrentar as repercussões da crise argentina sobre a nossa economia, que vão ser duras, sim. O Brasil, porém, tem dimensões e substância para sobrepujar esta crise, como ocorreu em 1999 -- V. Ex.^a chamou bem a atenção para isso --, quando houve uma unidade política em torno da reformulação da diretriz. Naquele momento, o Governo reviu suas posições e veio ao encontro do que a Oposição pregava, que era a desvalorização do real. A posição dura do Sr. Gustavo Franco teria conduzido o Brasil à crise que a Argentina está hoje enfrentando. Todavia, o Governo teve o bom senso de, naquele momento, atender aos reclamos e às colocações da Oposição. Eu não estava na Casa ainda, em 1998, mas me lembro de ter lido nos jornais e de ter ouvido os pronunciamentos dos líderes da Oposição que reclamavam a mudança da diretriz econômica. Agora é possível nos unirmos em torno de alguns pontos essenciais, mas desde que o Governo venha novamente atender aos reclamos da Oposição, que é reformular a política de privatização, do arrocho financeiro aos Estados e Municípios, etc. O Sr. Domingo Cavallo, de repente, que era o campeão das restrições fiscais, está propondo uma abertura para os Estados e Municípios, visando recuperar o déficit fiscal pelo aumento da arrecadação, pelo aumento da receita e não pelo corte dos gastos. É o caso de se dizer: "quem te viu e quem te vê, companheiro, você que foi o campeão e que jogou o país nessa crise, agora está querendo chamar uma união nacional para reformular tudo". Só que ele não vai ter condição moral. Eu não digo que o Governo brasileiro não tenha essa condição moral. O nosso Governo tem, porque não incorreu nos gravíssimos erros do Sr. Menem. Ele deveria estar na cadeia, assim como o Sr. Cavallo, se a Nação argentina tivesse capacidade de reflexão e de recuperação de uma política que foi conduzida com erros gravíssimos e com o engodo da população. Entendo o discurso de V. Ex.^a. Penso que o momento é grave e que todos temos de ter disposição de confluência, mas é preciso também que o Sr. Malan, que o Sr. Armínio Fraga, que a direção econômica do Governo atente para os riscos em que o Brasil está incorrendo com o aumento da sua dependência em relação aos capitais estrangeiros. Ou o Brasil retoma a sua soberania e implanta um sistema de controle cambial para recuperar a soberania, ou seremos, mais uma vez, ví-

timas da pressão do mercado internacional, que vai nos jogar não sei onde. Agora, que a crise argentina é grave, é V. Ex.^a faz muito bem em vir à tribuna clamando pelo espírito de unidade da Nação brasileira, mas é preciso muita reflexão e muito debate para que o próprio Governo, com humildade e renúncia, venha reconhecer que é necessária uma revisão das diretrizes gerais da política econômica. Desculpe-me V. Ex.^a pela veemência, pelo alongamento do meu aparte, mas estou, também, como V. Ex.^a, muitíssimo preocupado. Acho que a Argentina corre risco de crise institucional muito grave e que vamos sofrer, infelizmente, as conseqüências do que ocorre naquele país vizinho.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB - DF)

– Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino. Recebo, exatamente no prolongamento do aparte de V. Ex.^a, já uma contribuição ao tema que abordo. Respeitando as discordâncias, agradeço, desde logo, as referências que V. Ex.^a fez acerca do Governo brasileiro.

Obviamente, como me chamo Arruda, que é para dar sorte, eu, desde logo, quero dizer que não sou tão pessimista com relação à Argentina. Apenas não tenho o direito de desconhecer a gravidade do momento. E penso que as lições que nós mesmos aprendemos com a nossa vivência, no início de 1999, nos remetam claramente para a necessidade de um movimento de harmonia, de união em torno do interesse nacional. E obviamente, como já tinha dito aqui com muita humildade, e V. Ex.^a frisou, para reconhecer eventuais movimentos críticos, para discutir caminhos, para buscar alternativas, mas sempre fazendo com que o Senado e a Câmara dos Deputados sejam as Casas de pensar o Brasil.

Este é um momento grave em que todos precisamos relevar o interesse nacional.

O Sr. Pedro Piva (PSDB - SP) – Senador José Roberto Arruda, V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB - DF)

– Concedo um aparte ao Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (PSDB - SP) – Senador José Roberto Arruda, considero o pronunciamento de V. Ex.^a absolutamente oportuno. Para não chegarmos à situação observada na Argentina, como bem frisou o Senador Saturnino, precisamos nos antecipar à crise maior, que é a crise institucional. O Brasil não chegou a esse ponto ainda. O nosso nível de emprego é bom, as nossas empresas industriais são modernas, a nossa agricultura, mercê dos esforços dos agricultores, vai bem e não temos a vaca louca nem a febre aftosa. Além disso, o povo brasileiro é trabalhador, correto e

pacífico. Por isso mesmo, o Senado e a Câmara, responsáveis pela elaboração das leis, e os administradores deste País têm que tomar consciência de que precisamos pensar no País, e não em divergências pessoais menores, momentâneas que, certamente, serão superadas, quando o Brasil alcançar o seu destino. E é para isso que todos temos que estar aqui lutando. Parabenizo V. Ex^a e digo ao Senador Saturnino que, para não chegarmos à situação em que se encontra a Argentina, precisamos fazer essa coalizão em torno de trabalho, deixando de lado as coisas menores, pessoais, ou divergências, repito, momentâneas. Meus parabéns!

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Muito obrigado, Senador Pedro Piva. V. Ex^a, que representa o Estado de São Paulo e, por suas responsabilidades, representa o setor produtivo nacional, traça um quadro importante: possuímos indústrias modernas, um nível de emprego crescente, e as variáveis fundamentais da economia brasileira nos dão tranquilidade para enfrentar um momento difícil. Mas não podemos deixar de reconhecer a queda na Bolsa de Nova Iorque, a desaceleração da economia americana e suas implicações para o mundo inteiro e, mais de perto, a crise da Argentina.

Imagine se nesse momento poderia eu me ausentar, me omitir de dizer claramente, com a elegância que busco ter, sem nenhum tipo de provocação, com grandeza de espírito, sobretudo com amor ao Brasil, que todos nós – e aí, mais uma vez, me excluo para ficar à vontade e dizer pelo menos 80 senadores com maior experiência política e com visão de Estado, com divergências, é claro, pois fazemos parte de um sistema democrático – precisamos ter coragem de nos unir em torno de nossas convergências e pensar o Brasil, colocando-o acima dos interesses políticos ainda que legítimos.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Pois não, nobre Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador José Roberto Arruda, V. Ex^a aborda com muita propriedade seu discurso. Quando a nação brasileira e o mundo assistem à desaceleração da economia americana, às dificuldades no Japão, à crise na Argentina, é muito oportuno que o Governo brasileiro convoque seus filhos para nos unirmos e nos prevenirmos contra a tormenta. Hoje, enquanto assistia ao afundamento daquela plataforma, eu tive a sensação de que

estávamos enterrando um membro da família. É no sofrimento que deve haver a união. Felicito V. Ex^a. Nós precisamos ter um entendimento maior dos interesses da Nação brasileira. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Muito obrigado, Senador Lúdio Coelho. Eu recolho o aparte de V. Ex^a como uma motivação a mais para prosseguir nesse caminho da harmonia, que me parece o único capaz de nos levar a bom termo.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Arruda, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Arruda, a Presidência alerta a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Eu agradeço a compreensão e pergunto a V. Ex^a se posso conceder o aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) -- Sim, Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Por favor, Senador Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) –

Senador José Roberto Arruda, eu não vou estabelecer um debate de natureza político-econômica com V. Ex^a, até porque alguns dos aspectos que eu queria lembrar o Senador Roberto Saturnino já o fez. Mas eu penso que esta Casa, além da preocupação com a economia, que deve continuar, deve estar atenta, deve tentar estabelecer toda a sua influência para que o Governo modifique alguns pontos da sua política econômica que estabelecem esta fragilidade: todas as vezes em que o dólar espirra, o real tem pneumonia; todas as vezes em que há uma crise seja na Argentina, seja na Ásia ou na Rússia acabamos pagando mais do que poderíamos ter pago se algumas das medidas reclamadas fossem aplicadas. Mas existe outro aspecto que também contribui para a instabilidade das instituições, que contribui para o descrédito da política: é o aspecto da impunidade. Esse sentimento da população com relação a esta Casa, aos políticos e à atividade política de um modo geral, no sentido de que todos são ladrões, são safados, e que ninguém tem realmente intenção de investigar denúncias porque sabe que elas podem acabar voltando, num efeito bumerangue. Então essa é uma questão que, a meu ver, deve mobilizar a chamada classe política, no sentido de que as denúncias sejam efetivamente apuradas, porque isso também gera instabilidade no chamado deus mercado. O deus mercado

também é volátil, é suscetível a esse sentimento de impunidade, de instabilidade política, ...

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Muito bem, Senador. E é muito sensível, V. Exa. tem toda razão.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – que acabam fazendo com que a imagem dos dirigentes políticos deste País de um modo geral acabe sendo arranhada. Concordo plenamente com V. Exª: poderíamos, em função da gravidade do momento, preocuparmo-nos com essas questões de natureza econômica, mas entendo que os aspectos de natureza política também deveriam merecer reflexão por parte de todos os membros desta Casa, independentemente de apoiarem o Governo ou pertencerem à Oposição. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Senador José Eduardo Dutra, sublinho e concordo com as palavras de V. Exª. Todos desejamos que se investigue a denúncia quando houver uma dúvida, que se puna o culpado quando uma investigação assim o mostrar, tudo isso pelos caminhos normais da estrutura do sistema democrático.

A crítica que algumas vezes ouço, principalmente sobre o Ministério Público, é de ser muito radical e não de não sê-lo. O Poder Judiciário está se modernizando, passou por modificações importantes a partir da CPI do Judiciário e busca aprimorar seus processos. Temos que acreditar nele. Mas não posso concordar que tenhamos uma moeda para um caso e outra moeda para outro. Sugiro que adotemos aqui o que o Partido de V. Exª, por exemplo, adota em São Paulo. “PT volta a barrar investigação do lixo”. Sabe por quê? Lerei para V. Exª: “Seria politizar uma questão que está sendo investigada nos canais próprios.”

Ora, se isso é aceito na Prefeitura de São Paulo e, creio eu, aceito corretamente, há que ser aceito no Brasil. Não estou aqui propondo que esqueçamos divergências, que esqueçamos questões que terão que ser respondidas. Apenas estou defendendo que essas questões sejam analisadas, investigadas e apuradas nos canais próprios do sistema democrático. E que nesta Casa, a par do acompanhamento dessas medidas, estejamos unidos, acima desses eventuais divergências para pensar o Brasil.

Quero concluir, Sr. Presidente, se me permite V. Exª.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, pois acaba de fazer uma referência à Prefeitura Municipal de São Paulo, o que requer um esclarecimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Pedindo a compreensão do Presidente do Senado, concederei um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de registrar brevemente que a situação da Prefeitura Municipal de São Paulo difere completamente da situação do Governo Fernando Henrique Cardoso. Com respeito à situação do lixo, a Prefeita disse que o Secretário Walter Rasmussen, que esteve há um mês e meio na Câmara Municipal prestando todos os esclarecimentos, está hoje, desde às 13h, prestando todos os esclarecimentos. Na medida em que eles forem cabalmente apontados como os necessários, inclusive para todos os vereadores de todas as Bancadas, a percepção é que provavelmente se esgotará a necessidade de esclarecimentos, mas a Prefeita não colocará qualquer óbice à realização de Comissões Parlamentares de Inquérito. Ela assinalou isso. Diferentemente do que está acontecendo aqui, os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores e dos Partidos da base de apoio do Governo não estarão criando quaisquer óbices à CPI do Lixo. Eu gostaria de transmitir a V. Exª que lá a própria Liderança do PSDB, do seu Partido, considerou mais importante a realização da CPI sobre o funcionamento do Tribunal de Contas da União do que a do Lixo. Por isso, como, regimentalmente, havia cinco Comissões Parlamentares de Inquérito funcionando, essa, por vontade do seu Partido, ficou para depois. Mas não haverá da parte do Executivo municipal de São Paulo qualquer óbice à realização da CPI. Não houve até o presente instante qualquer indício de que teria havido qualquer irregularidade nos primeiros três meses da administração. Os fatos referem-se a acontecimentos anteriores. Com respeito à contratação de emergência, ela poderá ser inteiramente esclarecida.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Senador Eduardo Suplicy, não discordo do que disse a Prefeita Marta Suplicy. Eu apenas quero adotar em nosso plano o que S. Exª disse. Sabe qual é a diferença, Senador Eduardo Suplicy? Quando estamos no Governo, e o caso é conosco, está tudo explicado, não é preciso fazer nada. É isso, vamos reconhecer claramente.

Não conheço o caso profundamente. Estou aqui com uma edição do jornal **Folha de S. Paulo**, de quarta-feira, 14 de março, segundo o qual o Líder da Prefeitura de São Paulo, José Mentor, afirma que é desnecessária a criação de uma comissão para apurar se houve ilicitude nos contratos.

Tudo bem. Quando é conosco é assim.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador José Roberto Arruda, por favor, conclua.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Não quero tapar o sol com a peneira. Há problema? Investigue. Há denúncia? Vá atrás. Há culpado? Puna-se, pelas estruturas normais do sistema democrático. Todos nós vamos acompanhar esse trabalho, cada um com seu entendimento, o que é legítimo, mas vamos unir-nos nesta Casa, dando prioridade ao interesse maior do Brasil, que é a continuidade das reformas, isto é, a votação dos projetos que estão na agenda e precisam ser votados. É isso que o Brasil espera de nós.

Quero concluir, Sr. Presidente, até para não ficar aqui a imagem do deus mercado. Modestamente, sou um homem de fé. Todos os domingos, pelo menos, vou à missa fazer as minhas reflexões, a minha meditação.

Dia 19 de março foi dia de São José, e, na missa a que assisti, o Padre disse algo muito interessante, tirado do evangelho, a respeito de São José: muitas vezes, quando estamos no dia claro, pensamos que enxergamos ao longe, mas enxergamos, no máximo, a montanha, o horizonte. É na noite escura que enxergamos mais longe, porque aí enxergamos as estrelas, a milhões de anos luz de distância de nós.

Creio que não vivemos ainda uma noite negra, mas espero que as nuvens que pairam sobre a Argentina, o momento de certa turbulência, de certa falta de clareza no cenário nacional, em vez de nos dificultar a visão, que nos inspire a olharmos mais longe, conforme ocorreu com São José. Somos brasileiros, temos fé e, principalmente, confiança em nosso trabalho, em nossa capacidade de harmonia, de união. Que tenhamos a coragem de prosseguir, buscando convergências, olhando os interesses do Brasil e analisando os fatos na sua devida dimensão, sem lhes dar uma importância que efetivamente não têm.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Antes de conceder a palavra ao próximo Líder inscrito, a Presidência faz um apelo às Lideranças partidárias no sentido de que formalizem a indicação dos membros das comissões técnicas, para que elas possam realizar a escolha dos respectivos presidentes.

Da mesma forma, informo ao Plenário que o Presidente da Petrobras deverá comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na próxima terça-feira, conforme entendimento firmado com a Presidência da Casa, a fim de termos oportunidade de es-

clarecer o lamentável episódio em que houve não só perda de imenso patrimônio material, mas da imagem do País e, sobretudo, de dez vidas.

Recomendo aos futuros presidentes das comissões técnicas que analisarão o assunto que torne providências no sentido de fazer uma reunião conjunta. Já houve a iniciativa da Presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A reunião poderá ser realizada no plenário do Senado, na próxima terça-feira, pela manhã, sem prejuízo da sessão vespertina do Senado. Portanto, sugiro aos presidentes das comissões técnicas que organizem o trabalho de modo que não só a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, mas também o Senado possa apreciar esse assunto tão momentoso e importante na próxima terça-feira, pela manhã.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para uma questão de ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para um questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Comissão de Fiscalização e Controle não tem todos os membros definidos, falta um Partido indicar o seu representante, o que ocorrerá ainda hoje. Nós pretendíamos fazer a reunião ainda hoje para também participar da reunião conjunta na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) -- Pois não, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, na verdade o tema que pretendo tratar coincide com os já tratados pelo Líder do Governo, nesta Casa, Senador José Roberto Arruda.

Toda a Nação brasileira está consternada. Como disse, e muito bem, o Senador Lúdio Coelho, quando aquela plataforma afundou, era como se afundasse um irmão brasileiro. A **Globo News** transmitiu ininterruptamente aqueles fatos fazendo entrevistas com autoridades, com pessoas que conhecem a matéria, enquanto filmava aquele trágico acidente. Vimos um quadro comovente: funcionários da Petrobras vestidos naquele macacão laranja, com o belo símbolo que bem representa o Brasil, BR, chorando convulsivamente, lamentando o afundamento daquela plataforma numa demonstração de amor por uma empresa que é sua, por uma empresa que tem histó-

ria, por uma empresa que traz orgulho a todo o povo brasileiro.

Citava-se ainda, naquela entrevista, a morte de dez trabalhadores, os quais não morreram no instante da primeira explosão. Ao que se sabe, eles morreram num esforço heróico de tentar salvar a plataforma. Em vez de fugir, eles foram para onde aconteceu o acidente, tentando diminuir as dificuldades para salvar aquele imenso investimento dessa grande empresa que tem história e que tem, sem sombra de dúvida, o amor de todos os brasileiros. Morreram heroicamente, morreram lutando para salvar um patrimônio que eles entendem ser não só deles, mas de todo o povo. Não sei se a Senadora Heloísa Helena teve oportunidade de ver o choro daquele petroleiro, que comoveu a todos nós.

Realmente, num momento como esse, podemos pensar em unidade, sim, em unidade do povo brasileiro, para dizer o que se pode fazer, não para condenar – embora seja evidente que, se alguém cometeu erros, deve pagar por eles –, mas para dizer como recuperar a Petrobras, como fazê-la passar por cima dessa enorme dificuldade, como vamos levá-la, como vamos fazê-la crescer, como vamos fazer com que o povo brasileiro cada vez mais se orgulhe dela.

A Petrobras não foi privatizada ainda porque tem história, tem passado e representa um marco na mudança do Brasil. Foi uma conquista e uma luta do povo brasileiro, dos universitários nas ruas, dos trabalhadores na rua clamando: “O Petróleo é nosso!”, ainda no início da década de 1950. Portanto, ela é uma empresa que todos prezamos; é uma empresa de que todos nos orgulhamos. É uma empresa que detém o primeiro lugar, em todo o planeta, em termos de tecnologia de exploração em águas profundas. E é uma empresa sobre a qual, longe de o povo brasileiro agora se colocar contra ela – ou pensar não sei que pensamentos num momento como esse –, nós brasileiros devemos nos inteirar, apoiando essa empresa, apoiando os seus funcionários, ou, quem sabe, mudando a sua política. Temos, ainda, de lamentar a atitude do seu Presidente, cuja idéia me pareceu extremamente inoportuna – esdrúxula, aliás –, qual seja, a de transformar esse nome digno, antigo, estimado pelo povo brasileiro, de Petrobras para “Petrobrax”. Felizmente, a opinião pública nacional reagiu contra isso, e o Presidente da República mandou que se abandonasse essa idéia maluca, retirando-a da pauta dos seus trabalhos – com essa mudança se iria gastar algo próximo de R\$50 milhões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que, neste momento, o povo brasileiro deveria unir-se para encontrar uma saída. Quem sabe se nós, políticos, trabalhadores, consumidores de uma maneira geral – não sei se essa seria a forma mais correta –, passássemos a prestigiar os postos de gasolina da Petrobras e começássemos a discutir uma forma de fortalecer aquela empresa genuinamente brasileira, que nasceu da luta do povo. E, ao invés de termos medo, poderíamos unir-nos e solidarizar-nos, dando-nos as mãos para que essa empresa se torne, a cada dia, mais forte, transformando-se num símbolo daquilo que o povo brasileiro quer que seja efetivamente seu.

Não queremos que aconteça com a Petrobras o que aconteceu com a Companhia Vale do Rio Doce, com a Companhia Siderúrgica Nacional, com a Usiminas e com tantas outras empresas que foram dadas de graça ao capital internacional e que perderam aquela beleza de ser parte do povo brasileiro e de pertencer à Nação.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador Ademir Andrade, estou ouvindo com atenção as palavras de V. Ex^a que conclamam o povo brasileiro para se unir nessa hora e apoiar a Petrobras. V. Ex^a traz a esta Casa uma proposta, secundando o que falou anteriormente o Líder José Roberto Arruda, que pediu a nossa união em favor dos temas brasileiros, entre eles o da Petrobras. Como estou na política há bem mais tempo, tendo sido eleito por duas vezes nesta Casa, quero cumprimentar V. Ex^a, um dos jovens Representantes do povo, pela oportunidade do discurso de V. Ex^a. Ajudemos a Petrobras nesta Casa com a criação de condições possíveis e prováveis. Hoje presidi a reunião da Comissão de Infra-Estrutura já nos últimos dias do nosso mandato. Por solicitação do Senador Geraldo Cândido, reunimos a Comissão e lá estavam presentes representantes de todos os Partidos. Então, solicitamos, por unanimidade de votação, num ofício dirigido ao Presidente da Petrobras e ao Presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), também a representantes de outras entidades que trabalham com a Petrobras, a presença de todos eles a esta Casa. Agora, por decisão do nosso Presidente, Jader Barbalho, esta sessão plenária está sendo colocada não como uma sessão comum, mas como uma sessão em que a Comissão de

Infra-Estrutura e as outras poderão interrogar ou aclarar as razões pelas quais essa plataforma afundou, levando de cada um de nós um pedaço do nosso amor pela Petrobras. Quero parabenizar V. Ex^a, estou nesta Casa pela segunda vez e estou inteiramente de acordo com a proposta de V. Ex^a: vamos unir os nossos esforços ao do povo brasileiro, num apelo nosso, que somos seus representantes. Aqui nesta Casa, unamo-nos em favor dos temas brasileiros. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Obrigado, Senador.

Quero dizer que, muito antes de julgarmos se uma empresa estatal é ruim ou deficitária – e entendo que a Petrobras tem dado demonstrações de lucratividade em períodos consecutivos, apesar das mudanças políticas nela implementadas –, devemos considerar que, há vinte anos, a empresa tinha mais de 70 mil funcionários do seu próprio quadro. Atualmente, ela tem menos da metade desses funcionários. A maior parte das atividades foi terceirizada, passando para outras companhias em um processo de pagamento por administração. Talvez esses erros, talvez esses tipos de atitude, a venda recente de grande parte das ações que o Governo detinha; talvez esse tipo de atitude permita que esses incidentes mais recentes com a Petrobras aconteçam.

O nosso desejo é o de que a Petrobras volte a ser o que era antes: uma empresa inteiramente nacional, com um quadro efetivo de funcionários próprios, porque, se terceiros podem pagar, não há porque a própria Petrobras não possa fazê-lo. O Brasil tem um grande futuro nessa área e devemos todos nos preocupar, neste momento, em compreender a importância da manutenção dessa empresa como uma empresa do Estado e do povo brasileiro.

Ouçõ o nobre Senador Ney Suassuna, que está solicitando o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Ademir Andrade, parabenizando V. Ex^a por fazer essa conclamação, quero acrescentar mais uma faceta, mais uma vertente nessa discussão. A Petrobras não é importante só porque é a produtora, a refinadora e a distribuidora de gasolina, de óleo diesel e de outros derivados de petróleo; ela é também um braço muito importante no comércio exterior. Toda vez que compramos – e ainda compramos muito petróleo – temos a oportunidade de colocar produtos lá fora. Lamentavelmente, isso não tem ocorrido como deveria ser. Este é um aspecto da Petrobras que deixou de ser considerado nesses últimos tempos. Deixamos

de fazer essa troca e, por exemplo, passamos a comprar petróleo da Inglaterra por meio de agentes ao invés de comprarmos diretamente dos países, quando tínhamos essa oportunidade de fazer o intercâmbio. E esse é um aspecto que eu gostaria de ver corrigido. Concordo com V. Ex^a que alguma coisa está acontecendo de errado e que temos obrigação, como representantes do povo, de procurar saber o que é. Um acidente, vá lá. Dois acidentes... Mas são seguidos os acidentes que estão ocorrendo. Alguma coisa não está indo bem, porque essa coincidência não é um acaso. É preciso que façamos essa análise e todos nós, que temos interesse em que a Petrobras fique forte, firme e, inclusive, sendo um braço importante na economia, nessa troca internacional, que tenhamos essa oportunidade. Eu me solidarizo com o discurso de V. Ex^a e queria acrescentar também essa faceta, da importância da Petrobras no balanço do pagamento brasileiro, da possibilidade de fazer esse intercâmbio. Só para encerrar, quero dizer a V. Ex^a que, por exemplo, compramos um bilhão de dólares da Argélia e vendemos quarenta, porque fizemos por terceiros. Por que razão? Tínhamos que estar fazendo o que fazíamos antigamente, quando comprávamos e vendíamos. Isso era muito melhor para os trabalhadores brasileiros, que tinham emprego aqui, produzindo os produtos que saíam para o exterior. Parabéns, Ex^a!

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Agora eu queria fazer uma referência à parte do discurso do Senador José Roberto Arruda, quando S. Ex^a trata da questão argentina e quando trata da nossa questão específica. No caso – e peço desculpas por dizê-lo na ausência do Senador –, o seu discurso beira um pouco a demagogia, a falta total de lógica. Digo isso porque a Argentina já fez, muito antes do Brasil, tudo o que estamos fazendo. A Argentina seguiu à risca as orientações dos países desenvolvidos do Primeiro Mundo, dadas pelo Fundo Monetário Internacional, que hipoteticamente existe para socorrer as nações em dificuldade, mas na verdade é um agente a serviço dos interesses das nações desenvolvidas do Primeiro Mundo. A Argentina fez aquilo que o Brasil está fazendo: privatizou quase todo o seu patrimônio, atendeu a todas as orientações no que diz respeito à sua política econômica, e ambos os países vivem eternamente atolados em dívidas astronômicas.

É interessante observar, Senador Lauro Campos – e V. Ex^a pode-me corrigir porque é um expert no assunto –, que, nas décadas dos 60 e 70, praticamen-

te todos os países do continente sul-americano – Uruguai, Bolívia, Paraguai, Chile, Argentina, Brasil – entraram em regimes de ditaduras militares. E aí, o que aconteceu? Nesses períodos de ditaduras militares, tais países ganharam dívidas astronômicas. O Brasil, ao que se sabe, no início de 64 devia US\$2 bilhões e passou, ao fim da ditadura, em 85, a uma dívida de US\$70 bilhões. Isso aconteceu com todos os países, ou seja, o poder dos países desenvolvidos impôs a sua vontade, estabeleceu ditaduras militares, durante décadas, no continente sul-americano, criou dívidas astronômicas, prendeu esses países pela economia, pela dívida, e aí liberou o poder político. A liberação, a democracia, a eleição de presidentes vieram, acabaram-se as ditaduras militares. Todavia, a ditadura econômica já estava estabelecida. Os governos já estavam presos por uma dívida impagável, e em função dessa dívida, que se constituiu como uma armadilha ao longo de vinte anos, poderiam nossos países deter o poder político, mas não as decisões econômicas.

O que ocorre hoje para que o Senador José Roberto Arruda venha à tribuna – ou S. Ex^a é inocente ou faz demagogia – e mencione uma proposta de saída de unidade, sabendo o que o Governo dele está fazendo? Há um sacrifício generalizado do povo brasileiro, do povo sul-americano. Não possuo dados da Argentina nem de outros países, mas o Brasil, no ano de 2000, alcançou um superávit primário de R\$38,5 bilhões, o que significa que o Governo brasileiro arrecadou da sociedade R\$38,5 bilhões a mais do que gastou. E para onde foi essa quantia, Senador José Alencar? Destinou-se ao pagamento dos R\$87,5 da dívida do ano passado. De R\$87,5 para R\$38,5 ainda restam R\$39 bilhões que se acresceram à dívida interna, que não diminui nunca, só cresce. O Governo Fernando Henrique Cardoso, em seis anos, aumentou a dívida de R\$60 bilhões para R\$560 bilhões. Aonde vamos parar com uma situação dessas, quando estamos prevendo no Orçamento do ano de 2001 um gasto de R\$140 bilhões de serviço da dívida? Cynicamente, fala-se aqui em unidade, em entendimento, e com esse tipo de posicionamento. Eu penso que o Brasil não pode e não deve continuar aceitando este tipo de situação: tirar do que é arrecadado do povo para pagar pessoas que vivem da especulação e de aplicação financeira. Na verdade, o dinheiro dessa dívida do Governo é tirado das elites nas aplicações financeiras, porque os bancos tomam do povo e o Governo toma do banco, pagando um juro, evidentemente, muito maior.

O Brasil ainda está pagando 15,5% de juro ao ano, mas já chegou a pagar 49,5% ao ano. É o maior juro do planeta. E como é que se quer falar em unidade numa situação de gravidade como essa?

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Senador Ademir Andrade, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ouço V. Ex^a, Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Nobre Senador Ademir Andrade, estou ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a com a devida atenção, porque V. Ex^a, sempre que vai à tribuna, aborda esse tema da economia com muita judiciosidade. De fato, nós estamos vendo, nos últimos anos, a nossa dívida quintuplicar, ainda que tenhamos feito o maior processo de privatização, vendendo praticamente quase tudo o que havia sido feito na área, por exemplo, da telefonia, da siderurgia, da petroquímica, enfim, em quase todos os setores que foram objeto de construção daquela dívida legada pelo regime militar, segundo dados que V. Ex^a trouxe, de cerca de US\$80 bilhões. Temos que reconhecer, todavia, ainda que condenemos o regime de exceção, que aquele foi período em que foram realizadas grandes obras no setor de telefonia, na construção de hidrelétricas, estradas, gerando um acúmulo de dívidas. Agora, vendemos tudo aquilo que foi feito. Portanto, teríamos que recolher de volta aqueles recursos e ter pago a dívida por inteiro. No entanto, não pagamos. Ao contrário, nós a quintuplicamos. E mais: naquela época, a carga tributária girava em torno de 22% do PIB; hoje, é 50% superior. Senador Ademir Andrade, pedi um aparte a V. Ex^a, primeiro, porque V. Ex^a me disse que o superávit primário hoje é de R\$38,5 bilhões, ou seja, cerca de 4% do PIB. V. Ex^a perguntou-me para onde teriam ido parar esses R\$38 bilhões, como se eu fosse responsável por eles. Então, eu não poderia deixar de pedir um aparte a V. Ex^a por essa citação e quase uma acusação. Há pouco tempo, foi publicada pela imprensa uma acusação de que as minhas empresas haviam se valido de benefícios escusos da Sudene e do Finor. Essa notícia teria sido liberada pelo Deputado José Pimentel, vice-presidente de uma CPI do Finor que se acha instalada na Câmara dos Deputados. Pedi a essa CPI que me convocasse na condição de investigado. Ainda hoje, tive um encontro com o eminente Senador José Eduardo Dutra, a quem pedi – e prontamente fui atendido – que entrasse em contato com o Deputado José Pimentel, seu colega de Partido, a quem dirigi aquela correspondência. Segundo o jornal, as informações teriam sido dadas por S. Ex^a. Até hoje não recebi res-

posta. Porém, agora, o Deputado José Pimentel prometeu, por telefone, que serei convocado pela CPI para ser investigado. Quero ser convocado não com privilégios de senador, mas para ser investigado como cidadão comum. E se houver alguma verdade a respeito das acusações noticiadas pela imprensa, renuncio o mandato. Então, como V. Ex^a questiona onde estão os R\$38 bilhões, será possível que até os recursos de superávit fiscal primário obtidos nesse gigantesco sacrifício a que fomos submetidos vão ser também imputados ao Senador José Alencar? Pelo amor de Deus! Fora isso, quero levar minha palavra de congratulações pela forma como V. Ex^a, sempre, judiciosamente, abordará os assuntos ligados à economia brasileira.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Agradeço, Senador José Alencar. Longe de mim, em qualquer hipótese, pensar em qualquer tipo de acusação a V. Ex^a. Eu me dirigi como uma cortesia, com educação, pela admiração que tenho por V. Ex^a por ser um debatedor nessa área e por estar sempre presente às sessões. Por isso, fiz essa referência; acho que se enriquece o debate quando citamos o nome de pessoas ilustres como V. Ex^a, como o Senador Lauro Campos e outros.

De forma, Sr. Presidente, que encerro a minha manifestação, dizendo que o Brasil está vivendo uma situação extremamente difícil, insustentável. O Brasil tem a vantagem, diferentemente da Argentina, de ser um País potencialmente muito mais rico, muito mais poderoso, com uma costa fantástica, uma riqueza mineral inigualável, com uma extensão territorial que é a quinta do mundo, a segunda em área agricultável, com uma população de 169 milhões de habitantes. Então, as condições físicas, históricas e do povo do Brasil são, evidentemente, muito melhores. Mas o Brasil está, economicamente, quase numa situação de bancarrota, quase numa situação tão ou mais grave do que a da própria Argentina. Não sei quanto a Argentina está devendo, mas sei quanto nós estamos devendo. Sei que não temos a menor condição de pagar o que estamos devendo, porque o Presidente Fernando Henrique fez a opção de, ao cumprir os compromissos externos, trocar a dívida interna pela externa, já que na economia de Sua Excelência não houve superávit comercial, a nossa balança comercial está praticamente estagnada há seis anos, sempre com pequenos déficit, mas sempre com déficit. Faltaram dólares para pagar os compromissos externos.

Então, o Senhor Fernando Henrique e o Sr. Malan acharam uma outra saída para arrumar dólares

para pagar os compromissos externos. E qual é? A aplicação no sistema financeiro, trazer capital externo para aplicar no sistema financeiro, ganhando esses juros astronômicos. E foi isso que fez a nossa dívida crescer de R\$60 bilhões para R\$540 bilhões; foi isso que fez com que tudo que vendemos fosse jogado fora, porque não serviu para absolutamente nada. Não diminuiu o pagamento da dívida. Muito pelo contrário, essa dívida cresce a cada dia, e o balanço resumido da história do ano passado é que pagamos R\$87,5 bilhões de juros. Pagamos! Efetivamente, tiramos do bolso e pagamos. Desses R\$87,5 bilhões, R\$38,5 bilhões foram tirados do povo brasileiro, e os R\$39 bilhões restantes foram acrescidos à dívida. Portanto, vamos passar a pagar mais juros. Tudo o que vendemos não serviu para absolutamente nada.

Então, querer mudar, com a continuidade dessa situação, é absolutamente impossível e impraticável. O Brasil tem de tomar uma posição séria com relação à sua dívida. Com relação a essa questão de falar em moratória, de temer moratória, de temer renegociação, de temer retaliação, de ter títulos desacreditados no mundo, devemos levar em consideração que o Brasil tem um grande potencial, que o Brasil tem hoje, em seu território, multinacionais do mundo inteiro, inclusive empresas estatais que compraram os nossos sistemas de telecomunicações, que não servem para o Brasil, mas servem para a Espanha, Portugal, França e outros países do mundo. Então, quem pode pressionar um País onde existe tanto investimento internacional, onde existe tanto capital internacional empregado?

Temos condições de ter mais autonomia, de gerir essa dificuldade que temos, com autonomia, com coragem. E é isso o que lamentavelmente falta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Governo brasileiro.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ouço o Senador José Eduardo Dutra, com alegria.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Ademir Andrade, infelizmente estamos presenciando aqui como que as Lideranças do Governo e a base governista entendem o debate democrático. Quer dizer, vem o Líder do Governo, faz o seu discurso e é aparteado pela Oposição. Aceitamos o debate político. V. Ex^a, como Líder do PSB, se inscreve para continuar o debate proposto, e o que vemos é este plenário esvaziado. Eu até havia me inscrito para falar como Líder, após V. Ex^a, mas vou retirar a minha ins-

crição, e vou aproveitar apenas o aparte para fazer um rápido comentário. Não aceitamos mais essa chantagem, feita particularmente pelo Ministro Pedro Malan, de que todas as vezes em que surgem crises – e essas crises afetam mais o Brasil exatamente pelo sistema de dependência que estamos tendo em função da política econômica do Ministro Pedro Malan –, aí eles vêm com o velho discurso da união nacional. No entanto, não é a união nacional em torno de uma proposta realmente nacional, de uma proposta que tenha a participação de todas as forças políticas. Eles querem a união nacional em torno deles, em torno da política deles. E não é a primeira vez que vêm com essa chantagem. Isso é feito nas eleições, da seguinte forma: “Olha, a Oposição tem de dizer o que vai fazer” como se estivessem estabelecendo uma obrigação de que o povo pode mudar, o Presidente da República pode mudar, o Governador pode mudar, desde que esse Presidente aplique a mesma política econômica que vem sendo aplicada, porque, fora disso, é o caos. Então, eles sempre vêm sempre com esse tipo de discurso, que tem de ser repudiado por todos os democratas, porque a questão, nesse caso, é tentar estabelecer uma prioridade ou uma unanimidade em torno de uma política que tem contribuído para manter o Brasil no estado em que se encontra.

Uma outra questão que quero registrar é que o Senador José Roberto Arruda, mais uma vez, utilizou uma expressão empregada na nota assinada por todos os Líderes da Base Governista sobre a instalação de CPI, que diz o seguinte: “Somos a favor de investigação, mas através das estruturas normais do sistema democrático.” Até parece que Comissão Parlamentar de Inquérito não é uma estrutura normal do sistema democrático. Não sei o que eles entendem, então, por estrutura normal do sistema democrático. E vêm, para tentar estabelecer um contraponto com uma falácia, tentando fazer uma comparação com a situação que estamos propondo apurar aqui, com a questão da CPI do Lixo em São Paulo, que já respondia pelo Senador Eduardo Suplicy. Até porque a CPI do Lixo em São Paulo não vai ser para investigar a administração do PT, mas os contratos espúrios feitos pelo Sr. Celso Pitta, que teve o beneplácito desta Casa, da maioria, quando veio renegociar a dívida de São Paulo, que fez parte, juntamente com o Sr. Paulo Maluf, do acordo para viabilizar a reeleição do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Então, é isso que está sendo investigado e que será investigado no devido momento, até porque, como também já disse o Senador Eduardo Suplicy, a própria Bancada do PSDB en-

tendeu que era prioritária uma outra CPI, e não essa. Então, não foi nenhuma responsabilidade do PT. Então, é falsa aquela conclusão, dita pelo Senador José Roberto Arruda, de que somos a favor da CPI quando não é contra nós. Não, somos a favor da CPI em qualquer circunstância. Queremos, seja na administração do PT, em nível estadual, municipal ou federal, no futuro, que tudo aquilo que venha a ser objeto de denúncia venha a ser investigado pelo Congresso Nacional, porque o Congresso Nacional e a CPI são, sim, estruturas normais do sistema democrático. Quem entendia o contrário era a ditadura militar. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Tem V. Exª toda a razão.

Concluo o meu pronunciamento, chamando a atenção para o “pacote” que o ex-Ministro da Argentina tentou implementar. O que era o “pacote”? Era a redução dos gastos nas universidades públicas, era a redução do salário dos aposentados, era a redução dos salários dos funcionários públicos, enfim, tudo aquilo que diminui o direito da população, tudo aquilo que o Brasil vem fazendo ao longo do tempo. Pode-se acabar com tudo. As universidades brasileiras estão passando momentos de extrema dificuldade, os centros de pesquisa, nem se fala. Eu, inclusive, pretendia falar sobre a situação do Museu Emilio Goeldi, no Pará, que vou deixar para amanhã. Mas a política é sempre essa, a de se reduzir gastos que são fundamentais para o desenvolvimento de uma nação em contrapartida para fazer o quê? Para continuar servindo aos interesses dos chamados países desenvolvidos do Primeiro Mundo, para continuar pagando banqueiros nacionais e banqueiros internacionais, para continuar privilegiando pessoas até mesmo de classe média alta que vivem da especulação financeira, com seus dinheiros depositados em banco, que não produzem coisa alguma.

É esta a política do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso: uma política de tirar o sangue do povo brasileiro. É essa a expressão que temos de usar, quando um Governo arrecada R\$38,5 bilhões a mais do que gasta, ultrapassando a meta estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional, que era de R\$32 bilhões. O Fundo Monetário determinou que o Governo arrecadasse R\$32 bilhões a mais do que vai gastar, para pagar uma parte dos juros da sua dívida. Aí, o Brasil bonzinho, o Sr. Fernando Henrique Cardoso ótimo resolve: “não, vamos passar disso; vamos arrecadar R\$38,5 bilhões”. Tira-se recurso proveniente de impostos do povo brasileiro e não o aplica

em benefício da população, mas utiliza-se esse dinheiro para pagar a especulação financeira e a dívida impagável. Não há, no mundo, uma forma de pagá-la, senão rediscutirmos a questão. Não existe nenhuma possibilidade, dentro do orçamento público e da arrecadação brasileira, de estancar essa dívida, de paralisá-la, de pensar na hipótese de diminuí-la. Não existe possibilidade nenhuma, nem vendendo tudo que o Brasil possui! Não existe possibilidade de estancar essa dívida.

Portanto, é preciso rediscuti-la, repensá-la, renegociá-la – se não quiserem falar em moratória –, mas não podemos continuar vivendo a situação em que estamos hoje.

Vamos, Sr. Presidente, continuar esse debate. Esperamos que o povo brasileiro compreenda e participe da luta junto conosco e ajude a transformar o Brasil no País que ele realmente precisa ser, porque é uma Nação que tem potencial para dar ao seu povo uma vida digna e feliz.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vinha tratar de outros assuntos, tentando continuar o que expus ontem. Dissuadiu-me a presença tão rara, raríssima, do Senador José Roberto Arruda neste plenário e até mesmo na tribuna, com um entusiasmo fantástico, com a sua verve, a sua euforia no momento em que vem aqui para declarar a falência do Governo Federal. Não há dúvida nenhuma de que o discurso dele só pode ser interpretado assim. Eles já estão, como sempre, arranjando culpados para as mazelas, culpados pelas crises. Uma vez foi o sudeste asiático; depois, a tremenda crise da Rússia, esquecendo-se de que a Rússia é uma economia de mercado e o capitalismo entrou em crise na Rússia, ajudado obviamente pelo Sr. Yeltsin e a vodca. Teriam sido antes o México e não sei mais quem os culpados pelas mazelas deste Governo.

Entre outros fatos, sempre tive muito medo de que alguns companheiros do PT se aproximassem do simpaticíssimo e do quase irresistível Fernando Hen-

rique Cardoso. Eu o conheci e almocei com ele em 1975, mas nunca mais me aproximei da sua pessoa. Sua Excelência foi até muito gentil, pagando o almoço – o que dizem ser raro.

Não gosto de aproximar-me de governos. Tenho muito medo disso, ao contrário do Senador José Roberto Arruda, que agora, por exemplo, quer o apoio de três governos na próxima eleição: do Sr. Roriz, do Governo Federal e de outros.

O importante é dizer que S. Exª veio aqui para afirmar que o que está acontecendo na Argentina cria um perigo sistêmico para o Brasil. A expressão “perigo sistêmico”, desta vez, não foi repetida. Qualquer coisa que haja é “um perigo sistêmico”, de acordo com eles.

E eu tinha muito receio de que nos aproximássemos, ou de que alguns companheiros se aproximassem, do Governo Federal, porque eu tinha certeza de que o dia em que a casa caísse nós seríamos os culpados. E foi o que o Sr. Senador José Roberto Arruda veio aqui fazer hoje. Parece que somos os culpados pela “inadministrabilidade” e pelo fato de que muito pior do que o afundamento da plataforma de petróleo, esse desastre lamentável, é o afundamento de todo o Brasil. Estamos afundando. Creio até que o Brasil está afundando antes da plataforma. Bem, felizmente foram poucos do Partido dos Trabalhadores que se aproximaram do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Numa revista intitulada **Esquerda 21**, nosso colega José Genoíno, Deputado do PT, e o Senador Roberto Freire entrevistaram “Sua Majestade” o Presidente da República. Foi publicado apenas um número dessa revista, apenas para divulgar aquelas assertivas do Presidente da República e de Bresser Pereira.

Pois bem, agora somos nós de novo chamados de Cassandra. Se eu tivesse tempo, mostraria que desde 1958 – na minha tese de concurso que se chama “Inflação, ideologia e realidade” – procuro demonstrar que a inflação é uma desgraça que dinamiza o capitalismo, que eleva os preços e as receitas, que reduz salário, que é o que o capitalista quer (a inflação faz isso por ele). É a inflação que perdoa a dívida daqueles que compraram seus equipamentos a prazo. É isso que eles querem. É a inflação que aumenta aquilo que Lorde Keynes, ao advogar a presença da inflação que começou no século XVI, no **New Age**, escreveu: “se abriu a nova idade, o capitalismo se inicia com a inflação provocada pela ramesa de ouro do novo para o velho mundo”. De modo que, todas as crises são deflacionárias desde a de

1810. As crises resultam geralmente de um excesso de produção: fazem, aumentam a oferta, caem os preços, os lucros vão lá em baixo e, aí, os empresários param de investir.

Por exemplo, em uma das maiores crises do capitalismo, a de 1929, a produção de automóveis caiu de 5.700 milhões, em 1929, para 700 mil apenas, em 1943. O preço dos carros despencou. De tudo, mais: houve uma deflação nos Estados Unidos até 1937. Cinco mil bancos quebraram, e assim por diante. É a deflação, que acompanhava, que perseguia e que mostrava o capitalismo, dava, pelo menos, uma aula de humildade, para não serem, então, arrogantes.

Em 1929, por exemplo, o Konzern Steanes, na Alemanha, tinha 1.280 empresas espalhadas pelo mundo — não são quatro ou cinco, não —, e todas quebraram.

Sempre achei que a inflação é péssima, é um remédio vergonhoso. Keynes chama a inflação de elixir. Por esses efeitos, benéficos sobre o capital e perversos sobre o trabalhador, a inflação poderia ser adotada. Mas, para isso, para que a inflação fosse incorporada, seria preciso aumentar o nível da demanda efetiva através de gastos do Governo cobertos por novas emissões. Déficit orçamentário permanente — sem o déficit orçamentário não há inflação. De modo que o que estamos fazendo aqui, com essa idéia de superávit orçamentário, que é uma loucura, mostra que a nossa economia se encontra em crise. É a crise do capitalismo, que passou a ser chamada, por pessoas muito espertas, de neoliberalismo. O que o neoliberalismo propõe? Demitir funcionários, aumentar o desemprego, reduzir os preços, fazer uma deflação e uma queda de preços, reduzir os gastos do governo, enxugar o governo. O que a crise faz? Faz cair os preços, aumenta o desemprego, faz cair a taxa de lucro, faz com que o governo entre nessa atrofiação involuntária a que ele se submeteu. É a crise do capitalismo que está aí, exigindo essas coisas do governo.

Então, percebemos que o Governo não faz mais estradas, não faz hidrelétricas, não aumenta os gastos com funcionários. E não é porque não quer, é porque não pode mais fazer isso.

Nos Estados Unidos, o capitalismo norte-americano acabou com a sua dinâmica inflacionária de gastos crescentes do governo. Só o Governo Federal dos Estados Unidos, liberal, gastava um trilhão e 400 bilhões por ano. O déficit orçamentário do Governo Federal chegava a quase 300 bilhões por ano. E, de repente, eles perceberam que a coisa havia chegado ao seu limite. O capitalismo havia entrado na

crise Keynesiana definitiva. Não havia mais como continuar dinamizando perversamente o capitalismo. Então, recorreram obviamente ao inverso daquilo que estava dinamizando o sistema desde os anos 30. Qual é o inverso? É muito feio gastar. É muito feio construir estradas, estádios, empregar trabalhadores. É muito feio. Vamos fazer agora o bonito, ser *slim*, ser magro, entrar na anorexia. O bom é a anorexia. E foi o que fizeram, aprofundando, obviamente, a crise. E como não havia recursos, fogo para ativar a máquina, o que fizeram foi recorrer ao Plano Real, que o Sr. Fernando Henrique Cardoso considerava, como escreveu diversas vezes — posso dizer que quase que dezenas de vezes —, um absurdo. Foi Sua Excelência quem falou também que o Plano Real seria um absurdo. E falou antes de ser Presidente. Disse, por exemplo, que “equilibrar o Orçamento e pagar a dívida externa é impossível” (pág. 242 do livro *As Idéias e Seu Lugar*). Aqui está.

Para os Estados Unidos, o Plano Real valia um dólar furado. Os Estados Unidos, não o PT. Os Estados Unidos que diziam que “o Plano Real não teria mais do que quatro meses de vida”. Quem diz isso é o FMI, em 1994: “Os Estados Unidos começaram a apoiar o Real após um ano e meio”. **Folha de S. Paulo**: “Plano é transitório e só dura até as eleições”. Não foi o PT que falou, foi o FMI. De modo que, então, não devem colocar agora a culpa em nós, que não participamos disto, que sempre fomos realmente críticos, mas críticos não tão veementes quanto os Estados Unidos e o FMI. Por que eles foram críticos? Porque não pensavam que fosse possível existir uma sociedade tão dócil, tão capaz de sofrer e de se resignar quanto a sociedade brasileira.

Na Argentina, esse plano foi aplicado três anos antes. Lembro-me até quando o Presidente Menem veio aqui visitar o seu amigo e companheiro Fernando Henrique Cardoso. Quando ele chegou, perguntaram a uma repórter argentina que acompanhava o Presidente Menem: “Mas dizem que lá na Argentina a inflação acabou”. “— *La inflación y todo lo más*”. A inflação e tudo mais também acabou. É lógico! Foi essa a resposta de uma pessoa que acompanhou o Presidente Menem em uma de suas primeiras visitas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não tenho dúvida alguma de que a globalização é isso, não pode escolher outro caminho.

Os Estados Unidos estão completamente perdidos também, não são só a Argentina e o Brasil. Os Estados Unidos, nos últimos dois anos do Governo Clinton, resolveram inverter, dar uma cambalhota e fi-

car de cabeça para baixo. O Governo Clinton, que vivia com déficit público permanente, gastando muito mais do que arrecadava, aumentando a dívida pública até atingir US\$5,3 trilhões. Os Estados Unidos, que endividaram famílias e empresas para sustentarem a economia – dos US\$8 trilhões de dívida. Os Estados Unidos, obviamente, não poderiam continuar eternamente com aquela estrutura, com aquele funcionamento, com esses sustentáculos podres que ameaçavam a cada dia ruir.

Então, o que fez o Sr. Clinton? Talvez fazendo isso que está fazendo o Presidente do Banco Central aqui e outros espertos brasileiros, sabendo que ia perder a eleição, ele falou que ia acabar com a dívida pública, que ia passar a ter déficit orçamentário. Desde 1830, que isso não acontece nos Estados Unidos e, agora, então, até 2012, iria acabar com a dívida pública, gerando um déficit, portanto, de US\$400 bilhões por ano, ou seja, iria gastar US\$400 bilhões a menos do que arrecada por ano. Imaginem um Governo que estava gastando US\$150 bilhões a mais e passou a gastar US\$400 bilhões a menos.

Garaz Perovitz, Presidente do Comitê Para o Futuro nos Estados Unidos, escreveu que é impossível administrar uma economia capitalista sem recorrer a déficit e a novas emissões. De modo que, pensando que era possível voltar ao *status quo ante*, a uma situação do neoliberalismo, de equilíbrio orçamentário ou até de superávit no Orçamento, os Estados Unidos entraram em uma crise e o Presidente, esse novo Bush, que ninguém sabe se realmente ganhou ou não, mas levou – isso é que é democracia boa –, percebeu que tinham armado uma arapuca para ele, impedindo que gastasse, reduzindo os gastos do seu Governo, o que o desmoralizaria ainda mais. Se lá o Ieltsin teve sempre a vocação pela vodka, o Bush preferia o uísque. Isso é questão de hora e de lugar. Então o Presidente Bush foi sacudido e percebeu que, se trilhasse aquele caminho que o Presidente Clinton havia marcado para ele, iria levar os Estados Unidos a uma crise violenta. Então, o que ele fez? Reverteu novamente a situação nos Estados Unidos, mais uma cambalhota. O Sr. Bush, então, determinou despesas de US\$400 bilhões. O pensamento foi o seguinte: que bom, o Governo agora dinamizaria a economia. O Sr. Bush determinou que houvesse um gasto suplementar de US\$400 bilhões no ano. Mas para quê? Exército, guerra e espaço, as grandes e nobres prioridades. E essas são mesmo as maiores prioridades. Não é saúde, educação, transporte, alimentação ou habitação, nada disso. O capitalismo

tem suas prioridades e não pergunta a Fulano e a Beltrano qual é a prioridade dele. Para se reproduzir, para sobreviver, ele precisa disso, como precisou da inflação e como precisou de outros remédios desesperados e envergonhados.

Agora, parece-me que, se o Governo dos Estados Unidos, no tempo do Bill Clinton, reduz os seus gastos; tenta impor um superávit orçamentário, o mercado norte-americano se encolhe no múltiplo desses US\$400 ou 500 bilhões que foram retirados da economia, deixaram de ser gastos na economia. O que acontece do meu ponto de vista é que o Governo brasileiro não está perdido sozinho. Obviamente, presenciaremos o espocar de uma crise global na economia capitalista.

Em 1968, formou-se uma turma de economistas na UnB, da qual fui paraninfo. Esses ex-alunos se reúnem quase todos os anos para comemorar. Há três anos, estávamos reunidos, quando se aproximaram e sentaram-se comigo três ex-alunos. Eles começaram a conversar e um deles falou: “Professor, em 1968, o senhor falava que uma crise de sobreacumulação rondava o Japão”. Eu mesmo me assustei. Não sabia que falava naquilo há tanto tempo. E eu tinha certeza.

Depois vim conhecer um grupo de economistas japoneses, que interpretam essa crise que estourou no Japão, a crise Eise, em 1990, como uma crise de excesso de capital, de sobreacumulação.

Agora, isso é difícil de ser entendido, por exemplo, em regiões do Brasil, onde o problema é falta de capital, quase ausência total de capital. No entanto, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, já devia ser claro; há muito tempo, há 20 anos, estamos tentando acumular, tentando gastar, tentando criar mais capital, e a ladeira está ensaboada. Não saímos do lugar. Vinte anos perdidos, tentando fazer o impossível: acumular numa situação de sobreacumulação.

Quando os capitalistas conseguem acumular nessa situação, o que se verifica? Já falei muitas vezes aqui. Por exemplo, a guerra fiscal e a localização das indústrias de automóvel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – (Faz soar a campainha.)

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT -- DF) – Uma indústria automobilística se monta no Rio Grande do Sul, algumas no Paraná, outras em Juiz de Fora, e a Bahia lutando e brigando para ter também a sua indústria no seu terreno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador Lauro Campos, por favor, conclua o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, dentro de três minutos, termino, com a paciência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Com certeza.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Agora estamos vendo a General Motors no Brasil numa situação semelhante à da Besta, aquela da Coreia do Sul, que de besta só tem o nome. A Besta prometeu investir na Bahia um capital equivalente ao que havia gasto na importação de carros da Coreia do Sul. Importou os carros, não colocou um tijolo na Bahia e quebrou, como agora aconteceu com a Daewoo, que faliu também.

A capacidade instalada para produzir carros hoje no mundo é de 70 milhões de unidades, e só conseguem vender 50 milhões. Ainda assim, estamos querendo produzir mais carros numa situação global dessas.

É óbvio que há muito tempo temos estado com *car crush ahead* – desastre automobilístico pela frente, por excesso de produção. Setenta milhões de unidades potencialmente instaladas, e só 50 milhões são produzidas! Vinte milhões não podem ser produzidas, e queremos aumentar a capacidade produtiva, que já está estourando por excesso de acumulação, por sobreacumulação de capital, tal como, segundo Keynes, ocorreu em 1929 e como, de acordo com Marx, aconteceu sempre. A crise de 1873, indubitavelmente, foi também de sobreacumulação.

Então, nós, que ficamos aí babando pelo capital, fazemos tudo para atrair mais capital. E acabamos vendendo, entregando, doando o capital que acumulamos na esfera estatal. E não percebemos essas coisas. E a Argentina não pode perceber, porque lá reina o “Cavalo de Átila”, que já havia destruído a Argentina anos atrás e agora volta para, sobre a terra arrasada, fazer a sua cavalgada final.

Dessa forma, o que me parece é que não adianta vir gritar aqui e agora. Esses gritos, esse protesto, essa veemência do Senador Arruda parece uma confissão de que a situação é completamente caótica, de que o Governo que ele representa está perdido, de que o efeito Argentina está batendo às nossas portas e que, portanto, nós não podemos mais demitir funcionários, enxugar a máquina, reduzir emprego, vender empresas estatais, que já não existem mais, etc, etc, repetindo-se aquele filme macabro que assistimos há poucos anos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Lauro Campos, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa quer pedir a compreensão dos Srs. Senadores, porque ainda temos a Senadora Heloísa Helena inscrita, e a sessão vai se esgotar às 18 horas e 30 minutos. Se o Senador Lauro Campos concluir o pronunciamento dele, ainda teremos oportunidade de, com muito prazer, ouvir a Senadora Heloísa Helena.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero apenas agradecer a verdadeira aula que o Prof. e Senador Lauro Campos brinda a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Eu também estou aqui agradecido pela aula que estou recebendo do Senador Lauro Campos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Nas suas palavras, está um enorme conhecimento. Feliz é o Senado por ter uma pessoa que, em sendo representante do povo do Distrito Federal, também traz consigo essa extraordinária bagagem de conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – V. Ex^a tem razão, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Senador Lauro Campos é capaz de trazer para a análise dos fenômenos de hoje, como a crise econômica argentina, ilustrações sobre o que foram os grandes momentos de crise do capitalismo. O Senador observa, por exemplo, como é interessante o aspecto de já haver uma extraordinária capacidade instalada para produção de automóveis no mundo, inclusive no Brasil, como se fosse o automóvel algo que mais prioritariamente precisaria ter a sua produção incrementada. Então, os Governos brasileiros da União, por suas instituições financeiras, dos Estados, pela forma de abrirem incentivos fiscais e doarem terrenos, e dos Municípios estão proporcionando infra-estrutura e até capital para que, então, possam essas empresas produzir mais e mais algo que depois, por vezes, nem é a primeira prioridade e nem sempre aquilo que o mercado estaria querendo. Então, o brilhantismo e o conhecimento do Senador Lauro Campos é muito importante para que compreendamos melhor como a Argentina, cujo povo derrotou o Sr. Carlos Menem e o seu ex-Ministro Domingo Cavallo para colocar Fernando de la Rúa na Presidência, agora chama aquele a quem ele havia derrotado para resolver o problema. É algo que precisa de uma análise de profundidade, e agradeço ao Senador Lauro Campos pela exposição aqui feita.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Agradeço V. Ex^a pelo aparte, pelo estímulo, principalmente porque sei que tão poucas pessoas me ouvem,

não apenas porque geralmente falo nas segundas e sextas-feiras, mas porque, realmente, o que eu falo não interessa nem à imprensa nem à maior parte dos nossos companheiros. Mas tenho certeza de que interessa a alguns telespectadores, porque recebo deles muitos estímulos.

Da próxima vez, direi por que passei a desacreditar, do ponto de vista ético, do Presidente Fernando Henrique Cardoso e como levei anos para chegar a essa posição. Agora não tenho dúvida nenhuma de mudar a minha avaliação em relação a Sua Excelência, o Presidente da República, e mostrarei por que duvido da sua postura ética e moral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – O tempo da sessão esgotar-se-á às 18 horas e 30 minutos, mas ainda concederei a palavra à Senadora Heloísa Helena. Com certeza, Senadora, a Mesa será extremamente atenciosa com V. Ex^a e prorrogará a sessão por mais alguns minutos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela oportunidade.

Embora tenha entendido a delicadeza de V. Ex^a, lógico que a minha inscrição não seria para impedir a continuidade do discurso do nosso querido companheiro Senador Lauro Campos, que, apesar de dizer que seus pronunciamentos não interessam a algumas pessoas, sabe com certeza que interessam, e muito, ao povo brasileiro e refletem a nossa obrigação constitucional de zelar sempre pelo interesse público.

Sr. Presidente, primeiramente gostaria de deixar registrado um protesto, até compartilhando da preocupação de V. Ex^a no início da tarde de hoje, em relação à extinção da Sudene. Já obtive informações de que o Ministro mudou o seu entendimento na reunião dos Governadores, predispondo-se a não mais extinguir a Sudene.

É de fundamental importância que façamos o debate na Casa além da preservação ou extinção dessas superintendências regionais, porque o problema não está necessariamente na extinção ou preservação das estruturas burocráticas de tais instituições. É além disso. O problema é que elas muitas vezes são vítimas de discursos demagógicos pela suposta modernidade da reforma do Estado, feitos por aqueles que parasitaram essas estruturas.

De fato, os bancos estaduais, as empresas de abastecimento de energia, as empresas de abasteci-

mento e saneamento, as superintendências regionais, todas essas instituições públicas sempre foram tratadas como matéria orgânica do parasitismo da elite política e econômica deste País. Imagino que nem Sudam, nem Sudene, nem bancos estaduais, nenhuma dessas empresas públicas do Brasil todo passaria por uma devassa se efetivamente quiséssemos fazê-la com os instrumentos constitucionais que temos de Comissão Parlamentar de Inquérito. Todas elas sempre foram usadas como matéria orgânica dos parasitas da elite política e econômica deste País!

Portanto, o debate não é sobre preservar ou extinguir, mas para estabelecer mecanismos de controle, desde a liberação de recursos à aprovação de projetos, analisando também o financiamento e a execução desses projetos. É preciso que haja mecanismos de controle público, mecanismos de controle social, para impedir que elas sejam usadas como caixinha de objetos pessoais por quem quer que seja.

Além disso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de tratar do tema da Petrobras. É lógico que os Senadores Lauro Campos, Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra já responderam muito bem ao discurso do Senador José Roberto Arruda, que pedia uma suposta harmonia, um suposto debate sem relação partidária, um verdadeiro amor ao Brasil. Como nós da Oposição sempre tivemos amor ao Brasil, não fomos cúmplices do crime de lesa-pátria patrocinado por este Governo Federal estamos tranquilos, porque já demos e continuamos dando a nossa demonstração quotidiana de amor ao Brasil.

Apelo ao povo brasileiro para que utilize uma frase do hino nacional, talvez a mais bela, se é para sermos patrióticos: "um filho teu não foge à luta". Espero que o povo brasileiro esteja lutando e se mobilize no sentido de exigir do Congresso Nacional a apuração de crimes contra a administração pública que vêm sendo patrocinados pelo Governo Federal.

Quanto à Petrobras, embora sabendo que o requerimento que aprovamos hoje, na Comissão de Fiscalização e Controle, será palco de debates na próxima terça-feira nesta Casa, não poderia deixar de repetir algumas considerações que fiz hoje de manhã na Comissão de Infra-Estrutura.

Primeiramente, é importante que seja registrado no Senado o nome dos funcionários da Petrobras que morreram em função da irresponsabilidade da empresa. Eram todos funcionários qualificados tecnicamente, honrados, respeitáveis, que estavam na brigada de salvamento e que deram a sua vida para preservar a vida de outros companheiros de trabalho e a empresa.

É importante que fiquem registrados os nomes: Adilson Almeida de Oliveira, Operador de Produção; Charles Roberto Oscar, Auxiliar de Plataforma; Emanuel Portela Lima, Operador de Produção; Ernesto de Azevedo Couto, Operador de Produção; Geraldo Magela Gonçalves, Técnico de Segurança; Josevaldo Dias de Sousa, Operador de Produção; Laerson Antônio dos Santos, Operador de Produção; Luciano Cardoso Sousa, Operador de Produção; Mário Sérgio Matheus, Técnico de Segurança; Sérgio dos Santos Sousa, Mecânico Especializado, e Sérgio Santos Barbosa, que se encontra gravemente ferido, com mais de 80% do seu corpo queimado.

É necessário que fiquem registrados os nomes desses funcionários mortos no acidente, não na fatalidade, porque não existe nada de fatalidade naquele episódio, mas no acidente gravíssimo. É importante que fiquem registrados, para que haja uma clara distinção entre a empresa Petrobras, da qual a alma são seus funcionários e a sua história, e a sua direção. São entes distintos.

Muitas dúvidas persistem sem respostas imediatas e consistentes da direção da Petrobras, inclusive as referentes ao alijamento dos processos de investigação dos inúmeros acidentes envolvendo a empresa, direta ou indiretamente daqueles vinculados às Cipas e aos sindicatos. Os funcionários da Petrobras, inclusive, já haviam denunciado, ainda em 1984, quando da explosão da Plataforma de Anchova, problemas gravíssimos em relação à suposta auto-suficiência em atingir a meta de 500 mil barris diários.

Há várias questões relacionadas aos manuais de segurança. Qualquer manual de segurança, de engenharia de segurança no trabalho, apresenta dados que foram escondidos pela empresa. Há uma velha frase do manual de engenharia de segurança que diz: "Mania de segredo não é compatível com o manuseio seguro de tecnologias complexas e perigosas, pois engenheiros necessitam de informações se quiserem aprender com os seus próprios erros".

Todos sabemos que o trabalho dentro da área petroleira é perigoso, complexo, contínuo, solidário. O caráter perigoso do trabalho aumenta a sua complexidade e, de certa forma, molda a estratégia coletiva de trabalho. O caráter contínuo de produção tem relação com o risco e assim por diante.

Assim sendo, é comprovado tecnicamente que qualquer alteração em qualquer parte do sistema se reflete em todas as demais. Muitas alterações já vinham sendo detectadas. Muitos instrumentos já as haviam indicado. A Associação Nacional dos Enge-

nheiros da Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros já haviam entregue dados que mostravam indícios relevantes de problemas na segurança do trabalho à Agência Nacional de Petróleo e à direção da empresa, que não fizeram nada.

Até acredito na solidariedade demonstrada pelo Governo Federal e pela direção da empresa diante das vítimas do acidente. Porém, solidariedade somente não basta! A cada 37 dias, três trabalhadores são mortos. O limite da solidariedade deve ir mais além, senão daqui a 37 dias surgirão mais três mortos. E as lágrimas, a solidariedade, a nota da direção da Petrobras não servem, porque não resgatam as vidas, não restabelecem o amor dentro das famílias que perderam seus entes queridos, não solucionam os problemas ambientais gravíssimos causados pela irresponsabilidade da Diretoria, que sei que não constitui um fato isolado.

A Diretoria da Petrobras já deveria ter renunciado, a fim de não comprometer mais a imagem da empresa nacional e internacionalmente. Não se trata da perspectiva de buscar um bode expiatório, pois a Diretoria apenas reproduz a incompetência, a insensibilidade, a falta de compromisso com o patrimônio público do Presidente da República e do Governo Federal, quando ao menos deveria zelar pela imagem da empresa, por sua auto-suficiência. Não podemos colocar vidas em risco ou deixar que ocorram problemas ambientais gravíssimos.

Sei que a sabotagem do Governo Federal é grande com a Petrobras. Claro. A sabotagem ocorreu com a imposição de uma pressa gigantesca, que comprometeu inclusive essa plataforma, quando foi necessário realizar alterações no seu projeto de engenharia, a fim de impedir que aqueles campos do Roncador fossem leiloados por R\$58 mil, quando a estimativa era de mais de US\$68 milhões, em função do lucro. O Governo apressou-se de tal forma que comprometeu o projeto de engenharia da Petrobras.

Não acredito que, numa área altamente complexa, que envolve características de perigo, complexidade, continuidade, qualificação e solidariedade no trabalho, não se pudesse prever – mesmo numa magnitude que não estivesse nos limites da previsibilidade técnica – tal acidente. Não podemos aceitar o que aconteceu.

É de fundamental importância que esta Casa se posicione, na próxima terça-feira, junto com a Associação Nacional dos Engenheiros da Petrobras, com a Federação Única dos Petroleiros, com a Agência Nacional de Petróleo, que também tem responsabilidade, e com o Presidente da Petrobras. Não se reconhe-

cem os erros, mantendo a mesma política infame. Houve sabotagem na venda de ações da Petrobras ocorrida na calada da noite na Bolsa de Nova Iorque a preços ínfimos. Sete dias depois, aumentou-se bastante o valor das ações, para favorecer investidores internacionais. Foi um golpe vergonhoso que a base governista fez: tirou o projeto da pauta do Senado à tarde e, na madrugada, vendeu as ações por preço subestimado na Bolsa de Nova Iorque.

Esse tipo de sabotagem exige do povo brasileiro uma ação. Não se trata de delírio persecutório. Não é mania de perseguição dizer que isso é um processo que está sendo montado dentro da estrutura da Petrobras e de outras instituições públicas de áreas diversas do patrimônio nacional. No próprio processo de privatização deste País, marcado pela corrupção, pela intermediação de interesses privados, pela exploração de prestígio, pelo tráfico de influência, tudo o que está devidamente carimbado como crime contra a administração pública no Código Penal, absolutamente nada tem sido feito, infelizmente, pelo Governo Federal e ou pelo Congresso Nacional, que tem obrigação constitucional de fiscalizar os atos do Executivo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senadora Heloísa Helena, o tempo de V. Exª, além da sessão, expirou em dez minutos. Mas a Mesa será compreensiva e permitirá o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Exª e concedo o aparte, com prazer, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, cumprimento V. Exª pela manifestação e iniciativa de, inclusive, apresentar hoje, pela manhã, o requerimento, consensualmente assinado por todos que estavam presentes na reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, por nós também, assinado e aprovado, convocando o Presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, o Sr. David Zylbersztajn, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Petróleo, o representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras, bem como da Federação Única dos Petroleiros, para esclarecerem em profundidade a natureza desse extraordinário desastre que, infelizmente, custou vidas – somos solidários a todos os seus familiares, a todo o corpo de funcionários, todos os que trabalham na Petrobras, inclusive a sua Direção, obviamente, porque estão todos sofrendo. É preciso este esclarecimento solicitado por V. Exª. É preciso lembrar e aqui ponderar com o Sr. Henri Phi-

lippe Reichstul em que a medida o tipo de prioridade adotada pela Petrobras na sua administração, o que, efetivamente, é o melhor, no sentido global, o que mais atende tanto ao interesse da empresa quanto o do País, o interesse público. Uma empresa pública, ainda mais estratégica e com as características da Petrobras, precisa ser administrada, muitas vezes, com valores e objetivos que diferem muito dos de uma empresa privada. A Direção da Petrobras, logo depois do ingresso de Henri Philippe Reichstul, avaliou que era necessário aumentar significativamente a remuneração dos seus Diretores, equiparando-a à remuneração normalmente paga pelas empresas privadas de igual tamanho. Assim, a Petrobras equiparou-se ao funcionamento das empresas privadas. Poderia até haver a compreensão disso. Mas será que tudo o que V. Exª relatou, a própria extinção de setores responsáveis pela manutenção, terceirizando muitos de seus serviços, será que isso, efetivamente, não contribuiu para o desastre e os demais que surgiram? Isso vamos ficar sabendo melhor com o a audiência proposta e já marcada para a próxima semana. Portanto, considero muito positiva a iniciativa de V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço o aparte de V. Exª.

Encerro meu pronunciamento em função do adiamento da hora, mas deixando o apelo a esta Casa – mais uma vez o apelo a esta Casa – no sentido de que cumpramos nossa obrigação constitucional.

O debate não está sendo ideológico, não é programático ou partidário. O mais vergonhoso é uma Instituição que se relaciona diretamente com a suposta democracia – embora seja uma democracia capenga, porque a democracia não se instala porque alguém vai para a urna votar e porque nos sentamos nas cadeiras azuis; sem justiça social não há democracia coisíssima nenhuma –, não cumprir com o seu papel. Mas ao menos que essa Instituição que supostamente representa a democracia cumpra com as suas obrigações constitucionais.

É apenas isso, em nome do interesse público, que o povo brasileiro exige do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Mauro Miranda, Romero Jucá e Tão Viana enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs. serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, assim como a fina

rede de veias e artérias está para o corpo humano, a malha de vias de transporte está para a vida de um país.

Assim como o delicado sistema de circulação sanguínea garante a irrigação de todo nosso corpo, assegurando que nossos órgãos vitais disponham dos elementos necessários ao desempenho de sua função, o Brasil depende visceralmente do bom funcionamento de sua rede de transportes para que seus setores vitais possam, eles também, desempenhar-se a contento.

Assim como temos a necessidade de, pelo menos uma vez ao ano, efetuar uma revisão geral de nosso corpo, tratando, se for o caso, as disfunções constatadas, o País precisa ter um programa permanente de acompanhamento do estado de sua malha de transportes, que se complete por um planejamento estratégico de conservação, recuperação e ampliação da malha.

O Brasil, logo após a Segunda Guerra Mundial, optou por uma matriz de transporte essencialmente rodoviária. O resultado dessa opção é, ainda hoje, visível nos indicadores relativos ao setor. Enquanto as rodovias contam com 1,7 milhão de quilômetros de extensão, as ferrovias perfazem apenas 30 mil quilômetros e as hidrovias ainda menos. Enquanto as ferrovias transportam cerca de 400 bilhões de toneladas/quilômetro por ano, as ferrovias ficam com 130 bilhões, a navegação de cabotagem com 82, as dutovias com 24 e a navegação aérea com apenas 2 bilhões.

Sem necessidade de maiores demonstrações, fica cabalmente estabelecido que o Brasil depende essencialmente de suas rodovias para que sua economia possa funcionar a contento, já que elas respondem por cerca de 64 por cento do que é transportado dentro do território nacional.

E aqui emerge a primeira grande questão relativa ao setor de transportes que deve ser posta hoje para toda a sociedade e, principalmente, para os setores produtivos e para os formuladores de políticas públicas: não chegou a hora de revermos nossa matriz de transporte, redimensionando nossos diversos modais e estabelecendo um novo equilíbrio entre eles? Não estaríamos no tempo de explorar nosso imenso potencial hidroviário? Nossas possibilidades dutoviárias? De expandir nossa malha ferroviária? E de incentivar a cabotagem ao longo de nosso extenso e próspero litoral?

Sabemos todos, perfeitamente bem, que o Governo Federal está agindo nesse terreno. Mas não seria o caso de envolvermos mais fundamentalmente toda a sociedade, a partir de um debate no seio do Parlamento Nacional?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir da introdução que acabo de fazer, estou convicto de que dispomos de temática mais do que suficiente para estabele-

cermos um debate dos mais interessantes e que repercutiria fundamentalmente em toda a vida nacional. Contudo, irei, neste pronunciamento, restringir-me a tratar do modal rodoviário, mais precisamente das rodovias em si.

Creio não precisar repetir os números que acabo de citar para convencer meus nobres ouvintes de que estamos falando de algo que toca mais da metade da produção nacional, de nosso PIB ou de qualquer outro indicador de nossa economia. Mais ainda, de algo que toca a vida de todos os brasileiros, pois eles são a realidade que se esconde atrás dos números da economia.

Para situar V. Ex^{as} no universo de que estou tratando, gostaria de citar mais alguns dados, mesmo com o risco de ser um pouco enfadonho. A malha rodoviária brasileira é constituída por um triplo sistema de rodovias: o federal, o estadual e o municipal. O conjunto comporta, como já disse, um total aproximado de 1,7 milhão de quilômetros, distribuídos de modo algo inesperado, para um leigo na matéria, como seja: 67,5 mil km de rodovias federais; 200 mil estaduais e incríveis 1,3 milhão de quilômetros de rodovias municipais. Ou seja, o imenso sistema capilar de estradas abertas e geridas pelos municípios brasileiros responde por mais de três quartos do total da malha.

Contudo, são as rodovias federais que formam os grandes corredores de escoamento da produção do País. Os Estados, principalmente os do Sul e Sudeste, completam esse quadro, integrando suas vias ao sistema federal.

E como vai este nosso aparelho circulatório? Infelizmente, para usar uma linguagem médica que me é muito familiar, ele apresenta um acelerado processo de esclerose. Suas veias estão entupidas, não de placas de gordura, mas de buracos. Suas artérias estão enrijecidas pela precariedade de seus traçados e limitada capacidade de receber veículos.

Para citar apenas um exemplo que todo brasileiro conhece bem, basta querer ir de Brasília a Belo Horizonte de carro. Neste momento, a BR-040 tem seguramente mais de 100 km quase que intransitáveis pela quantidade e profundidade dos buracos que se abriam desde que a estação das chuvas começou.

Se uma estrada importante como a BR-040 está nesse lamentável estado, imaginem os meus nobres Pares como estão as demais pelo Brasil afora. Eu fico imaginando, mais do que isso, constato visualmente o estado em que se encontram as rodovias do Nordeste e, em particular, as do meu Ceará.

Faço este comentário, ou melhor esta análise crítica, reconhecendo o esforço que fazem os Governos Federal, Estadual e os Municipais para cuidarem

de nossas estradas. Contudo, não posso me esquivar admitir que precisamos mais fazer, muito mais, sobretudo no que diz respeito aos grandes eixos de escoamento da produção nacional.

Sr. Presidente, não poderemos jamais pensar em desenvolvimento sustentado sem um sistema de transporte que lhe dê a devida sustentação. Ora, a região que mais necessita impulso desenvolvimentista é o Nordeste, mercê de suas carências históricas. Mesmo assim, somos obrigados a nos rendermos à triste constatação de que nossa malha rodoviária é precária em sua extensão e abrangência, e péssima em seu estado físico de conservação.

Se coligirmos os dados da pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, em 1997, sobre nosso parque rodoviário, podemos ver que:

- 92,3% das rodovias estão em estado péssimo ou deficiente no que respeita a conservação geral;
- 76,2% encontram-se, também, com a sinalização em estado péssimo ou deficiente;
- 85,3% apresentam o pavimento no mesmo estado péssimo ou deficiente.

Se agregarmos a esses dados o fato de que 93,3% dessas vias se deterioram por causa de suas deficiências de engenharia, ou seja, são estradas de pista simples com acostamento em regiões com topografia acidentada, vemos que o futuro de nosso parque rodoviário não se mostra dos mais alvissareiros. Traduzindo a linguagem técnica, são estradas cujo traçado e configuração de tráfego são inadequadas para as regiões onde foram implantadas, tendo em vista o tipo e quantidade de veículos que nelas trafegam, o clima da região que atravessam, o terreno em que se desenvolvem.

Se, ainda mais, olharmos os recentíssimos dados do levantamento do DNER sobre as rodovias federais pavimentadas, veremos que 27% de sua extensão encontram-se em mau estado, 39,4% em estado apenas regular e o restante em bom estado. Se olharmos ainda mais fundo, veremos que o meu Ceará, tem suas rodovias em situação em tudo semelhante à média nacional: 25% em mau estado, 31% regular e apenas 44% em bom estado. Contudo, este não é o sentimento nem a vivência das pessoas que utilizam o sistema federal de estradas no Ceará.

Sr. Presidente, acabo de receber expediente do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), cujo tom ingente não deixa dúvidas quanto às dificuldades causadas pela má conservação de estradas importantes para a economia e a vida de meu Estado. O anel viário e o trecho da BR-116 que formam o conjunto sob administração federal que dá

acesso ao Distrito Industrial de Fortaleza está em tal estado que até casos de mortes ocorrem por conta disso. Não se trata mais de pedir manutenção. Trata-se de estancar um processo de acelerada deterioração de artérias vitais para a produção do Ceará, já que é desse Distrito que sai um terço da produção industrial cearense. Estamos, só para citar meu Estado, nos aproximando do estado de emergência, beirando o colapso de nossa capacidade de escoar o produto do esforço do povo cearense.

Sr. Presidente, sou um Senador membro do PSDB. E por isso mesmo é que me permito traçar este perfil do estado de nossa malha rodoviária. Quero que o Governo Fernando Henrique atente para a urgente necessidade de estabelecer e cumprir um plano de metas para a recuperação e ampliação de nosso sistema rodoviário.

O que hoje ocorre com a conservação das rodovias nacionais vai muito além de questões de política de governo. Trata-se de um hábito cultural profundamente arraigado no espírito brasileiro. E, infelizmente, de um mau hábito. O hábito de que basta implantar os sistemas, descurando-se totalmente de que eles necessitam de manutenção, conservação, recuperação e restauração.

Desde todo o sempre nós imaginamos, primeiro que o melhor é criar e implantar sistemas – sejam leis ou infra-estrutura física – que supostamente resolvam em definitivo os problemas, e que neles não mais se precise pensar. De fato, esse seria o ideal: soluções definitivas e permanentes que não mais precisassem ser revistas. Desgraçadamente, nada na natureza é peregrino, a começar pelo ser humano. Tudo se desgasta, se transforma, se deteriora. Tudo, em consequência, necessita de conservação para assegurar-lhe uma vida útil que corresponda às expectativas e necessidades nossas, enquanto indivíduos e sociedade.

E aqui gostaria de mencionar uma lei empírica muito usada no mundo da engenharia civil, que sabidamente não é meu campo de especialidade, mas do qual empresto a sabedoria. Diz essa lei, chamada de Lei de Sitter ou “Lei dos Cincos”, que cada dólar economizado indevidamente no projeto de uma obra significa custo adicional de 5 dólares na implantação do projeto, 25 dólares de custo de manutenção para evitar as deteriorações causadas pelos defeitos, e 125 dólares de recuperação para sanar os erros não corrigidos até então. Ou seja, os custos diretos e indiretos se multiplicam por 5 cada vez que não se age a tempo e a hora para maximizar a qualidade do que se constrói e do processo de manutenção permanente.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, não podemos ignorar que a malha rodoviária de qualquer país, em especial de um Brasil continental, é um siste-

ma de elevado índice de uso e que necessita, portanto, de contínua ação de conservação.

Se, confrontados com problemas de restrição orçamentária, a primeira atitude que temos é a de cortar as verbas de custeio e manutenção, o que estamos fazendo é postergando ações impostergáveis. O resultado será o agravamento de custos e a conseqüente piora do problema orçamentário. Não adianta zerar rubricas de custeio e manutenção. Pode-se, isto sim, racionalizá-las, minimizar custos, planejar ações que aumentem sua eficácia e eficiência. Nunca se deve, para o bem da sociedade, eliminar as verbas para tais ações.

É o reflexo deste nefando hábito nacional está na relação entre a necessidade e o efetivamente aplicado em recursos nas rodovias. O Brasil necessita, segundo avaliam os técnicos, de R\$2 bilhões/ano, enquanto que no período 1995/1999 aplicou-se apenas R\$1 bilhão/ano. Ou seja, a metade do que deveria ter sido aplicado. Se refletirmos que isso se passou durante 5 anos, concluímos que estamos, já, com um déficit de investimento da ordem de 5 bilhões de reais. Ou seja, estamos cavando buracos em nossas estradas, já na elaboração do orçamento e na liberação de recursos.

Ao longo de 2000 o Governo Federal investiu 1,8 bilhão de reais em sua malha rodoviária, dos quais 1,1 bilhão em manutenção e recuperação de vias. Ou seja, repetiu-se o quadro dos anos anteriores, com o déficit aumentando, mesmo com todas a boa vontade do Governo.

Retomando ainda um dado do universo da engenharia civil, podemos mencionar que a falta de conservação aumenta em muito os custos de recuperação quando se decide agir. Assim, é clássico na engenharia considerar como valor de referência para manutenção de um sistema a alocação, para suas ações, de 0,5% do valor patrimonial do empreendimento ao ano. Tal índice pode subir para até 1%, se as ações não forem feitas no tempo e na medida exatas. Contudo, esse mesmo índice pode baixar substancialmente se as ações forem eficazes e executadas dentro de um planejamento bem-feito e de modo continuado.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, se nos restringirmos apenas ao conjunto das vias pavimentadas dos sistemas federal e estaduais, seu valor patrimonial estimativo gira em torno de 300 bilhões de reais. Em conseqüência, o Orçamento Geral da União deveria alocar, anualmente, no mínimo 1,5 bilhão para manutenção desse conjunto. Ora, o OGU de 2001 prevê apenas 1,1 bilhão, o que não é de modo algum desprezível, mas obviamente insuficiente, infelizmente para todos nós. E as conseqüências serão repetição de situações como a de Fortaleza, um pouco por todo o País.

Na fase de implantação um governo pode escolher se faz ou não determinada rodovia. Uma vez que ela está começada, ou já existe, não lhe cabe mais a alternativa de não lhe destinar recursos de manutenção. Tal atitude eu diria que corresponde a dar um tiro no próprio pé, pois os problemas serão cada vez mais difíceis de sanar e seus custos aumentam rapidíssimamente.

Sr. Presidente, não podemos nos arriscar a reverter a situação que enfrentamos há pouco mais de uma década, quando circular em veículo por qualquer via era uma aventura de desfecho incerto, até mesmo dentro das cidades. Quanto o Brasil não perdeu, e ainda perde, de sua produção pela absoluta impossibilidade de fazer circular por estradas intransitáveis sua produção agrícola ou industrial?

Por tudo que acabo de dizer, é que, como Senador eleito pelo povo do Ceará, venho aproveitar a força desta Tribuna para solicitar ao Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Elizeu Padilha, que atenda aos produtores de meu Estado e libere a verba emergencial solicitada em expediente conjunto da FIEC, do Chefe do Distrito do DNER e do Departamento de Estradas do Ceará.

São 1,3 milhão de reais que servirão para recuperar o sistema de acesso ao Distrito Industrial de Fortaleza. Serão recursos que aliviarão sobremodo a economia cearense e que representam cerca de 3% do que foi investido ano passado no Estado e do que está previsto no OGU deste ano. É pouco, mas é muito importante para um Estado pobre mas trabalhador e que quer, por seu próprio esforço superar suas malezas sociais.

Creio que meu povo merece esta consideração do Governo Federal. Creio mais! Creio que o País como um todo merece a consideração de ter alocados para seu sistema circulatório vital os recursos necessários para evitar sua esclerose e o colapso de todo o organismo produtivo nacional.

Não repitamos erros de um passado ainda recente! Para o bem do País!

Muito obrigado, era esse o alerta que desejava fazer!

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Inhumas, que constitui, sem dúvida, um dos principais pólos de desenvolvimento do nosso Estado, está devidamente comemorando os 70 anos de sua emancipação política.

Nesse tempo, vem seguindo o firme curso de seu acentuado e constante progresso, refletido nos indicadores de desempenho dos setores social, econômico e cultural.

Para tanto, beneficia-se de localização geográfica privilegiada, conseqüente de sua proximidade com a Capital goiana, o Distrito Federal e a rodovia Belém-Brasília.

Por isso, e sobretudo pelo esforço de sua gente, é reconhecida como uma das cidades mais importantes do interior do Estado.

Contribuem para esse relevante posicionamento a atuação de seu exuberante comércio, a constante expansão de seu moderno parque industrial e a sua avançada agropecuária, além do fato de sediar um atualizado centro médico-hospitalar, reconhecido como base de apoio para a prestação de assistência a grande parte da população goiana.

Os registros indelévels da história nos informam que tropeiros e caixeiros-viajantes, dirigindo-se à cidade de Goiás, a antiga capital, foram os descobridores da região. Fazendeiros, atraídos pela fertilidade do solo, lá fixaram suas moradias, deflagrando o processo de povoamento da área.

No entanto, data de 1858 o marco inicial da cidade, com a aquisição, por João Antônio da Barra Ramos, da Fazenda Cedro. Em 20 de setembro desse ano, a compra foi registrada, com o nome de Fazenda Goiabeiras, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, a mesma Campinas depois transformada em município e, mais tarde, em bairro de Goiânia.

Com a Lei Municipal de número 4, de 27 de março de 1876, foi oficializado o nome de Goiabeiras, em decorrência de sua elevação de povoado do Município de Itaberaí a Distrito.

Com a Lei Municipal 40, de 2 de dezembro de 1928, o Distrito de Goiabeiras recebeu o nome de Inhumas, inspirado pelas "aves de porte elegante, penas negras e canto nostálgico", que são um dos símbolos de Goiás e então embelezavam as margens do rio Meia Ponte e dos ribeirões.

Finalmente, no dia 19 de março de 1931 foi efetivada a emancipação política e administrativa de Inhumas, que teve José Rodrigues Rabêlo como seu primeiro prefeito constitucional nomeado.

Nos dias correntes, o Município de Inhumas, ocupando uma área de 900 quilômetros quadrados, limita-se com Itauçu, Damolândia, Brazabranes, Goianira, Carurá e Araçu.

Com uma população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 43.938 habitantes, e apresentando uma taxa de crescimento demográfico de 5,5%, Inhumas conta com um desenvolvido centro urbano, considerado o principal dessa área do Estado e de sua microrregião.

Estamos concluindo, Senhor Presidente, esta nossa breve intervenção, sintetizando que Inhumas, cidade nascida em 19 de março de 1931 e centro geográfico da região mais próxima de Goiânia, a Capi-

tal, bem merece, por sua histórica e atual importância, ser festejada pelo seu povo, admirada pela sociedade goiana e sempre exaltada pelos representantes de Goiás no Parlamento pátrio.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 18 de janeiro, enviei ofício ao Dr. Carlos Henrique Heck, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), solicitando gestões no sentido de viabilizar a instalação de uma *Unidade Especial* daquele prestigioso órgão no Estado de Roraima.

A iniciativa é das mais importantes porque o Estado de Roraima é proprietário de valioso acervo histórico natural. Em razão disso, necessita, neste momento, de um apoio mais técnico e especializado para melhorar a conservação desse respeitável patrimônio.

Em virtude de notórias deficiências existentes no campo da metodologia de identificação, de controle e de fiscalização dessas áreas, o Estado precisa definir urgentemente uma política de preservação que seja eficiente e que consiga preencher o vazio existente. Só assim o Governo estadual terá capacidade de reverter o processo de dilapidação dessa reserva histórica, que agrava-se a cada dia e que não pode mais ser relegado a um segundo plano.

Apesar de ser o Estado menos populoso do Brasil e apresentar a menor taxa de densidade demográfica nacional, é importante ressaltar que o acelerado fluxo migratório, verificado nos últimos 20 anos em nossa região, fez a população roraimense passar de 79,4 mil habitantes, em 1980, para 266,9 mil, no início de 1999.

Como bem sabemos, tal fenômeno alterou significativamente o nível das contradições locais existentes e colocou toda a administração pública diante de novos desafios. Assim, no período de apenas vinte anos, a infra-estrutura regional, que já era precária, tornou-se ainda mais deficiente por não ter condições de suportar a intensa pressão demográfica. O mesmo aconteceu com a administração e conservação do seu patrimônio histórico natural. Além de não dispor de um planejamento estratégico para ordenar as suas necessidades e manter a sua integridade, logo começou a sofrer os impactos negativos da ocupação desordenada de várias áreas estratégicas do Estado.

Em relação a essa onda migratória recente, é importante não esquecer que ela tem se dirigido quase que totalmente para pontos bem determinados. É justamente em torno de alguns municípios importantes que o fenômeno se reproduz. Nesses espaços as populações se multiplicaram do dia para a noite, e as políticas globais de

desenvolvimento – rural e urbano – têm sofrido sérios transtornos. Em 1999, o município de Boa Vista, por exemplo, contava com 167.185 habitantes e concentrava sozinho quase 63% de toda a população do Estado.

Por fim, complementando essa rápida análise sobre o processo de crescimento demográfico acelerado e de ocupação intensiva das terras mais nobres em nossa região, devemos acrescentar outros eventos importantes. As extensas jazidas de ouro, cassiterita e pedras preciosas conhecidas, têm despertado igualmente a atenção do garimpo clandestino que é altamente predatório e destruidor do equilíbrio do ecossistema. Além disso, voltando à questão da exploração das terras férteis, os colonos têm praticado constantemente uma ocupação pouco compatível com as necessidades reais de preservação. Por causa dessas ações descontroladas, no primeiro semestre de 1998, um enorme incêndio tomou conta de 15 % da cobertura vegetal do Estado.

Para termos uma idéia das proporções desse lamentável acidente, é importante recordar alguns dados gerais sobre Roraima. A área total do Estado corresponde a 225.116 quilômetros quadrados e cerca de 63% desse território é ocupado pela floresta Amazônica. Todavia, o coração de Roraima pulsa realmente em apenas 82 mil quilômetros quadrados de sua razoável extensão. É justamente nesse espaço geográfico onde a economia floresce, onde as terras virgens cedem lugar à produção capitalista periférica, onde as cidades incham, que as contradições se desenvolvem e o incremento populacional verifica-se em progressão geométrica.

Apesar do quadro preocupante que estamos percebendo e que retrata muito bem os erros que estão sendo cometidos pela ocupação rural e urbana desordenada em nosso território, ainda dispomos de todas as condições para impedir que o acervo histórico e natural lá existente continue se degradando. O objetivo mais importante deve ser exatamente o de impedir a reprodução desses desvios destrutivos e preservar o patrimônio vivo para elevar o desenvolvimento das atividades culturais e educacionais em benefício de todos os habitantes da região.

Quando encaminhei solicitação à direção do IPHAN, no sentido de avaliar as possibilidades de instalação de uma *Unidade Especial* em nossa região, o fiz porque me preocupa o que está acontecendo neste momento com o patrimônio histórico natural e cultural do Estado.

Além disso, o IPHAN é um órgão reconhecidamente competente em todo o território brasileiro e nos ensinará a gerir melhor os nossos bens culturais.

Vinculado ao Ministério da Cultura, sua história começa em 1936, durante a gestão do eminente Ministro da Educação e Saúde de então, Gustavo Capanema. A pedido do Ministro, vários intelectuais brasileiros, entre os quais, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos e Carlos Drummond de Andrade, prepararam a primeira legislação específica sobre a proteção e conservação dos bens patrimoniais do País. Coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade, a tarefa de implantação do Serviço do Patrimônio. Em novembro de 1937, com a promulgação do Decreto-Lei nº 25, ficou definida a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Finalmente, em janeiro de 1937, com a aprovação da Lei nº 378, nasceu o IPHAN.

Nesses sessenta e três anos de existência, a atuação do IPHAN tem sido notável em todo o Brasil. Não existe um só administrador público que não enalteça as suas qualidades, a sua eficiência e o valor dos seus trabalhos. Os resultados estão à mostra em quase todos os Estados brasileiros, graças aos esforços empreendidos pelas suas quatorze superintendências regionais e dezoito sub-regionais. São mais de 16 mil edifícios tombados, museus, 50 centros e conjuntos urbanos, 5 mil sítios arqueológicos, mais de um milhão de objetos, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, variada documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos, e nove monumentos culturais naturais considerados como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Na Região Amazônica, destacam-se igualmente inúmeros projetos importantes. Entre eles, podemos citar o inventário do Centro Histórico de Manaus. Na cidade de Barcelos, situada às margens do rio Negro, também no Amazonas, outro inventário está sendo feito. Na cidade de Belém, o IPHAN inaugurou em dezembro passado o espaço cultural *Canto do Patrimônio*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seria cansativo continuar citando as realizações do IPHAN pelo Brasil afora. O importante é que temos um Instituto em nosso País que se preocupa permanentemente com os bens culturais nacionais. Além disso, o IPHAN já é hoje uma referência importante mesmo em nível internacional.

Para finalizar, gostaria de reafirmar a minha expectativa em relação à breve instalação da *Unidade Especial* do IPHAN em nosso Estado. Como já dissemos, as rápidas transformações socioeconômicas e ambientais que estão acontecendo por lá, demandam, cada vez mais, o registro e a documentação dos processos de mudança da realidade cotidiana e a preservação das referências e valores culturais dos diferentes grupos sociais.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, celebra-se hoje a primeira edição do dia mundial do teatro para a infância e a juventude, acontecimento este, que ocorrerá em vários países como uma forma de demonstrar a importância das artes e das tradições culturais de cada país, especialmente da cultura teatral, na formação de crianças e adolescentes.

Desde suas origens mais remotas, e nas mais diferentes culturas, o teatro tem sido um poderoso instrumento de transmissão das tradições culturais, dos princípios e valores éticos e de conscientização social. Nos períodos obscuros da história da humanidade, em que as liberdades individuais e os direitos são tolhidos, o teatro adquire sua real dimensão como espaço de resistência, de luta, de transformação, de difusão de utopias humanistas e de ideais democráticos.

Em sua faceta dedicada ao público infanto-juvenil, o teatro tem sido um grande aliado de pais e professores, uma vez que, através do contato com os grandes textos clássicos da dramaturgia mundial e com os novos talentos da literatura teatral, estimula, com seus jogos e exercícios dramáticos, a inteligência, a criatividade, a imaginação e a saudável convivência em grupo de jovens e crianças.

Com sua natureza onírica, com sua vocação política e poética, com sua força transformadora, o teatro oferece aos jovens um caminho para a realização de seus sonhos, para a superação de seus medos, e um profundo incentivo à auto-estima, à tolerância e ao convívio com as diferenças e diversidades de opinião. Porque o teatro é a representação de humanidades. Para representá-las, para fazê-las viver no palco é preciso conhecê-las, respeitá-las.

Assim, gostaria de unir-me a todas as pessoas que se reúnem hoje no mundo inteiro para celebrar essa primeira edição do dia mundial do teatro para a infância e juventude, cujo objetivo é convocar os criadores do teatro para crianças e jovens “a empenhar-se por conseguir os mais altos níveis de criação teatral”, buscando “promover a igualdade, a paz, a educação e a harmonia racial e cultural”.

No Brasil, o Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e a Juventude – CBTIJ, representante nacional da associação internacional de teatro para a infância e juventude – ASSITEJ, que reúne grande número de teatros e pessoas de 65 países, programou uma série de atividades para comemorar a data de hoje. entre elas, uma festa homenageando grandes nomes do teatro bra-

sileiro, cuja vida é dedicada à construção e à elevação do teatro infanto-juvenil em nosso País. São eles:

Júlio Golveia (em memória) e Tatiana Belinky, criadores do Tesp, e pioneiros na produção e direção de espetáculos para crianças; Pernambuco de oliveira (em memória), autor do texto “a revolta dos brinquedos” (1948); Lúcia Coelho, diretora de teatro e criadora do grupo navegando; Lizette Negreiros, atriz paulista que muito fez pelo teatro para crianças, uma das criadoras da Apetij; Dilmir Messias, diretor de teatro em Porto Alegre, que muito dedicou ao teatro para crianças; Fátima Ortiz, diretora, e Enéas Lour, diretor de teatro, ambos com inúmeros espetáculos para crianças; Ilo Krugli, que criou o teatro do Vento-forte; teatro quintal, e Bia Bedran; os dez anos do grupos as Marias da Graça; Beatriz Pinto de Almeida (em memória) pioneira no trabalho com bonecos; o Festival de Teatro de Blumenau; e os 50 anos do teatro tablado e sua criadora Maria Clara Machado.

Obviamente são muitos os criadores, os artistas, técnicos e pessoas dedicadas ao teatro infanto-juvenil que, embora não estejam contemplados na justa homenagem do CBTIJ, merecem todo o nosso respeito e admiração pela forma corajosa e obstinada com que defendem a arte teatral, a despeito das dificuldades e dos poucos recursos destinados às artes cênicas neste País.

Quero pois, registrar neste plenário, minha homenagem a todos artistas (inclusive a Adriana Dantas de Mariz, atriz brasiliense, que tenho a satisfação de ter como funcionária em meu gabinete e que foi uma das fontes de inspiração para esse meu pronunciamento), às pessoas que, com sua obstinação e com seus sonhos fazem do teatro um dos maiores bens culturais da humanidade.

Para concluir o meu pronunciamento, passo a palavra ao grande artista, ao mestre da língua portuguesa, Fernando Pessoa.

O poeta é um fingidor
finge tão completamente
que chega a fingir que é dor
a dor que deveras sente.
e os que lêem o que escreve,
na dor lida sentem bem,
não as que ele teve,
mas só a que eles não têm.
e assim nas calhas de roda
gira, a entreter a razão,
esse comboio de corda
que se chama coração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 21, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal* (financiamento ao setor produtivo das Flegiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), tendo

Parecer sob nº 519, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1995 (nº 1.681/91, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho* (jornada de trabalho de ferroviários), tendo

Parecer sob nº 191, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Moreira Mendes, favorável, com modificações para adequação do Projeto ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998, com abstenção do Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1995 (nº 4.465/89, na Casa de origem), que *altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira* (cana-de-açúcar, álcool e açúcar), tendo

Parecer sob nº 119, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Heloísa Helena, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, para adequação à Lei Complementar nº 95, de 1998.

– 4 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2000-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2000-Complementar, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *altera a Lei Com-*

plementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.045, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Álvaro Dias.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15 do corrente, quando teve sua discussão adiada para hoje.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 1999 (nº 124/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora Vanguarda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sorocaba*, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 354, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 1999 (nº 271/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Empresa e Comunicação PRM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos*, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 469, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenções do Senador Jefferson Peres e da Senadora Heloísa Helena.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2000 (nº 319/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Globo S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade do Rio de Janeiro*, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO
SENADO FEDERAL, SENADOR JADER BARBALHO**

**20/03/2001
Terça-feira**

-
- 11:00 - Solenidade de instalação da comissão organizadora das comemorações do 1º centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira**
Memorial JK
- 12:00 - Senhor Wan Yongxiang, Embaixador da República Popular da China**
- 12:30 - Senhor Agustin Espinosa, Embaixador do Uruguai no Brasil**
- 14:30 - Senhora Lourdes Flores, candidata a Presidente do Peru**
- 15:00 - Visita de concorrentes ao Concurso de Miss Brasil 2001**
- 18:00 - Reunião conjunta de Líderes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados**



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a 2ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 21 de março de 2001, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, para deliberar sobre realização de sessão secreta.

Brasília, 19 de março de 2001

SENADOR RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

PUBLIQUE-SE EM,

20, 03, 2001

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.140-1, ADOTADA EM 14 DE MARÇO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 15 DO MESMO MÊS E ANO QUE "CRIA O PROGRAMA NACIONAL DE RENDA MÍNIMA VINCULADA À EDUCAÇÃO - "BOLSA ESCOLA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Deputado FERNANDO CORUJA 004, 005, 006, 007, 008

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 008

Convalidadas - 003
Adicionadas - 005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.140-1

000004

Data: 20/03/2001

Proposição: MP nº 2.140-1/2001

Autor: Deputado Fernando Coruja

Nº Prontuário: 478

1	☐	Supressiva	2	☐	Substitutiva	3	☒	Modificativa	4	☐	Aditiva	5	☐	Substitutiva Global
---	--------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	-------------------------------------	--------------	---	--------------------------	---------	---	--------------------------	---------------------

Página: 1/1

Artigo: 8º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao inciso do art. 2º, a seguinte redação:*"Art. 2º**I -**IV - submetem-se ao acompanhamento de um Conselho de controle social, constituído para tal finalidade, composto paritariamente por representantes da sociedade civil, administradores escolares, da comunidade e da Secretaria Municipal de Educação, observado o disposto no art. 8º."***JUSTIFICATIVA**

A proposta visa adequar a redação do inciso IV do art. 2º, com a nova redação sugerida ao art. 8º que, em síntese, garante, na composição do Conselho, igual representação, com membros da sociedade civil dos administradores escolares do município, da comunidade e do governo municipal, de tal forma a espelhar o pensamento consensual do colegiado e não a preponderância numérica de um ou outro segmento. Tal sugestão torna-se tão mais importante na medida em que o Conselho tem por competência acompanhar e avaliar a execução do programa.

Assinatura:
2140-4.sam

MP 2.140-1

000005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 20/03/2001

Proposição: MP nº 2.140-1/2001

Autor: Deputado Fernando Coruja

Nº Prontuário: 478

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 4º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória, a seguinte redação:

"Art. 4º. A participação da União nos programas de que trata o caput do art. 2º compreenderá o pagamento, diretamente à família beneficiária, do valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais) por criança que atenda ao disposto no inciso II daquele artigo, até o limite máximo de três crianças por família."

JUSTIFICATIVA

A bolsa escola é uma ação concreta implementada pelo Governo Federal que já vinha sendo desenvolvida por alguns municípios brasileiros, sob diversas formas, dentre as quais, a bolsa escola. Em todas as propostas, em qualquer esfera de governo, a finalidade é a de garantir um complemento de renda a famílias carentes, desde que estas assumam o compromisso de manter, na escola, os filhos até determinada idade. Em todos, houve redução dos índices de evasão escolar e de reprovações, atendendo a inúmeras famílias e proporcionando melhores condições de vida a várias crianças que trocaram a rua pela sala de aula.

Todavia, em que pese a proposta do Poder Executivo ser coetânea aos programas sociais com iniciativa nos municípios, o valor proposto é insuficiente para o que se retire das ruas meninos e meninas em idade escolar que, na mendicância ou na economia informal, conseguem juntar, por dia, valor bem superior ao valor proposto pelo Governo Federal. Como pensar que famílias carentes retirarão seus rebentos das ruas, onde obtém ganhos por dia bem superiores aos R\$ 15,00 (quinze) reais mensais propugnados pela medida provisória.

Assinatura:
2140.sam

MP 2.140-1
000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 20/03/2001

Proposição: MP nº 2.140-1/2001

Autor: Deputado Fernando Coruja

Nº Prontuário: 478

1 ☒ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 5º

Parágrafo: §6º

Inciso: II

Alínea:

Suprima-se do § 6º do art. 5º, o seu inciso II, e renumere-se o inciso III como II.

“Art. 5º

§ 1º

§6º

I -

II - *suspensa nos meses de julho e agosto; e*

III -”

JUSTIFICATIVA

Sendo a finalidade da bolsa escola implementada pelo Governo Federal garantir um complemento de renda a famílias carentes, desde que estas assumam o compromisso de manter, na escola, os filhos até determinada idade, torna-se imprescindível não afrouxar a atenção sobre as crianças beneficiárias, sob o risco de seus familiares retirarem as crianças da escola e reintroduzi-las no mercado informal, ou pior ainda, levando-as a mendicância continuada, contrariando o intento do Governo Federal e do próprio espírito dos programas sociais, como reduzir a pobreza absoluta e dos índices de evasão escolar e de reprovações.

Não seria recomendável, tampouco desejável que o caminho inverso ao pretendido fosse empreendido, isto é, levar as crianças a trocarem a sala de aula pelas ruas. Daí porque entendemos que o benefício, seja ele qual for, não deve ser interrompido.

Assinatura:
2140-1.sam

MP 2.140-1

000007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 20/03/2001

Proposição: MP nº 2.140-1/2001

Autor: Deputado Fernando Coruja

Nº Prontuário: 478

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 6º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se ao art. 6º, o seguinte § 3º:

"Art. 6º.

§ 1º.

§ 2º.

§ 3º Enquanto o município não regular sua situação junto ao Ministério da Educação, este remeterá os recursos do benefício ao Conselho de controle social municipal, para suprir o atendimento das crianças até o término do ano letivo, aplicando-se, no que couber, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 5º e art. 9º da presente medida provisória."

JUSTIFICATIVA

Assim como propusemos a supressão do inciso II do § 6º do art. 5º para não interromper o benefício concedido às crianças que trocassem as ruas pelas salas de aula, não podemos conceber a interrupção da remessa dos recursos da bolsa escola ao município que descumprir os compromissos constantes da medida provisória, prejudicando a um número de crianças que, sem o auxílio, compromete seu futuro e o futuro de sua família. É injusto penalizar o beneficiário final do programa em razão da irregularidade praticada pelo administrador municipal, sob o risco dos familiares dessas crianças as retirarem da escola e reintroduzi-las no mercado informal, ou pior ainda, levando-as a mendicância continuada, contrariando o intento do Governo Federal e do próprio espírito dos programas sociais municipais, como reduzir a pobreza absoluta e dos índices de evasão escolar e de reprovações.

Assinatura:
2140-2.sam

MP 2.140-1
000008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 20/03/2001

Proposição: MP nº 2.140-1/2001

Autor: Deputado Fernando Coruja

Nº Prontuário: 478

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 8º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao caput do art. 8º, a seguinte redação:

"Art. 8º. O conselho referido no inciso IV do art. 2º será órgão colegiado de deliberação, composto paritariamente por representantes da sociedade civil, administradores escolares, da comunidade e da Secretaria Municipal de Educação, na forma de sua regulamentação pelo Poder Executivo, competindo-lhe:"

JUSTIFICATIVA

A propositura visa garantir, na composição do Conselho, igual representação, com membros da sociedade civil dos administradores escolares do município, da comunidade e do governo municipal, de tal forma a espelhar o pensamento sensusual do colegiado e não a preponderância numérica de um ou outro segmento. Tal sugestão torna-se tão mais importante na medida em que o Conselho tem por competência acompanhar e avaliar a execução do programa.

Assinatura:
2140-3.sam

ATO DO PRESIDENTE
Nº 106 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE nomear **KATHERINE BECK GUERRA MACHADO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 20 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

ATO DO 1º-SECRETÁRIO
Nº 003 , DE 2001

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 11, do Ato nº 15, de 1997, da Comissão Diretora do Senado Federal, RESOLVE:

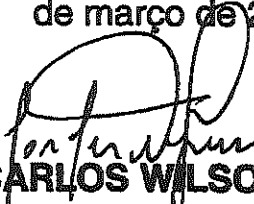
Art. 1º - Designar os servidores RONALDO WAGNER CARMONA, matrícula nº 3300, JÚLIO CEZAR DE BARROS GUIMARÃES, matrícula nº 3494, SEBASTIÃO DA SILVA AZEVEDO, matrícula nº 945, ANDRÉ LUIZ RODRIGUES SANTANA, matrícula nº 3804, JORGE LUIZ ANDRÉ DE MELLO, matrícula nº 3870 e JÂNIO ABREU, matrícula nº 3257, na qualidade de titulares e os servidores CARLOS ROBERTO STUCKERT, matrícula nº 3362 e ANTONIO CESAR DE MACEDO FILHO, matrícula nº 1701, na qualidade de suplentes, para sob a presidência do primeiro e vice-presidência do segundo membro, integrarem a Comissão Permanente de Licitação para aquisição de insumos gráficos.

Art. 2º - A referida Comissão desempenhará suas atribuições na Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor a partir de 02 de abril do corrente ano.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de março de 2001.

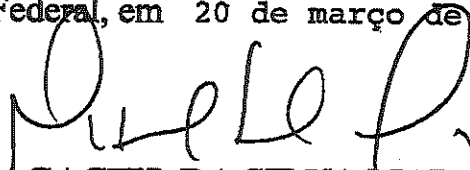

Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 419 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003812/01-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO HENRIQUE NURMBERGER NUNES**, matrícula n.º 31545, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Emília Fernandes.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.

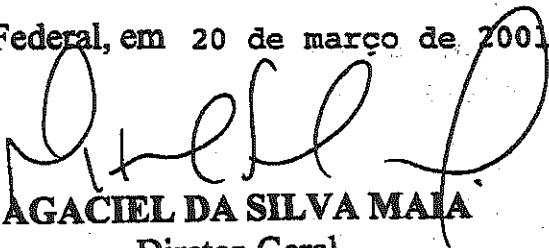

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 420 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003812/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RACHEL BARRETO DE MIRANDA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Emília Fernandes.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



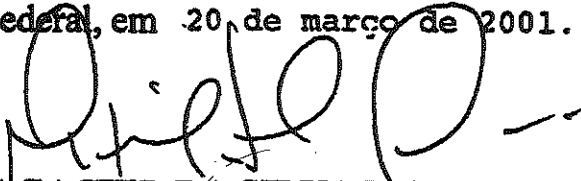
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 421 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003827/01-1,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EUNICE PINHEIRO ALVES**, matrícula n.º 31067, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Segunda Vice Presidência a partir de 14/03/2001.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



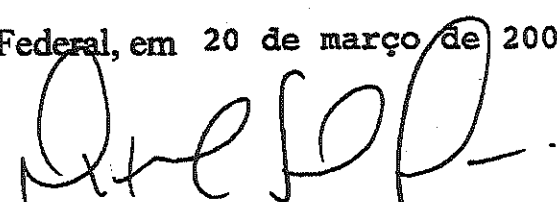
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 422 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003828/01-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CHARLES DOS SANTOS DIAS**, matrícula n.º 31023, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Segunda Vice Presidência a partir de 15/03/2001.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



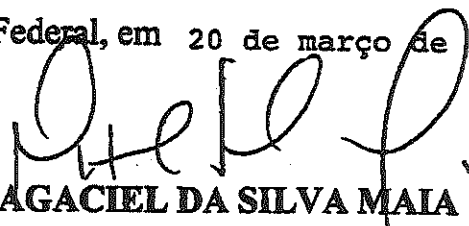
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 423 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003831/01-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NALBER CRUSSIOS JOBER DE SOUZA**, matrícula n.º 31084, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Segunda Vice Presidência a partir de 15/03/2001.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.

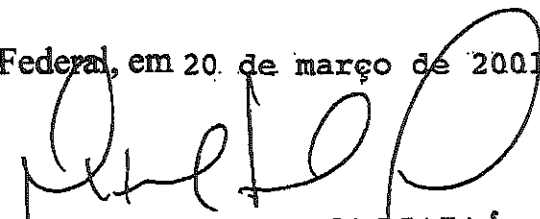

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 424 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003893/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SANDRA MARIA COSTA SANTOS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PSB.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



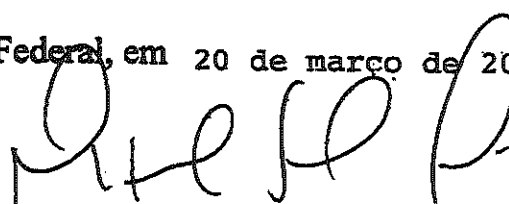
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 425 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003894/01-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCOS ANTÔNIO FONTES DA SILVA**, matrícula n.º 31.158, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Líder do PSB.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



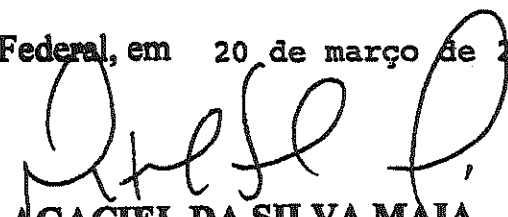
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 426 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003927/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EXPEDIDO ARAÚJO PERÔNICO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



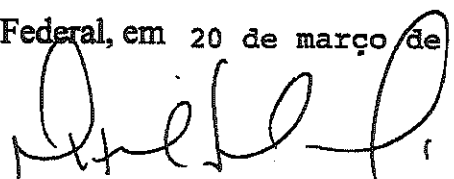
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 427 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003928/01-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ACÁCIO DE CASTRO JÚNIOR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



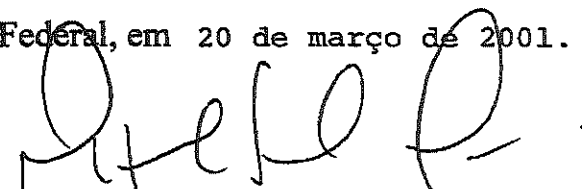
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 428 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003929/01-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS WANDERLEY LASMAR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



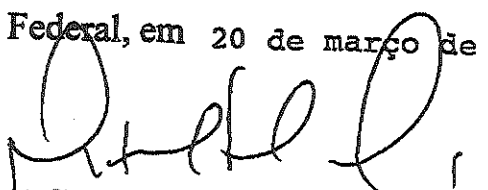
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 429 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003930/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA MABEL PIMENTEL TRAJANO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.

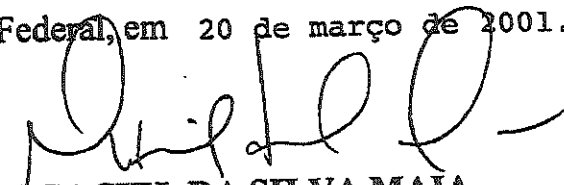

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 430 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003931/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO SOCORRO CORREA PARENTE**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 20 de março de 2001.



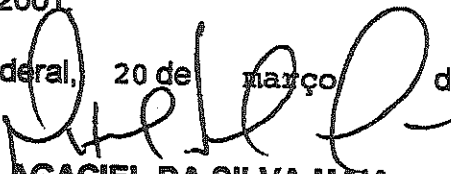
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 431, de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **JOSÉ APARECIDO MARQUES AZEVEDO**, matrícula 2300, da Função Comissionada de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo FC-6, do Serviço de Acabamento, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de **CHEFE DE SERVIÇO**, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2001.

Senado Federal, 20 de março de 2001.

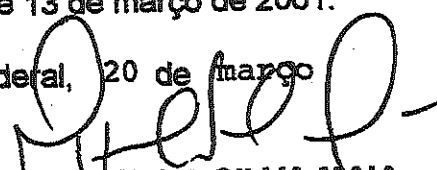

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 432 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor LEOVIRGILDO DE BARROS SILVA FILHO, matrícula 3488, da Função Comissionada **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC-5, do Serviço de Acabamento, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2001.

Senado Federal, 20 de março de 2001.

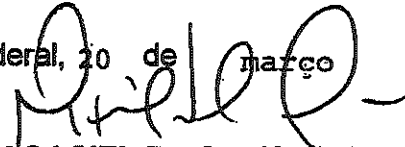

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 433 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor ELICE TORRES BATISTA, matrícula **3286**, para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo **FC-5**, do Serviço de Acabamento, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2001.

Senado Federal, 20 de março de 2001.



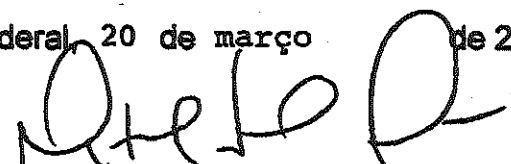
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 434 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor MARCO AURELIO NASCIMENTO, matrícula 3134, para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC-5, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 22 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 20 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política
Nacional de Inteligência (OCFEPNI)**

(art. 6º da Lei nº 9.883, de 7-12-1999)

Presidente: Senador José Sarney

DEPUTADOS
Líder da Maioria (Bloco PSDB/PTB) - Deputado Aécio Neves
Líder da Minoria (PT) - Deputado Aloizio Mercadante
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB)
SENADORES
Líder da Maioria (PMDB) - Senador Jader Barbalho
Líder da Minoria (Bloco PT/PDT) Senadora Heloísa Helena
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Senador José Sarney (PMDB)

Instalado em 21-11-2000 (SF)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal
1. Casildo Maldaner (1) - SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amíl Lando - RO/3130

UF/Ramal
1. Marluce Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal
1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal
1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djalma Bezerra - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal
1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal
1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal
1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal
1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva (2) - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor de Seção) - SP/2851 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.

(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 e 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 8/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 3504)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

2008

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAI CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. CAMPOS	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. GERALDO ALTHOFF	RR	1160/1163
			7. MOZARILDO CAVALCANTI		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. CARLOS WILSON - PPS	PE	2451/2457
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM (4)	RO	2255/2257

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10.00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em: 08/02/2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA			7. VAGO		
CAMPOS	TO	4070/4071	8. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA - PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

VAGO (2)

MARLUCE PINTO

RR-1301/4062

JUVÊNCIO DA FONSECA

MS-1128/1228

DJALMA BESSA

BA-2211/17

ANTERO PAES DE BARROS MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA (PDT) AP-2241/47

LEOMAR QUINTANILHA TO-2071/77

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608

FAX: 311-3652

E-MAIL: jrac@senado.gov.br

REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

ATUALIZADA EM 22/11/2000

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**Presidente: JOSÉ AGRIPINO****Vice-Presidente: RAMEZ TEBET****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RIENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PIEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em : 08/02/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- Retirada as indicações pelas Lideranças
- em 6 e 13.9.2000.

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
CAMPOS	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
BELLO PARGA					

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG (PPS)	ES	1031/1231
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filhou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em :08/02/2001.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ-2431/37
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS-2331/37

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTEs)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :06/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI**Presidente: EMILIA FERNANDES****Vice-Presidente: ALBERTO SILVA****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071
MARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. CARLOS WILSON (PPS)	PE	2451/2457
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :08/02/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE
ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
VALMIR AMARAL	DF-1961/1966	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-3085/3087
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1163	2 - JONAS PINHEIRO	MT- 2271/2277
PSDB			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	1- OSMAR DIAS	PR-2124/2125
BLOCO DE OPOSIÇÃO			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- VAGO	

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 07/12/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

Atualizada em :06/10/2000

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

- * GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
- # GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e-mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

II - COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA
(ART. 58, CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

1) DESTINADA A ACOMPANHAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, O ATENDIMENTO FEITO JUNTO AOS DESABRIGADOS, FLAGELADOS E FAMILIARES DAS VÍTIMAS DAS ENCHENTES E DESMORONAMENTOS QUE OCORREM NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS:

Presidente: ROBERTO FREIRE

Vice-Presidente: TEOTONIO VILELA FILHO

Relator: CLODOALDO TORRES

PMDB

Renan Calheiros (AL)

Ramez Tebet (MS)

PFL

José Jorge (PE)

PSDB

Teotonio Vilela Filho (AL)

PPS

Roberto Freire (PE)

PTB

Clodoaldo Torres (PE)

PT

Heloísa Helena (AL)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGACA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 5191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4208	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGACA	RS	*07	311 1207	223 5191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	323 4198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	004	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PETRO PIVA	SP	001	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTONIO VILELA	@ EDIFICIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@ @ @ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.



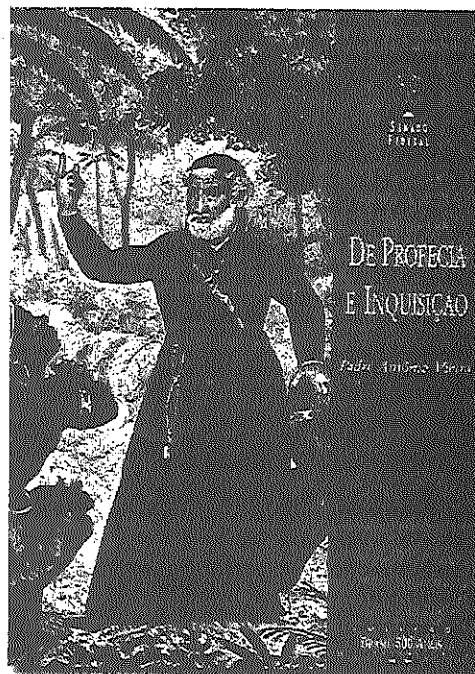
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

De Profecia e Inquisição

Coleção Brasil 500 Anos

Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 20,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS